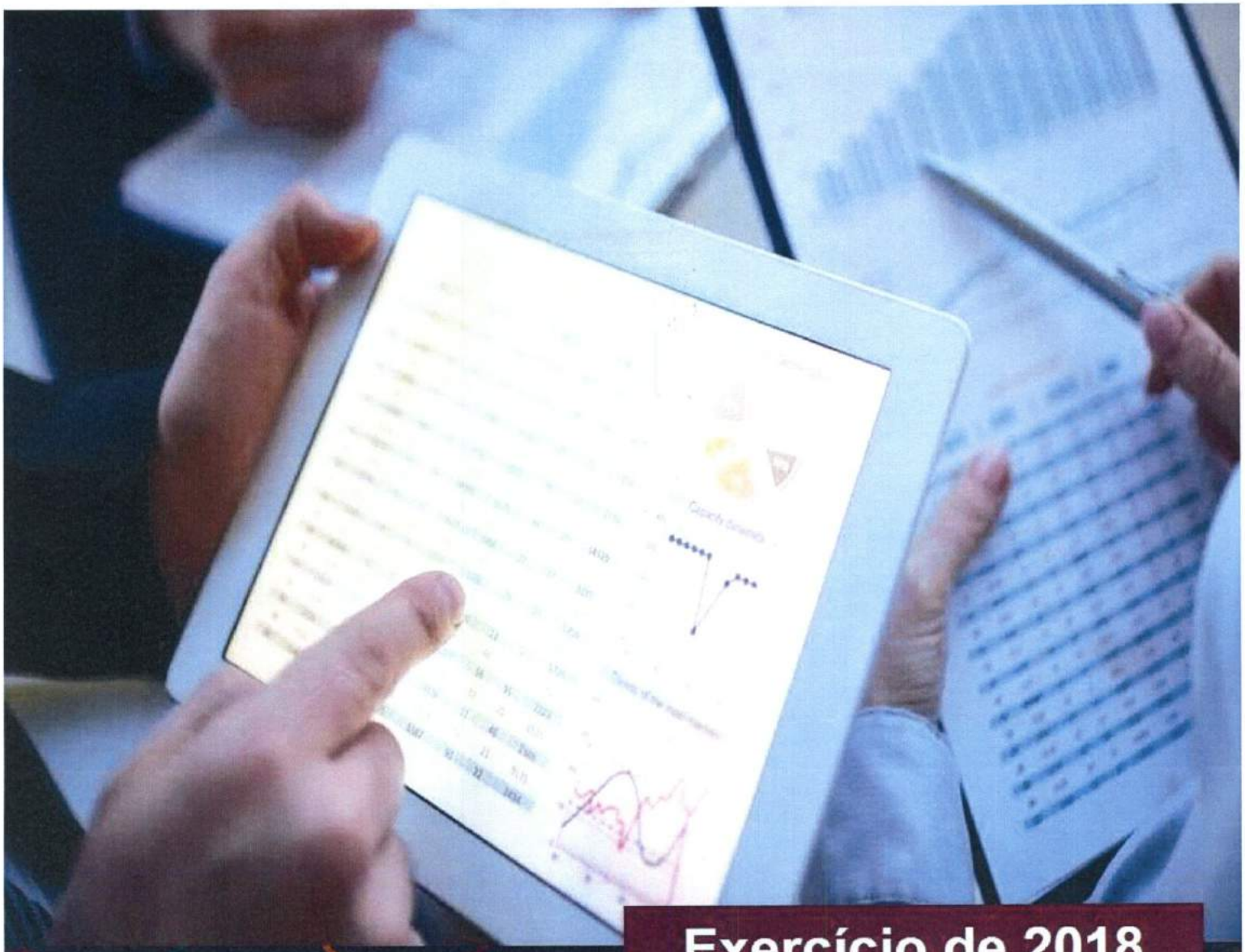


Exercício de 2018

ANSIÃO
MUNICÍPIO

Relatório de Gestão e Prestação de Contas

www.cm-ansiao.pt

CONTEÚDO

A. INTRODUÇÃO

B. RELATÓRIO DE GESTÃO
1. **Organização Municipal**
   1.1. Mandato dos Órgãos Autárquicos
   1.2. Organização dos Serviços Municipais
2. **Recursos Humanos**
   2.1. Total de Trabalhadores
   2.2. Despesa com Pessoal
   2.3. Balanço Social
3. **Análise Económica e Financeira e Orçamental**
   3.1. Equilíbrio Orçamental
   3.2. Execução Orçamental da Receita
   3.3. Execução Orçamental da Despesa
   3.4. Relacionamento da Despesa com a Receita
   3.5. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano
   3.6. Execução Orçamental do Plano Plurianual de Investimentos
   3.7. Execução Orçamental das Atividades Mais Relevantes
   3.8. Evolução da Dívida
   3.9. Posição Face aos Limites de Endividamento
   3.10. Respondabilidades Contingentes
   3.11. Evolução da Faturação
   3.12. Absorção das Receitas Próprias
   3.13. Indicadores de Gestão
   3.14. Consolidação de Contas
   3.15. Resultado Líquido do Exercício
4. **Planeamento e Controlo**
   4.1. Ciclo de Gestão
   4.2. Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho – SIADAP
   4.3. Sistema de Controlo Interno
   4.4. Controlo, em Sentido Lato
   4.5. Controlo Externo, em Concreto
5. **Relatório do Estatuto do Direito de Oposição**
6. **Instrumentos de Reequilíbrio Financeiro**
7. **Factos Relevantes Pós Exercício**
8. **Actividade Municipal**
   8.1. Modernização Administrativa e Sociedade do Conhecimento
   8.2. Proteção Civil
   8.3. Educação
   8.4. Ação Social
   8.5. Ordenamento do Território e Urbanismo
   8.6. Ambiente
   8.7. Cultura e Património
   8.8. Desporto e Tempos Livres
   8.9. Juventude
   8.10. Promoção do Desenvolvimento Económico
   8.11. Turismo
   8.12. Empreitadas
   8.13. Candidaturas a Fundos Comunitários

C. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. Balanço
2. Demonstração de Resultados
3. Controlo Orçamental da Receita
4. Controlo Orçamental da Despesa
5. Execução das Grandes Opções do Plano
6. Execução do Plano Plurianual de Investimentos
7. Execução das Atividades Mais Relevantes
8. Fluxos de Caixa (Resumo e Desagregado)
9. Contas de Ordem
10. Operações de Tesouraria
11. Descontos e Retenções
12. Entrega de Descontos e Retenções
13. Caracterização da Entidade
14. Anexos às Demonstrações Financeiras
    14.1. Relatório de Execução dos Instumentos de Reequilíbrio Financeiro
15. Modificações do Orçamento – Receita
16. Modificações do Orçamento – Despesa
17. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos
18. Modifiações às Atividades Mais Relevantes
19. Contratação Administrativa - Situação dos Contratos
20. Transferências Correntes – Despesa
21. Transferências de Capital – Despesa
22. Subsídios Concedidos
23. Transferências Correntes – Receita
24. Transferências de Capital – Receita
25. Subsídios Obtidos
26. Activos de Rendimento Fixo
27. Activos de Rendimento Variável
28. Participações Societárias e Não Societárias
29. Alienação de Participações Societárias
30. Empréstimos Obtidos
31. Outras Dívidas a Terceiros
32. Dívidas a Fornecedores; por Maturidade
33. Síntese das Reconciliações Bancárias
34. Mapa de Fundos de Maneio
35. Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais
36. Relação de Acumulação de Funções
37. Relação Nominal de Responsáveis
38. Declaração de Compromissos Plurianuais
39. Declaração de Pagamentos em Atraso
40. Declaração de Recebimento em Atraso
41. Certificação Legal de Contas e Parecer emitidos pelo Revisor Oficial de Contas

A. INTRODUÇÃO

ÍNDICE DA INFORMAÇÃO GRÁFICA

- Quadro 1 – Documentos de prestação de contas
- Quadro 2 – Organigrama dos Serviços Municipais
- Quadro 3 – Evolução do número total de trabalhadores
- Quadro 4 – Distribuição dos trabalhadores, por vínculo e carreira
- Quadro 5 – Evolução da despesa com pessoal
- Quadro 6 – Evolução das despesas com pessoal; Variação ao ano anterior
- Quadro 7 – Execução orçamental da receita e da despesa de 2018
- Quadro 8 – Equilíbrio corrente, nos termos da LFL e LOE 2018
- Quadro 9 – Evolução da estrutura da receita, 2016-2018, peso das rubricas
- Quadro 10 – Evolução da estrutura da receita, variação 2016-2018
- Quadro 11 – Evolução da receita própria, 2013-2018
- Quadro 12 – Evolução da estrutura da despesa, 2016-2018, peso por rúbricas
- Quadro 13 – Estrutura da despesa, variação 2016-2018
- Quadro 14 – Estrutura da despesa com o pessoal, variação 2016-2018
- Quadro 15 – Despesa com juros, variação 2016-2018
- Quadro 16 – Revisão do quadro de subscrição do FAM
- Quadro 17 – Evolução e relacionamento da despesa e da receita 2016-2018
- Quadro 18 – Libertação efetiva de receita corrente para despesas de capital, 2018
- Quadro 19 – Execução das Grandes Opções do Plano
- Quadro 20 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos
- Quadro 21 – Execução das Actividades Mais Relevantes
- Quadro 22 – Evolução da dívida total
- Quadro 23 – Cronograma de subscrição do FAM
- Quadro 24 – Posição ante o limite à dívida total
- Quadro 25 – Mapa de responsabilidades contingentes
- Quadro 26 – Evolução da faturação da despesa, em expressão absoluta, 2013-2018
- Quadro 27 – Evolução da faturação da despesa, em expressão relativa, 2013-2018
- Quadro 28 – Evolução das receitas próprias, 2013-2018
- Quadro 29 – Absorção das receitas próprias, 2013-2018
- Quadro 30 (1/2) – Indicadores de gestão 2016-2018
- Quadro 30 (2/2) – Indicadores de gestão 2016-2018
- Quadro 31 – Perímetro da consolidação; nos termos da LFL
- Quadro 32 – Evolução do passivo, das contas a pagar e dos pagamentos em atraso
- Quadro 33 – Evolução do prazo médio de pagamentos
- Quadro 34 – Deliberações relativas à transferência de competências para o Município

- Gráfico 1 – Evolução do total de trabalhadores
- Gráfico 2 – Evolução da despesa com pessoal
- Gráfico 3 – Evolução da despesa com pessoal; por componente
- Gráfico 4 – Evolução da despesa com pessoal; por trabalhador
- Gráfico 5 – Evolução da estrutura da receita, Variação 2016-2018
- Gráfico 6 – Estrutura da receita, variação relativa 2016-2018
- Gráfico 7 – Estrutura da receita, 2018
- Gráfico 8 – Estrutura dos impostos directos, 2018
- Gráfico 9 – Estrutura das transferências, 2018
- Gráfico 10 – Evolução da estrutura da despesa, variação 2016-2018
- Gráfico 11 – Estrutura da despesa, variação relativa 2016-2018
- Gráfico 12 – Estrutura da despesa, 2018
- Gráfico 13 – Estrutura da despesa corrente, 2018
- Gráfico 14 – Estrutura da despesa de capital, 2018
- Gráfico 15 – Evolução da receita, 2016-2018
- Gráfico 16 – Evolução da despesa, 2016-2018
- Gráfico 17 – Evolução da receita e da despesa correntes, 2016-2018

- Gráfico 18 – Evolução da receita e da despesa de capital, 2016-2018
- Gráfico 19 – Relacionamento da receita e da despesa da mesma natureza, 2016-2018
- Gráfico 20 – Receita corrente liberta para investimento, 2016-2018
- Gráfico 21 – Execução das Grandes Opções do Plano, por funções
- Gráfico 22 – Execução das Grandes Opções do Plano, por objectivos
- Gráfico 23 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano (pagamentos/previsto), por funções
- Gráfico 24 – Execução das Grandes Opções do Plano (pagamentos), peso por função
- Gráfico 25 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos, por funções
- Gráfico 26 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos, por objectivos
- Gráfico 27 – Grau de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (pagamentos/previsto), por funções
- Gráfico 28 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (pagamentos), peso por função
- Gráfico 29 – Execução das Actividades Mais Relevantes, por funções
- Gráfico 30 – Execução das Actividades Mais Relevantes, por objectivos
- Gráfico 31 – Grau de Execução das Actividades Mais Relevantes (pagamentos/previsto), por funções
- Gráfico 32 – Execução das Actividades Mais Relevantes (pagamentos), peso por função
- Gráfico 33 – Evolução da dívida total, por maturidade
- Gráfico 34 – Estrutura da dívida, 31DEZ2018
- Gráfico 35 – Evolução da absorção das receitas próprias por agrupamentos de despesa, 2013-2018
- Gráfico 36 – Evolução do passivo, das contas a pagar e dos pagamentos em atraso
- Gráfico 37 – Evolução do prazo médio de pagamentos

SIGLAS E ACRÓNIMOS

- **CIVA** – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
- **DGAL** – Direcção-Geral das Autarquias Locais
- **DGO** – Direcção-Geral do Orçamento
- **EDO** – Estatudo do Direito de Oposição, aprovado pela na Lei n.º 24/98, de 26 de maio
- **FAM** – Fundo de Apoio Municipal, regulado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto
- **IMI** – Imposto Municipal sobre Imóveis
- **IMT** – Imposto Municipal sobre a Transmissões onerosas de Imóveis
- **IUC** – Imposto Único de Circulação
- **LFL** – Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e republicada peloa Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto
- **LOE** – Lei do Orçamento do Estado
- **PAEL** – Programa de Apoio à Economia Local, aprovado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto
- **PARF** – Plano de Ajustamento e Reequilíbrio Financeiro, aprovado por Despacho n.º 14763B/2012, de 16 de novembro
- **POCAL** – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro

A. INTRODUÇÃO

Em obediência à Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001, - *Instruções nº 1/2001 — 2ª Secção — instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)* - publicada na II Série do Diário da Republica, n.º 191, de 18 de Agosto de 2001, alterada pela Resolução n.º 6/2013, - 2.ª Secção - Tribunal de Contas, de 14 de Novembro de 2013, publicada no Diário da República (com a indicação Resolução n.º 26/2013), 2.ª Série, n.º 226, de 21 de Novembro de 2013, resultam para o Município de Ansião, como elementos de prestação de contas, os documentos descritos no quadro seguinte.

Quadro 1 – Documentos de prestação de contas

N.º	DESIGNAÇÃO	CÓDIGO POCAL	GRUPO 1	Ponto dos Documentos de Prestação de Contas
1	• Balanço	5	X	1
2	• Demonstração de resultados	6	X	2
3.1	• Controlo orçamental da despesa	7.1	X	4
3.2	• Balancete das grandes opções do plano	7.4	X	5
3.3 e 23	• Balancete do plano plurianual de investimentos	7.4 e 8.3.3.	X	6
3.4	• Balancete das actividades mais relevantes	7.4	X	7
4	• Controlo orçamental da receita	7.2	X	3
5	• Fluxos de caixa	7.3.	X	8
6.1	• Contas de ordem	7.5	X	9
6.2	• Operações de tesouraria	7.6	X	10
17	• Caracterização da entidade	8.1	X	13
18	• Notas ao balanço e à demonstração de resultados	8.2	X	14
19.1	• Modificações do orçamento - despesa	8.3.1.2	X	16
19.2	• Modificações ao plano purianual de investimentos	8.3.1.2	X	17
19.3	• Modificações às actividades mais relevantes	8.3.1.2	X	18
20	• Modificações do orçamento - receita	8.3.1.1	X	15
21 e 22	• Contratação administrativa	8.3.3	X	19
24	• Transferências correntes - despesa	8.3.4.1	X	20
25	• Transferências de capital - despesa	8.3.4.2	X	21
26	• Subsídios concedidos	8.3.4.3	X	22
27	• Transferências correntes - receita	8.3.4.4	X	23
28	• Transferências de capital - receita	8.3.4.5	X	24
29	• Subsídios obtidos	8.3.4.6	X	25
30	• Activos de rendimento fixo	8.3.5.1	X	26
31	• Activos de rendimento variável	8.3.5.2	X	27
32	• Empréstimos	8.3.6.1	X	30
32	• Outras dívidas a terceiros	8.3.6.2	X	31
33	• Relatório de gestão	13	X	--
34	• Guia de remessa	--	X	--
35	• Relação nominal de responsáveis	--	X	37
36	• Acta da reunião de apreciação das contas	--	X	--
37	• Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	X	--
38	• Relação dos documentos de receita e de despesa	--	X	--
39	• Certidões dos extractos dos saldos bancários reportados ao fim do exercício	--	X	--
40	• Certidões dos juros obtidos no exercício	--	X	--
41	• Certidões das verbas referidas de outras entidades	--	X	--
42 e 43	• Reconciliações bancárias	--	X	33
44	• Relação de acumulação de funções	--	X	36
45	• Balancetes sintéticos após o apuramento dos resultados	--	X	--
46	• Relatorio e parecer do órgão de ficalização	--	X	--
--	• Mapa de Fundos de Maneio	--	X	34
--	• Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais	--	X	35
--	• Resumo Diário de Tesouraria	12.2.9	X	--

A. INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea j) do n.º 1 do Artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, apresentamos à aprovação da Câmara Municipal o Relatório de Gestão relativo ao Exercício de 2018 e respetivos Documentos de Prestação de Contas.

À Câmara Municipal incumbirá, em coerência com a alínea i) do n.º 1 do Artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, submeter estes documentos à Assembleia Municipal para que este Órgão Deliberativo, no exercício das competências que lhe atribui a alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º daquele mesmo Anexo, os aprecie e vote.

Município de Ansião, 29 de março de 2019,

O Presidente da Câmara,

(António José Vicente Domingues)

1. Organização Municipal

1.1. Mandato dos Órgãos Autárquicos

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o mandato dos órgãos das autarquias locais têm a duração de quatro anos.

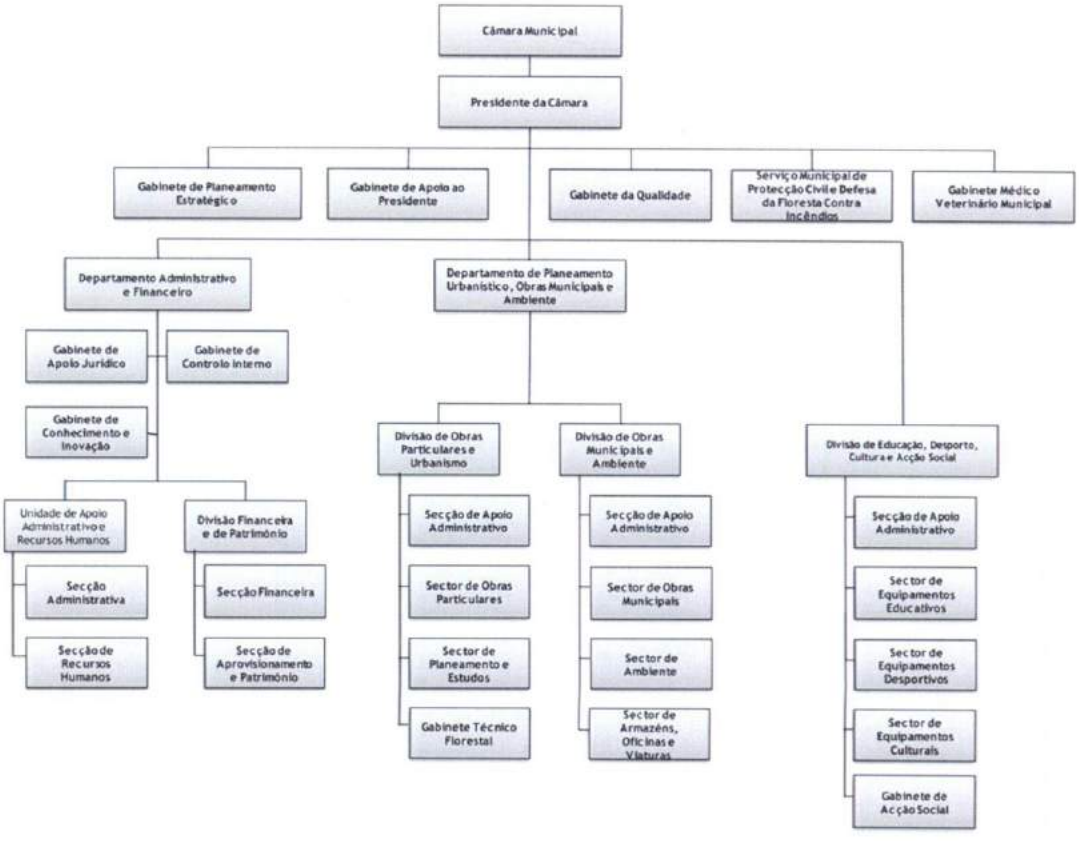
O mandato em curso iniciou-se em 20 de outubro de 2017, na sequência da realização de eleições gerais para os órgãos representativos das autarquias locais que ocorreram em 1 de outubro de 2017.

O ano de 2018 é o primeiro ano inteiro do mandato em curso, sendo que a responsabilidade executiva do exercício se encontra descrita no ponto 37 dos Documentos de Prestação de Contas – "Relação Nominal de Responsáveis".

1.2. Organização dos Serviços Municipais

Os Serviços Municipais estruturam-se de acordo com o Regulamento da Organização dos Serviços, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 143, de 26 de julho de 2018, por meio do Despacho n.º 7139/2018. A estrutura orgânica (organigrama) obedece à seguinte representação:

Quadro 2 – Organigrama dos Serviços Municipais



2. Recursos Humanos

2.1. Total de Trabalhadores

Em 31 de Dezembro de 2018 o número de trabalhadores ao serviço do Município de Ansião fixava-se em 106.

Quadro 3 – Evolução do número total de trabalhadores

Anos	Número de trabalhadores	Eleitos locais em regime de permanência e membros dos respectivos gabinetes	Número total de trabalhadores
2006	156	6	162
2007	151	6	157
2008	136	6	142
2009	132	6	138
2010	(*) 131	6	137
2011	(*) 127	7	134
2012	(*) 120	7	127
2013	(**) 111	6	117
2014	(*) 102	6	108
2015	(*) 101	6	107
2016	(**)100	6	106
2017	(**) 99	7	106
2018	(***) 107	8	115

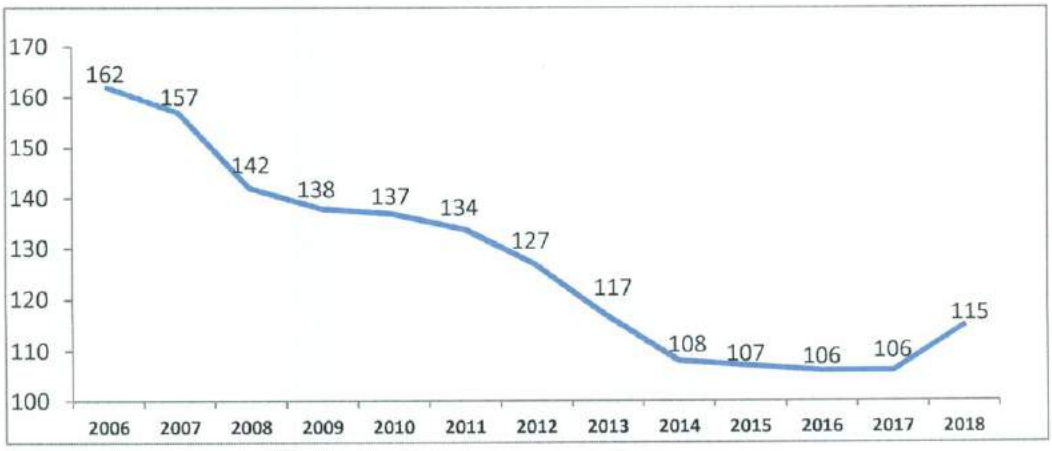
(*) Inclui 2 prestadores de serviços, nos termos do Artigo 10.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

(**) Inclui 1 prestador de serviço, nos termos do Artigo 10.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

(***) Inclui 8 prestadores de serviços, nos termos do Artigo 10.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Refira-se que o número de trabalhadores descrito em Balanço Social, neste mesmo momento (31DEZ2018) se cinge a 103, por não integrar, de acordo com a metodologia vinculativa da DGAL, os eleitos locais em regime de permanência e os prestadores de serviços [115-(4+8)=103].

Gráfico 1 – Evolução do total de trabalhadores



A distribuição dos trabalhadores, por vínculo e carreira, é a que resulta do quadro seguinte, que expressa, também, a comparação com os nove anos anteriores a 2018.

Quadro 4 – Distribuição dos trabalhadores, por vínculo e carreira

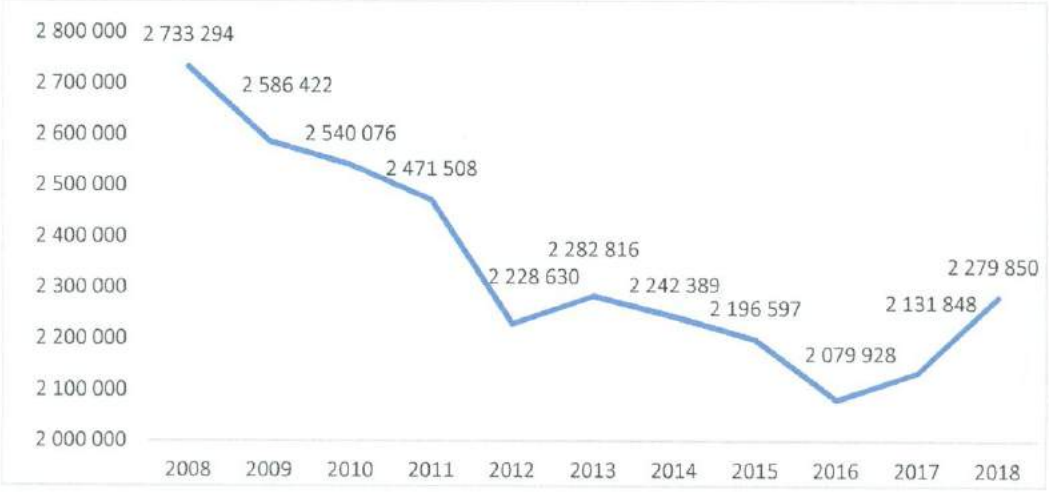
	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Pessoal contratado por tempo indeterminado:	122	119	117	119	112	110	100	99	99	98	99
Pessoal dirigente	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	4
Pessoal técnico superior	11										
Pessoal de chefia		14	14	16	14	13	13	14	14	13	14
Pessoal técnico	1										
Pessoal carreiras não revistas	0	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2
Pessoal de informática	2	1	1	3	3	3	3	3	3	4	4
Pessoal administrativo	18										
Pessoal técnico profissional	5	21	19	18	17	17	16	16	16	17	18
Pessoal operário	31	78	78	76	72	71	62	61	61	59	57
Pessoal auxiliar	52										
Pessoal contratado por tempo resolutivo certo:	14	13	12	6	6	0	0	0	0	0	0
Pessoal técnico superior	4	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal administrativo/t. profissional	2	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Pessoal auxiliar	5	5	5	5	5	0	0	0	0	0	0
Pessoal de informática	3	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras situações:	6	6	8	9	9	7	8	8	7	8	16
Pessoal em apoio aos Órgãos	2	3	3	4	4	3	3	3	3	3	4
Eleitos locais em regime de permanência	4	3	3	3	3	3	3	3	3	4	4
Prestadores de serviços	0	0	2	2	2	1	2	2	1	1	8
TOTAIS	142	138	137	134	127	117	108	107	106	106	115

2.2. Despesa com Pessoal

Em 2018 as despesas totais com pessoal fixaram-se em 2.279.850,14€, representando um acréscimo de 6,94% (148.001,71€) relativamente ao exercício anterior; acréscimo que surge justificado pela variação do número de trabalhadores, de 106 para 115 (acréscimo de 8,49%).

Os quadros e gráficos seguintes suportam análise à evolução das despesas com pessoal no horizonte 2008-2018, segregando remunerações, abonos e segurança social; globalmente e em média (por trabalhador).

Gráfico 2 – Evolução da despesa com pessoal



Quadro 5 – Evolução da despesa com pessoal

Ano	N.º de trabalhadores	Despesa com pessoal (valores pagos)							
		Remunerações certas e permanentes		Abonos variáveis ou eventuais		Segurança social		TOTAL	
		Total	Por trabalhador	Total	Por trabalhador	Total	Por trabalhador	Total	Por trabalhador
2008	142	1 996 729,12	14 061,47	146 551,54	1 032,05	590 012,99	4 155,02	2 733 293,65	19 248,55
2009	138	2 050 915,93	14 861,71	139 019,46	1 007,39	396 486,49	2 873,09	2 586 421,88	18 742,19
2010	137	2 015 368,38	14 710,72	116 733,18	852,07	407 974,20	2 977,91	2 540 075,76	18 540,70
2011	134	1 928 307,59	14 390,36	116 398,14	868,64	426 802,15	3 185,09	2 471 507,88	18 444,09
2012	127	1 715 495,81	13 507,84	94 974,44	747,83	418 159,63	3 292,60	2 228 629,88	17 548,27
2013	117	1 752 239,74	14 976,41	78 249,18	668,80	452 327,13	3 866,04	2 282 816,05	19 511,25
2014	108	1 709 190,81	15 825,84	61 365,51	568,20	471 832,56	4 368,82	2 242 388,88	20 762,86
2015	107	1 669 075,38	15 598,84	69 944,03	653,68	457 577,79	4 276,43	2 196 597,20	20 528,95
2016	106	1 561 898,63	14 734,89	53 881,10	508,31	464 148,55	4 378,76	2 079 928,28	19 621,96
2017	106	1 573 641,46	14 845,67	57 715,66	544,49	500 491,31	4 721,62	2 131 848,43	20 111,78
2018	115	1 701 823,12	14 798,46	76 651,30	666,53	501 375,72	4 359,79	2 279 850,14	19 824,78

Quadro 6 – Evolução das despesas com pessoal; Variação ao ano anterior

Ano	N.º de trabalhadores	Despesa com pessoal (valores pagos)							
		Remunerações certas e permanentes		Abonos variáveis ou eventuais		Segurança social		TOTAL	
		EUR	Variação ao ano anterior	Eur.	Variação ao ano anterior	Eur.	Variação ao ano anterior	Eur.	Variação ao ano anterior
2008	142	1 996 729,12		146 551,54		590 012,99		2 733 293,65	
2009	138	2 050 915,93	2,71%	139 019,46	-5,14%	396 486,49	-32,80%	2 586 421,88	-5,37%
2010	137	2 015 368,38	-1,73%	116 733,18	-16,03%	407 974,20	2,90%	2 540 075,76	-1,79%
2011	134	1 928 307,59	-4,32%	116 398,14	-0,29%	426 802,15	4,61%	2 471 507,88	-2,70%
2012	127	1 715 495,81	-11,04%	94 974,44	-18,41%	418 159,63	-2,02%	2 228 629,88	-9,83%
2013	117	1 752 239,74	2,14%	78 249,18	-17,61%	452 327,13	8,17%	2 282 816,05	2,43%
2014	108	1 709 190,81	-2,46%	61 365,51	-21,58%	471 832,56	4,31%	2 242 388,88	-1,77%
2015	107	1 669 075,38	-2,35%	69 944,03	13,98%	457 577,79	-3,02%	2 196 597,20	-2,04%
2016	106	1 561 898,63	-6,42%	53 881,10	-22,97%	464 148,55	1,44%	2 079 928,28	-5,31%
2017	106	1 573 641,46	0,75%	57 715,66	7,12%	500 491,31	7,83%	2 131 848,43	2,50%
2018	115	1 701 823,12	8,15%	76 651,30	32,81%	501 375,72	0,18%	2 279 850,14	6,94%

Gráfico 3 – Evolução da despesa com pessoal; por componente

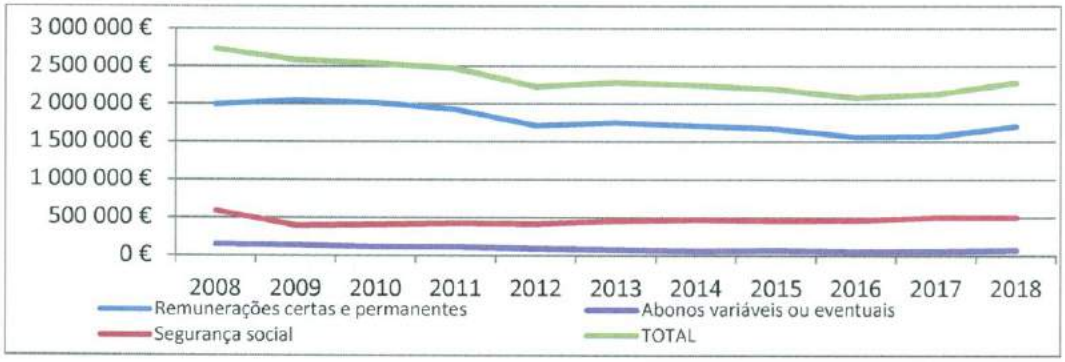
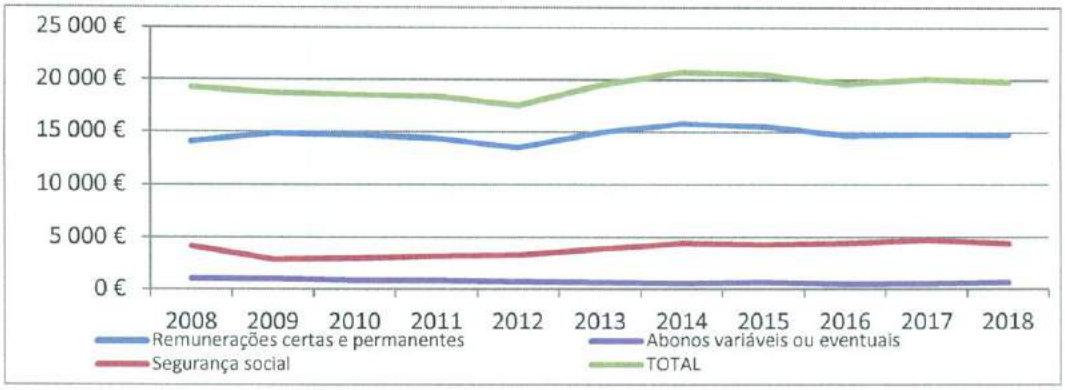


Gráfico 4 – Evolução da despesa com pessoal; por trabalhador



2.3. Balanço Social

A caracterização dos Recursos Humanos do Município de Ansião remete-se para o Balanço Social, elaborado por referência a 31 de dezembro de 2018.

O Balanço Social, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, será levado ao conhecimento dos Órgãos Municipais nas mesmas reuniões de aprovação e apreciação do Relatório de Gestão e dos Documentos de Prestação de Contas.

3. Análise Económica e Financeira e Orçamental

3.1. Equilíbrio Orçamental

A receita municipal, para efeitos de aferição do cumprimento do princípio do equilíbrio do todo orçamental, apresenta um registo 12.593.956,39€, em que se incluem 1.533.991,76€ provenientes de reposições e do saldo da gerência anterior, respetivamente 439,37€ e 1.533.891,76€.

A despesa paga fixou-se em 10.740.593,01€.

Quadro 7 – Execução orçamental da receita e da despesa de 2018

	Previsão corrigida	Realizado/Pago	Peso relativo das componentes realizadas	Desvio
Receita Corrente	7 936 092,36	7 793 410,31	62,50%	-1,80%
Receita de Capital	3 123 872,27	3 142 425,77	25,20%	0,59%
Outras receitas	1 533 991,76	1 534 331,13	12,30%	0,02%
Total	**12 593 956,39**	**12 470 167,21**	**100,00%**	**-0,98%**
Despesa Corrente	6 994 919,12	6 726 968,44	62,63%	-3,83%
Despesa de Capital	5 599 037,27	4 013 624,57	37,37%	-28,32%
Total	**12 593 956,39**	**10 740 593,01**	**100,00%**	**-14,72%**

Da execução resulta a cobertura das despesas totais pelas receitas totais, remanescendo um saldo de 1.729.574,20€ que traduz o saldo para a gerência seguinte, já aprovado, com o Mapa de Fluxos de Caixa, em reunião da Câmara Municipal ocorrida em 07JAN2019. A cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes foi também assegurada, remanescendo um saldo de 1.066.441,87€.

A execução orçamental revela, pois, o cumprimento princípio do equilíbrio orçamental que emana da alínea e) do ponto 3.1.1. do POCAL.

Em matéria de equilíbrio orçamental corrente, deve ainda considerar-se o conceito que emana do artigo 40.º da LFL, segundo o qual "*a receita corrente bruta deve ser, pelo menos, igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos*".

Tenhamos presente que, no exercício de 2018, a Câmara Municipal, fazendo uso da previsão do n.º 2 do artigo 104.º da LOE 2018, deliberou, em 18ABR2018, afetar 533.891,76€ do saldo da gerência anterior a financiamento da despesa corrente; afetação que se consolidou com a aprovação da 1.ª revisão aos documentos previsionais que ocorreu na sessão da Assembleia Municipal de 27ABR2018.

Naquela conformidade, deve a dotação de 533.891,76€ relevar para efeitos da aferição do cumprimento do equilíbrio orçamental corrente, como dimanado do artigo 40.º da LFL; como demonstramos no quadro seguinte.

Quadro 8 – Equilíbrio corrente, nos termos da LFL e LOE 2018

Equilíbrio orçamental corrente nos termos da LFL e LOE 2018	
1. Receitas correntes cobradas brutas	7 793 410,31
2. Despesas correntes pagas	6 726 968,44
3. Amortizações médias das operações MLP	1 475 065,00
4. Parte do saldo da gerência de 2017 afeta a despesa corrente *(cf. artigo 104.º da LOE 2018)*	533 891,76
5. Défice de equilíbrio corrente do exercício de 2017	0,00
6. Saldo do equilíbrio corrente (1-2-3+4-5)	**125 268,63**

O Exercício de 2018 regista um saldo corrente de 125.268,63€, do que resulta demonstrado o cumprimento do equilíbrio corrente, nos termos do artigo 40.º da LFL e do artigo 104.º da LOE 2018.

3.2. Execução Orçamental da Receita

Os dois próximos quadros expressam a evolução da receita executada, no horizonte 2016–2018, por rubrica e em variação homóloga.

Quadro 9 – Evolução da estrutura da receita, 2016-2018, peso das rubricas

		2016		2017		2018	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1	**Impostos directos**	**2 042 782,17**	**19,72%**	**2 130 586,69**	**20,18%**	**1 826 480,82**	**16,70%**
	Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	1 325 734,86	12,80%	1 325 762,60	12,56%	1 097 456,92	10,04%
	Imposto Único de Circulação	248 949,46	2,40%	263 185,16	2,49%	281 249,16	2,57%
	Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT)	260 124,80	2,51%	369 659,49	3,50%	276 675,80	2,53%
	Derrama	207 973,05	2,01%	171 979,44	1,63%	171 098,94	1,56%
2	**Impostos indirectos**	**14 430,58**	**0,14%**	**92 697,70**	**0,88%**	**29 575,95**	**0,27%**
	Loteamentos e obras	5 536,57	0,05%	85 113,41	0,81%	22 128,86	0,20%
	Outros	8 894,01	0,09%	7 584,29	0,07%	7 447,09	0,07%
4	**Taxas, Multas e outras penalidades**	**484 475,96**	**4,68%**	**548 574,14**	**5,20%**	**511 334,31**	**4,68%**
	Mercados e feiras	7 803,43	0,08%	7 636,50	0,07%	7 794,53	0,07%
	Loteamentos e obras	32 048,08	0,31%	63 444,45	0,60%	49 347,85	0,45%
	Ocupação da via pública	547,94	0,01%	983,58	0,01%	792,34	0,01%
	Caça, uso e porte de arma	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Saneamento (taxa de conservação)	148 098,85	1,43%	144 789,06	1,37%	155 792,15	1,42%
	Taxa de recolha de lixo	275 586,19	2,66%	281 036,91	2,66%	285 086,41	2,61%
	Taxa depósito ficha técnica hab.	142,16	0,00%	103,19	0,00%	93,35	0,00%
	Multas e outras penalidades	15 105,20	0,15%	45 176,68	0,43%	6 853,29	0,06%
	Outros:	**5 144,11**	**0,05%**	**5 403,77**	**0,05%**	**5 574,39**	**0,05%**
	Certidões, horários, ficha técnica de obra, e outras taxas de secretaria	5 144,11	0,05%	5 403,77	0,05%	5 574,39	0,05%
5	**Rendimentos de Propriedade**	**408 605,48**	**3,94%**	**409 762,77**	**3,88%**	**407 094,21**	**3,72%**
7	**Vendas e Prestação de Serviços**	**1 417 908,74**	**13,69%**	**1 404 711,77**	**13,31%**	**1 360 222,50**	**12,44%**
	Livros e documentação técnica	1 310,75	0,01%	925,43	0,01%	224,51	0,00%
	Publicações e impressos	3 799,00	0,04%	3 452,74	0,03%	3 672,19	0,03%
	Produtos agrícolas e pecuários	445,20	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Produtos alimentares e bebidas	59,87	0,00%	136,78	0,00%	21,31	0,00%
	Água	685 174,53	6,61%	664 815,51	6,30%	650 876,53	5,95%
	Venda de bens não duradouros	388,00	0,00%	170,26	0,00%	261,00	0,00%
	Venda de bens duradouros	12 812,68	0,12%	176,50	0,00%	50,00	0,00%
	Aluguer de espaços e equipamentos	6 202,01	0,06%	5 362,56	0,05%	7 674,89	0,07%
	Vistorias e ensaios	31,20	0,00%	22,14	0,00%	32,28	0,00%
	Alimentação e Alojamento	3 789,72	0,04%	8 101,95	0,08%	1 088,28	0,01%
	Serviços sociais	19 394,58	0,19%	21 448,36	0,20%	19 640,40	0,18%
	Serviços recreativos	305,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Serviços culturais	367,99	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Serviços desportivos	141 577,65	1,37%	142 481,71	1,35%	144 598,07	1,32%
	Serviços educativos	67 831,81	0,65%	69 345,17	0,66%	60 257,96	0,55%
	Transportes escolares	86 353,05	0,83%	86 742,13	0,82%	69 155,02	0,63%
	Transportes de pessoas e mercadorias	13 683,05	0,13%	10 905,12	0,10%	11 396,11	0,10%
	Trabalhos por conta de particulares	37 027,60	0,36%	41 199,02	0,39%	41 586,05	0,38%
	Parques de estacionamento	3 460,98	0,03%	2 363,00	0,02%	4 200,77	0,04%
	Água - Ramais	19 250,25	0,19%	23 770,80	0,23%	11 786,43	0,11%
	Manutenção do sistema público de água	211 485,81	2,04%	206 989,27	1,96%	213 283,98	1,95%
	Outros	103 158,01	1,00%	116 303,32	1,10%	120 416,72	1,10%
6 e 10	**Transferências Correntes e Capital**	**5 799 192,45**	**55,98%**	**5 850 874,19**	**55,42%**	**6 725 584,04**	**61,50%**
	Transf. do O.E. (F.S.M., F.E.F e 5% IRS)	5 121 142,00	49,43%	5 268 500,00	49,91%	5 347 527,98	48,90%
	Outras transferências do estado	337 811,49	3,26%	290 428,79	2,75%	319 041,14	2,92%
	Fundos comunitários	324 554,96	3,13%	272 831,40	2,58%	1 058 514,92	9,68%
	Outras transferências	15 684,00	0,15%	19 114,00	0,18%	500,00	0,00%
9	**Alienação de Património**	**32 229,00**	**0,31%**	**23 080,00**	**0,22%**	**0,00**	**0,00%**
12	**Empréstimos**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**
8,11,13 e 15	**Outros**	**160 561,34**	**1,55%**	**96 464,00**	**0,91%**	**75 983,62**	**0,69%**
	TOTAL	**10 360 185,72**	**100,00%**	**10 556 751,26**	**100,00%**	**10 936 275,45**	**100,00%**

Quadro 10– Evolução da estrutura da receita, variação 2016-2018

		2016	2017		2018		
		Abs.	Abs.	Variação 2017/2016	Abs.	Variação 2018/2017	Variação 2018/2016
1	**Impostos directos**	**2 042 782,17**	**2 130 586,69**	**4,30%**	**1 826 480,82**	**-14,27%**	**-10,59%**
	Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	1 325 734,86	1 325 762,60	0,00%	1 097 456,92	-17,22%	-17,22%
	Imposto Único de Circulação	248 949,46	263 185,16	5,72%	281 249,16	6,86%	12,97%
	Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT)	260 124,80	369 659,49	42,11%	276 675,80	-25,15%	6,36%
	Derrama	207 973,05	171 979,44	-17,31%	171 098,94	-0,51%	-17,73%
2	**Impostos indirectos**	**14 430,58**	**92 697,70**	**542,37%**	**29 575,95**	**-68,09%**	**104,95%**
	Loteamentos e obras	5 536,57	85 113,41	1437,29%	22 128,86	-74,00%	299,69%
	Outros	8 894,01	7 584,29	-14,73%	7 447,09	-1,81%	-16,27%
4	**Taxas, Multas e outras penalidades**	**484 475,96**	**548 574,14**	**13,23%**	**511 334,31**	**-6,79%**	**5,54%**
	Mercados e feiras	7 803,43	7 636,50	-2,14%	7 794,53	2,07%	-0,11%
	Loteamento e obras	32 048,08	63 444,45	97,97%	49 347,85	-22,22%	53,98%
	Ocupação da via pública	547,94	983,58	79,51%	792,34	-19,44%	44,60%
	Caça, uso e porte de arma	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
	Saneamento (taxa de conservação)	148 098,85	144 789,06	-2,23%	155 792,15	7,60%	5,19%
	Taxa de recolha de lixo	275 586,19	281 036,91	1,98%	285 086,41	1,44%	3,45%
	Taxa depósito ficha técnica hab.	142,16	103,19	-27,41%	93,35	-9,54%	-34,33%
	Multas e outras penalidades	15 105,20	45 176,68	199,08%	6 853,29	-84,83%	-54,63%
	Outros:	5 144,11	5 403,77	5,05%	5 574,39	3,16%	8,36%
	Certidões, horários, ficha técnica de obra, e outras taxas de secretaria	5 144,11	5 403,77	5,05%	5 574,39	3,16%	8,36%
5	**Rendimentos de Propriedade**	**408 605,48**	**409 762,77**	**0,28%**	**407 094,21**	**-0,65%**	**-0,37%**
7	**Vendas e Prestação de Serviços**	**1 417 908,74**	**1 404 711,77**	**-0,93%**	**1 360 222,50**	**-3,17%**	**-4,07%**
	Livros e documentação técnica	1 310,75	925,43	-29,40%	224,51	-75,74%	-82,87%
	Publicações e impressos	3 799,00	3 452,74	-9,11%	3 672,19	6,36%	-3,34%
	Produtos agrícolas e pecuários	445,20	0,00	-100,00%	0,00	#DIV/0!	-100,00%
	Produtos alimentares e bebidas	59,87	136,78	128,46%	21,31	-84,42%	-64,41%
	Água	685 174,53	664 815,51	-2,97%	650 876,53	-2,10%	-5,01%
	Venda de bens não duradouros	388,00	170,26	-56,12%	261,00	53,29%	-32,73%
	Venda de bens duradouros	12 812,68	176,50	-98,62%	50,00	-71,67%	-99,61%
	Aluguer de espaços e equipamentos	6 202,01	5 362,56	-13,54%	7 674,89	43,12%	23,75%
	Vistorias e ensaios	31,20	22,14	-29,04%	32,28	45,80%	3,46%
	Alimentação e Alojamento	3 789,72	8 101,95	113,79%	1 088,28	-86,57%	-71,28%
	Serviços sociais	19 394,58	21 448,36	10,59%	19 640,40	-8,43%	1,27%
	Serviços recreativos	305,00	0,00	-100,00%	0,00	#DIV/0!	-100,00%
	Serviços culturais	367,99	0,00	-100,00%	0,00	#DIV/0!	-100,00%
	Serviços desportivos	141 577,65	142 481,71	0,64%	144 598,07	1,49%	2,13%
	Serviços educativos	67 831,81	69 345,17	2,23%	60 257,96	-13,10%	-11,17%
	Transportes escolares	86 353,05	86 742,13	0,45%	69 155,02	-20,28%	-19,92%
	Transportes de pessoas e mercadorias	13 683,05	10 905,12	-20,30%	11 396,11	4,50%	-16,71%
	Trabalhos por conta de particulares	37 027,60	41 199,02	11,27%	41 586,05	0,94%	12,31%
	Parques de estacionamento	3 460,98	2 363,00	-31,72%	4 200,77	77,77%	21,38%
	Água - Ramais	19 250,25	23 770,80	23,48%	11 786,43	-50,42%	-38,77%
	Manutenção do sistema público de água	211 485,81	206 989,27	-2,13%	213 283,98	3,04%	0,85%
	Outros	103 158,01	116 303,32	12,74%	120 416,72	3,54%	16,73%
6 e 10	**Transferências Correntes e Capital**	**5 799 192,45**	**5 850 874,19**	**0,89%**	**6 725 584,04**	**14,95%**	**15,97%**
	Transf. do O.E. (F.S.M., F.E.F e 5% IRS)	5 121 142,00	5 268 500,00	2,88%	5 347 527,98	1,50%	4,42%
	Outras transferências do estado	337 811,49	290 428,79	-14,03%	319 041,14	9,85%	-5,56%
	Fundos comunitários	324 554,96	272 831,40	-15,94%	1 058 514,92	287,97%	226,14%
	Outras transferências	15 684,00	19 114,00	21,87%	500,00	-97,38%	-96,81%
9	**Alienação de Património**	**32 229,00**	**23 080,00**	**-28,39%**	**0,00**	**-100,00%**	**-100,00%**
12	**Empréstimos**	**0,00**	**0,00**	**#DIV/0!**	**0,00**	**#DIV/0!**	**#DIV/0!**
8, 11,13 e 15	**Outros**	**160 561,34**	**96 464,00**	**-39,92%**	**75 983,62**	**-21,23%**	**-52,68%**
	TOTAL	**10 360 185,72**	**10 556 751,26**	**1,90%**	**10 936 275,45**	**3,60%**	**5,56%**

Salientamos, de seguida, as mais significativas variações de receita verificadas no confronto dos exercícios de 2018 e de 2017:

- **Impostos diretos**: decréscimo de 14,27%. Este decréscimo, que em valor absoluto representa 304.105,87€, é reflexo da alteração da taxa de IMI de 0,4% para 0,3%, decidida em Assembleia Municipal em 24NOV2017, bem assim do desempenho menos favorável da receita de IMT. Com efeito, e percorrendo os diversos impostos, constatamos:
  - **IMI**: redução de 17,22% (-228.305,68€), traduzindo o impacto da redução da taxa, de 0,4%, para 0,3%;
  - **IUC**: crescimento de 6,68% (18.064,00€);
  - **IMT**: redução de 25,15% (-92.983,69€);
  - **Derrama**: em linha com a receita de 2017, não obstante a redução da taxa, de 1,5% para 1,0%, também decidida em Assembleia Municipal, em 24NOV2017;
- **Impostos indiretos**: decréscimo de 68,09% (-63.121,75€) decorrente do desempenho das taxas urbanísticas pagas por empresas;
- **Taxas**: decréscimo de 6,79% (-37.239,83€); decréscimo que resulta quer do desempenho das taxas urbanísticas pagas por particulares (-14.096,60€), quer do desempenho da rúbrica "Multas e outras penalidades" (estas impactadas em 2017, extraordinária e irrepetivelmente, pela devolução, pela Autoridade Tributária, dos valores cobrados a título de juros de mora de IMI e de IMT (38.172,15€));
- **Vendas e prestação de serviços**: decréscimo de 3,17% (-44.489,27€). Este decréscimo resulta, em essência, dos desempenhos desfavoráveis (i) da receita da venda de água (-2,10%; -13.938,98€), (ii) da receita de transportes escolares (-20,28%; -17.587,11€) e (iii) da receita dos ramais domiciliários de águas e de saneamento (-20.073,04) – esta última afetada pela decisão de isenção tomada pela Assembleia Municipal em 26FEV2018;
- **Transferências correntes e de capital:** acréscimo de 14,95% (874.709,95€), decorrente (i) do incremento da participação do Município no Orçamento do Estado (1,50%; 79.027,98€), bem assim do crescimento da receita de fundos comunitários (287,97%; 785.683,52€);
- **Alienação de património:** decréscimo de 100,00% (-23.080,00€), por inexistência de qualquer ato de alienação de bens patrimoniais no exercício de 2018;
- **Outras receitas** (classificações 08, 11, 13 e 15): decréscimo de 21,23% (-20.480,38€), fruto a diminuição da receita de "15-Reposições não abatidas nos pagamentos" (-97,92%; -20.714,08€).

Na globalidade, a receita do exercício de 2018 (excluída do saldo da gerência anterior) fixou-se em 10.936.275,45€, o que representou um crescimento de 3,60% (379.524,19€ relativamente ao exercício de 2017.

Os gráficos e quadros seguintes habilitam à compreensão da estrutura da receita nos três últimos exercícios.

Gráfico 5 – Evolução da estrutura da receita, Variação 2016-2018

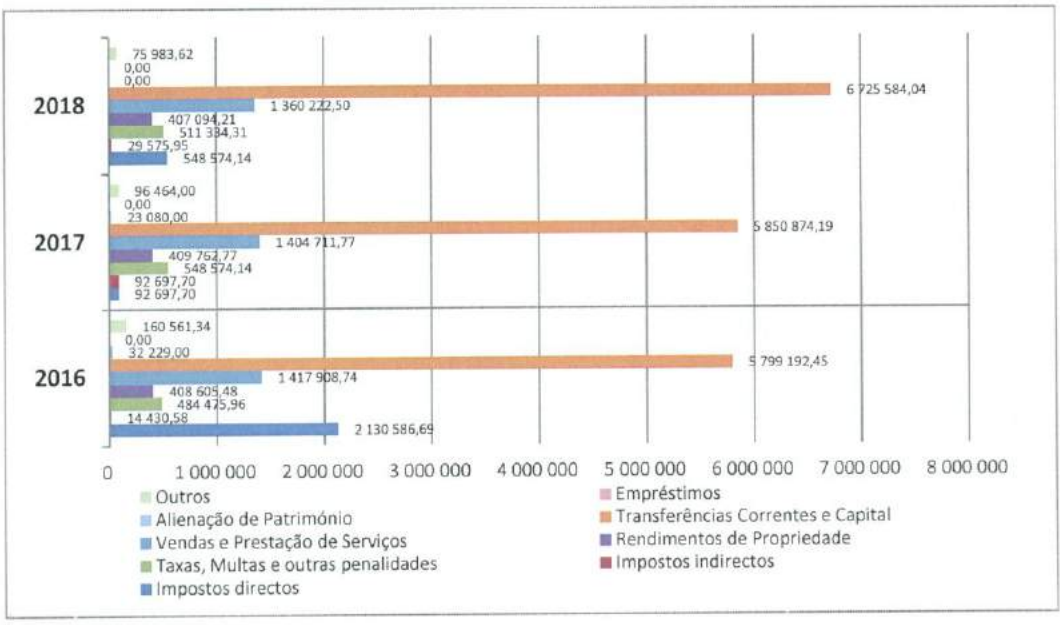


Gráfico 6 – Estrutura da receita, variação relativa 2016-2018

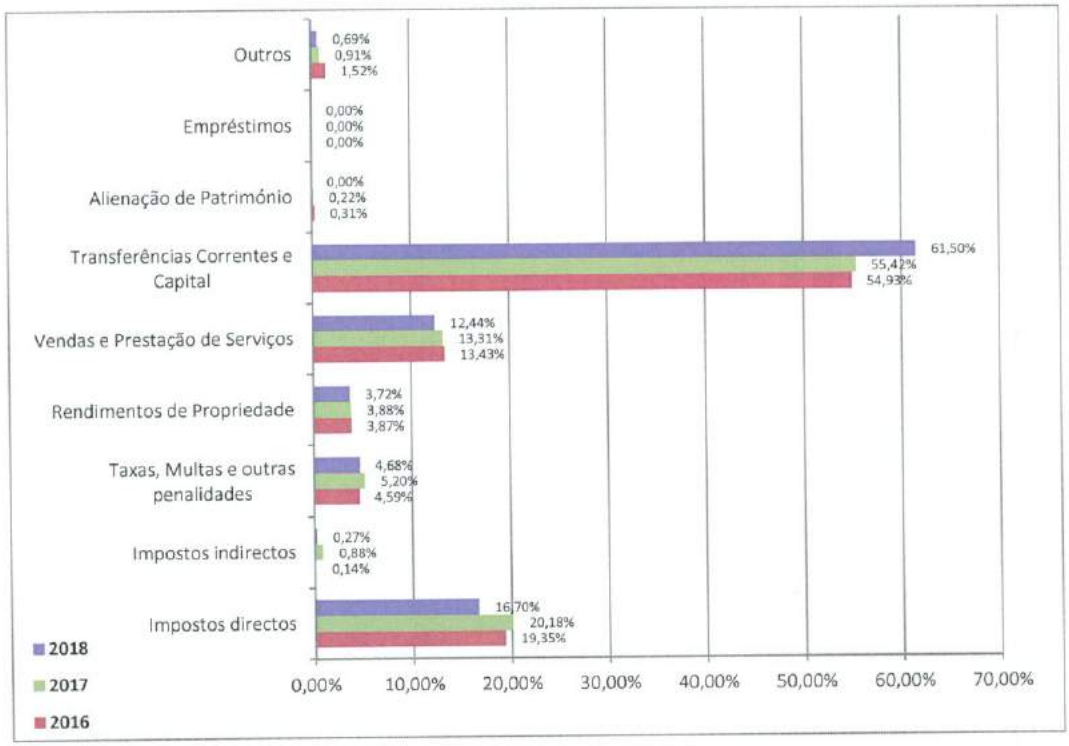


Gráfico 7 – Estrutura da receita, 2018

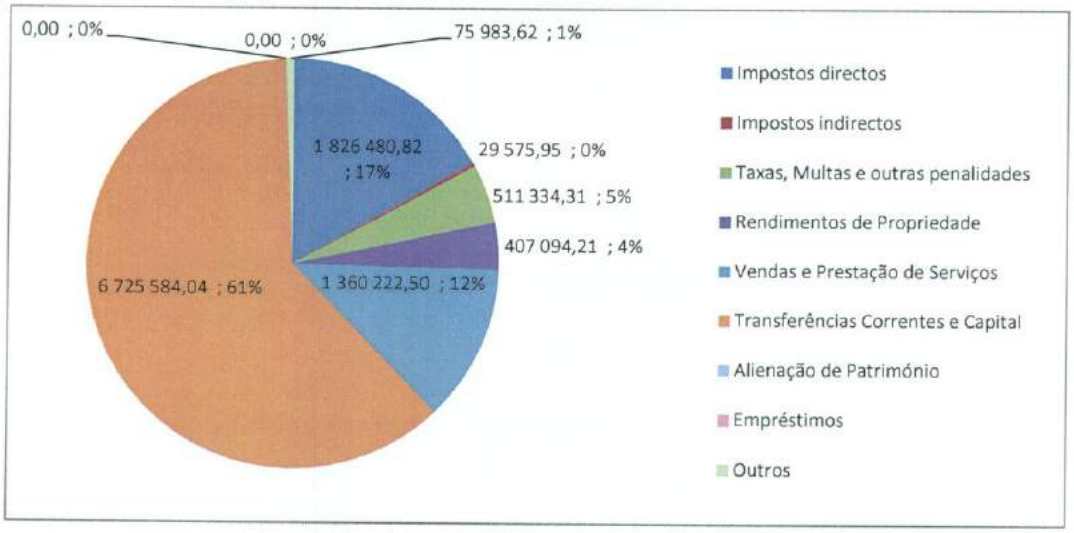


Gráfico 8 – Estrutura dos impostos diretos, 2018

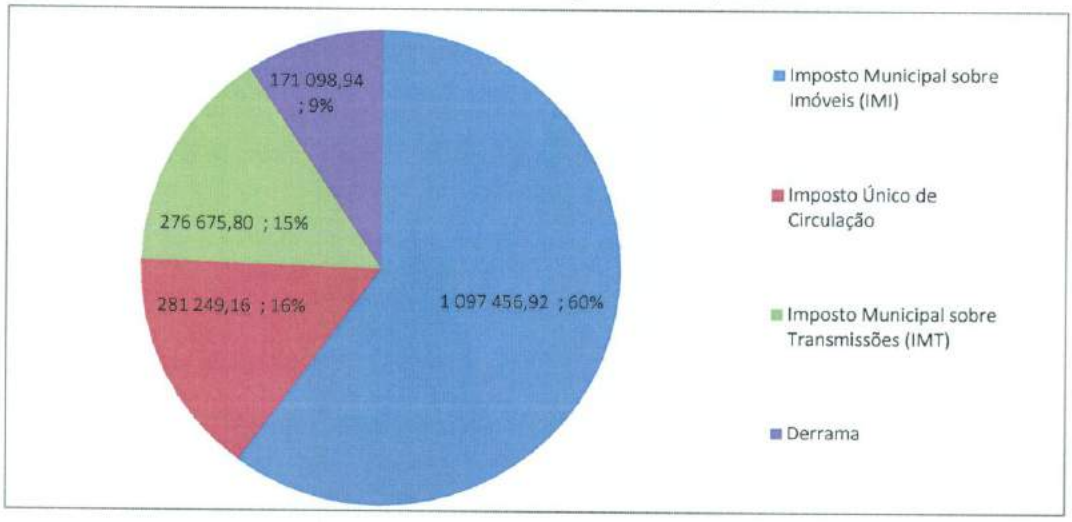
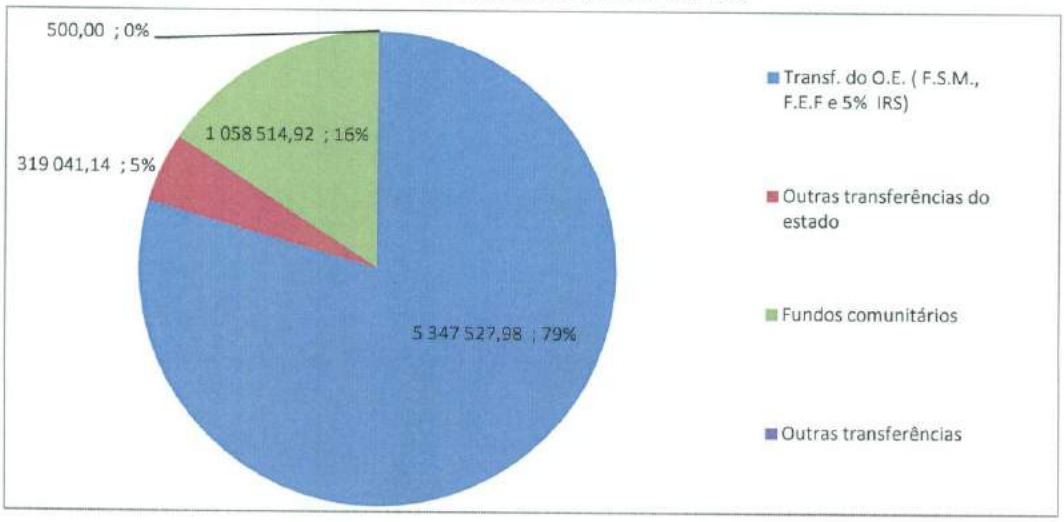


Gráfico 9 – Estrutura das transferências, 2018



Ainda em matéria da receita municipal e no que concerne ao grau de autonomia financeira, registamos a evolução relativa das receitas próprias. O exercício de 2018 faz notar uma diminuição do grau de autonomia em 5 pontos percentuais, que reflete as opções municipais de redução das taxas de IMI, o desempenho desfavorável da receita de taxas urbanísticas, da receita de vendas e prestações de serviços, bem assim da não alienação de património.

Quadro 11 – Evolução da receita própria, 2013-2018

	2013		2014		2015		2016		2017		2018	
RECEITA	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Receitas próprias	**3 687 533,83**	**24,45%**	**4 243 690,87**	**39,23%**	**4 690 367,01**	**40,85%**	**4 400 431,93**	**38,08%**	**4 609 413,07**	**38,47%**	**4 134 707,79**	**33,16%**
Impostos directos	1 660 371,19	11,01%	1 991 725,45	18,41%	2 216 567,01	19,30%	2 042 782,17	17,79%	2 130 586,69	17,78%	1 826 480,82	14,65%
Impostos indirectos	6 885,59	0,05%	43 802,15	0,40%	13 566,81	0,12%	14 430,58	0,13%	92 697,70	0,77%	29 575,95	0,24%
Taxas, Multas e outras penalidades	476 379,21	3,16%	466 821,08	4,32%	476 776,41	4,15%	484 475,96	4,22%	548 574,14	4,58%	511 334,31	4,10%
Rendimentos de Propriedade	367 749,45	2,44%	437 134,29	4,04%	444 522,32	3,87%	408 605,48	3,56%	409 762,77	3,42%	407 094,21	3,26%
Vendas e Prestação de Serviços	1 152 798,39	7,64%	1 286 504,90	11,89%	1 397 914,46	12,17%	1 417 908,74	12,35%	1 404 711,77	11,72%	1 360 222,50	10,91%
Alienação de Património	23 350,00	0,15%	17 703,00	0,16%	141 020,00	1,23%	32 229,00	0,28%	23 080,00	0,19%	0,00	0,00%
Outro financiamento	**11 392 102,82**	**75,55%**	**6 573 613,22**	**60,77%**	**6 791 667,55**	**59,15%**	**7 156 053,43**	**61,92%**	**7 373 303,59**	**61,53%**	**8 335 459,42**	**66,84%**
Transferências Correntes e Capital	5 765 626,29	38,23%	5 675 017,10	52,46%	5 736 930,07	49,96%	5 799 192,45	50,51%	5 850 874,19	48,83%	6 725 584,04	53,93%
Empréstimos	5 110 019,77	33,89%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros	516 456,76	3,42%	898 596,12	8,31%	1 054 737,48	9,19%	1 356 860,98	11,82%	1 522 429,40	12,71%	1 609 875,38	12,91%
Total das receitas	**15 079 636,65**	**100,00%**	**10 817 304,09**	**100,00%**	**11 482 034,56**	**100,00%**	**11 556 485,36**	**100,00%**	**11 982 716,66**	**100,00%**	**12 470 167,21**	**100,00%**

Deve ter-se presente, não obstante, e quanto a estas receitas próprias, que não estamos ante receitas que o Município de Ansião possa controlar de *per se*. São sobejo exemplo de receitas próprias não integralmente controladas pelo Autarquia, os impostos diretos (IMT, IUC, Derrama e IMI) em que, quer as alterações legislativas quer a dinâmica da economia, conduzem a resultados diferenciados de ano para ano.

3.3. Execução Orçamental da Despesa

Os quadros seguintes registam a execução da despesa, no horizonte 2016–2018, e a sua variação.

Quadro 12 – Evolução da estrutura da despesa, 2016–2018, peso por rúbricas

		2016		2017		2018	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Despesa Corrente							
0101 01 e 0102 01	Despesas com o Pessoal	2 079 928,28	20,53%	2 131 848,43	20,40%	2 279 850,14	21,23%
0102 0201	Aquisição de Bens	629 241,34	6,21%	607 895,08	5,82%	709 510,64	6,61%
0102 0202 e 0101 02	Aquisição de Serviços	2 814 632,58	27,78%	2 841 323,64	27,19%	2 905 344,60	27,05%
0102 04	Transferências Correntes	616 467,68	6,09%	659 530,64	6,31%	705 259,43	6,57%
0102 06	Outras Despesas Correntes	38 962,38	0,38%	66 991,20	0,64%	46 042,30	0,43%
0103 03	Juros e Outros Encargos	131 914,06	1,30%	93 827,71	0,90%	80 961,33	0,75%
	Total da Despesa Corrente	**6 311 146,32**	**62,30%**	**6 401 416,70**	**61,26%**	**6 726 968,44**	**62,63%**
Despesa de Capital							
0102 07	Investimentos	1 829 701,88	18,06%	2 625 162,49	25,12%	2 504 851,76	23,32%
0102 08	Transferências Capital	125 817,63	1,24%	94 361,66	0,90%	204 187,40	1,90%
0102 09	Activos Financeiros	69 621,00	0,69%	69 621,00	0,67%	52 215,75	0,49%
0103 10	Amortizações de Empréstimos	1 794 233,13	17,71%	1 258 263,05	12,04%	1 252 369,66	11,66%
	Total da Despesa de Capital	**3 819 373,64**	**37,70%**	**4 047 408,20**	**38,74%**	**4 013 624,57**	**37,37%**
TOTAL DA DESPESA		**10 130 519,96**	**100,00%**	**10 448 824,90**	**100,00%**	**10 740 593,01**	**100,00%**

Quadro 13 – Estrutura da despesa, variação 2016–2018

		2016	2017		2018		
		Abs.	Abs.	Variação 2017/2016	Abs.	Variação 2018/2017	Variação 2018/2016
Despesa Corrente							
0101 01 e 0102 01	Despesas com o Pessoal	2 079 928,28	2 131 848,43	2,50%	2 279 850,14	6,94%	9,61%
0102 0201	Aquisição de Bens	629 241,34	607 895,08	-3,39%	709 510,64	16,72%	12,76%
0102 0202 e 0101 02	Aquisição de Serviços	2 814 632,58	2 841 323,64	0,95%	2 905 344,60	2,25%	3,22%
0102 04	Transferências Correntes	616 467,68	659 530,64	6,99%	705 259,43	6,93%	14,40%
0102 06	Outras Despesas Correntes	38 962,38	66 991,20	71,94%	46 042,30	-31,27%	18,17%
0103 03	Juros e Outros Encargos	131 914,06	93 827,71	-28,87%	80 961,33	-13,71%	-38,63%
	Total da Despesa Corrente	**6 311 146,32**	**6 401 416,70**	**1,43%**	**6 726 968,44**	**5,09%**	**6,59%**
Despesa de Capital							
0102 07	Investimentos	1 829 701,88	2 625 162,49	43,47%	2 504 851,76	-4,58%	36,90%
0102 08	Transferências Capital	125 817,63	94 361,66	-25,00%	204 187,40	116,39%	62,29%
0102 09	Activos Financeiros	69 621,00	69 621,00	0,00%	52 215,75	-25,00%	-25,00%
0103 10	Amortizações de Empréstimos	1 794 233,13	1 258 263,05	-29,87%	1 252 369,66	-0,47%	-30,20%
	Total da Despesa de Capital	**3 819 373,64**	**4 047 408,20**	**5,97%**	**4 013 624,57**	**-0,83%**	**5,09%**
TOTAL DA DESPESA		**10 130 519,96**	**10 448 824,90**	**3,14%**	**10 740 593,01**	**2,79%**	**6,02%**

A comparação homóloga com o ano de 2017 permite-nos a apreciação infra relativamente às seguintes rúbricas:

- **Ao nível da despesa corrente**, que regista, no seu todo um crescimento de 5,09% (148.001,71€), decorrente de:
  - **Despesa com o pessoal**: evidencia um crescimento de 6,94% (148.001,71€), reflexo do incremento do número de trabalhadores, de 106 para 115 (acréscimo de 8,49%). Detalhamos este crescimento - já justificado no ponto 2.2. do presente relatório - no quadro seguinte:

Quadro 14 – Estrutura da despesa com o pessoal, variação 2016-2018

				Variação homóloga					
				2017/2016		2018/2017		2018/2016	
Rúbricas da despesa com o pessoal	2016	2017	2018	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Remunerações certas e permanentes:	1 561 898,63	1 573 641,46	1 701 823,12	11 742,83	0,75%	128 181,66	8,15%	139 924,49	8,96%
das quais *"Subsídios de férias e de natal"*	201 426,15	222 682,74	219 151,71	21 256,59	10,55%	-3 531,03	-1,59%	17 725,56	8,80%
Abonos variáveis e eventuais	53 881,10	57 715,66	76 651,30	3 834,56	7,12%	18 935,64	32,81%	22 770,20	42,26%
dos quais *"Trabalho extraordinário"*	25 029,80	21 727,69	27 963,23	-3 302,11	-13,19%	6 235,54	28,70%	2 933,43	11,72%
Segurança social	464 148,55	500 491,31	501 375,72	36 342,76	7,83%	884,41	0,18%	37 227,17	8,02%
TOTAL	**2 079 928,28**	**2 131 848,43**	**2 279 850,14**	**51 920,15**	**2,50%**	**148 001,71**	**6,94%**	**199 921,86**	**9,61%**

- **Aquisição de bens**: acréscimo de 16,72% (101.615,56€). Este acréscimo, resulta, na parte mais expressiva, do desempenho da despesa das rúbricas a seguir enunciadas; desempenho que surge influenciado quer pela variação das cotações (no caso da energia fóssil) quer pela intensificação do esforço de pagamento das despesas no ano em que foram incorridas:
  - Aquisição de gasóleo, com um acréscimo de 7,19% (14.474,09€);
  - Aquisição de gás, com um acréscimo de 62,23% (52.412,90€);
  - Refeições confecionadas (escolares), com um acréscimo de 18,31% (23.287,00€);
  - Aquisição de pneus e peças, com um acréscimo de 39,21% (11.273,55€);
- **Aquisição de serviços**: crescimento de 2,25% (64.020,96€), para o que contribuir expressivamente a variação da despesa com tratamento de efluentes urbanos (acréscimo de 32,44%; 88.174,41€);
- **Transferências correntes**: acréscimo de 6,93% (45.728,79€) justificado pelo comportamento dos seguintes itens de despesa:
  - Transferências para as Freguesias, com um acréscimo de 36,16% (32.571,54€);
  - Transferências para as Coletividades, com um acréscimo de 18,44% (19.589.49€);
  - Transferências correntes para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ansião, com um acréscimo de 22,33% (13.453,87€):
  - Transferências para as famílias (relativas aos contrato emprego-inserção) que registaram um decréscimo de 22,95% (-36.562,01€);
- **Outras despesas correntes**: decréscimo de 31,27% (-20.948,90€) que resulta do pagamento pontual, no ano de 2017, da Taxas de Recursos Hídricos de anos anteriores, junto da Agência Portuguesa do Ambiente, no valor de 26.107,46€;
- **Juros e outros encargos**: decréscimo de 13,71% (-12.866,38€) resultado juros de empréstimos e outras operações financeira, como evidenciado no quadro seguinte.

Quadro 15 – Despesa com juros, variação 2016-2018

	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Variação 2018/2016
Juros e outros encargos	131 914,06	93 827,71	80 961,33	-13,71%	-38,63%
Resultantes do PAEL	55 668,47	52 199,41	48 884,73	-6,35%	-12,19%
Resultande do Reequilíbrio Financeiro	47 026,77	25 032,17	22 150,55	-11,51%	-52,90%
Resultante de Saneamento Financeiro	19 608,60	11 360,78	7 110,00	-37,42%	-63,74%
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	3 697,46	2 393,99	1 981,81	-17,22%	-46,40%
Juros de locação financeira	5 776,55	2 841,36	812,87	-71,39%	-85,93%
Juros de dívida comercial	136,21	0,00	21,37	#DIV/0!	-84,31%

- **Ao nível da despesa de capital**, que regista um decréscimo de 0,83% (-33.783,63€), decorrente de:
  - **Investimentos:** decréscimo de 4,58% (-120.310,73€);
  - **Transferências de capital**: acréscimo de 116,39% (109.825,74€); comportamento que surge impactado pelo apoio extraordinário conferido à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ansião, no valor de 150.000,00€ para aquisição de veículo de combate a incêndios florestais;
  - **Ativos financeiros**: decréscimo de 25% (-17.405,25€). Tal decréscimo resulta da revisão introduzida ao plano de subscrição do Fundo de Apoio Municipal e nos termos da qual a subscrição para o exercício de 2018 foi revista e 69.621,00€ para 52.215,75€, precisamente -17.405,25€.

Quadro 16 – Revisão do quadro de subscrição do FAM

	Subscrição do FAM							Subscrição
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Contribuição do Município de Ansião para o FAM (inicialmente prevista)	69 621,00	69 621,00	69 621,00	69 621,00	69 621,00	69 621,00	69 620,71	487 346,71
Subscição reduzida por força do artigo 303.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro	69 621,00	69 621,00	69 621,00	52 215,75	34 810,50	17 405,25	0,00	313 294,50
	Subscrição realizada			261 078,75				
				Subscrição por realizar			52 215,75	
						Subscrição total		313 294,50

- **Amortizações de empréstimos**: decréscimo de 0,47% (-5.893,39€), resultando do plano de amortizações ordinárias aprovado.

No seu todo, a despesa paga do exercício de 2018 fixou-se em 10.740.593,01€, representando um acréscimo de 2,79% (291.768,11€) relativamente à despesa de 2017.

Os gráficos seguintes representam a estruturação da despesa, em leitura comparada do período 2016-2018 e, quanto ao exercício de 2018, a sua decomposição pelas diversas componentes.

Gráfico 10 – Evolução da estrutura da despesa, variação 2016-2018

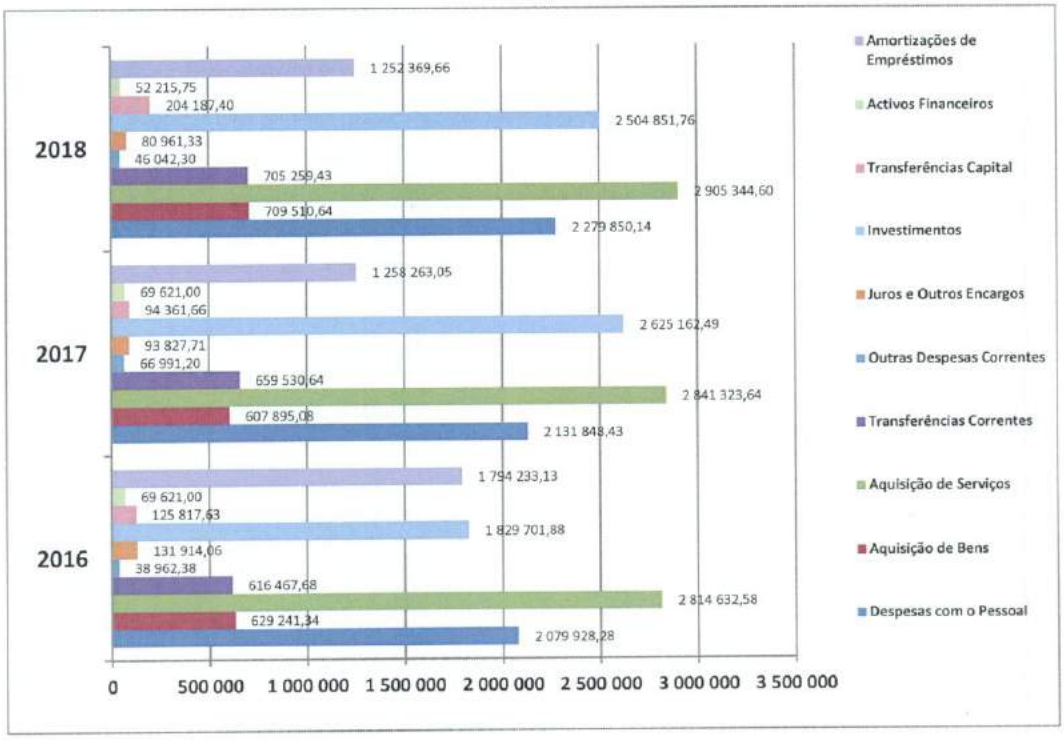


Gráfico 11 – Estrutura da despesa, variação relativa 2016-2018

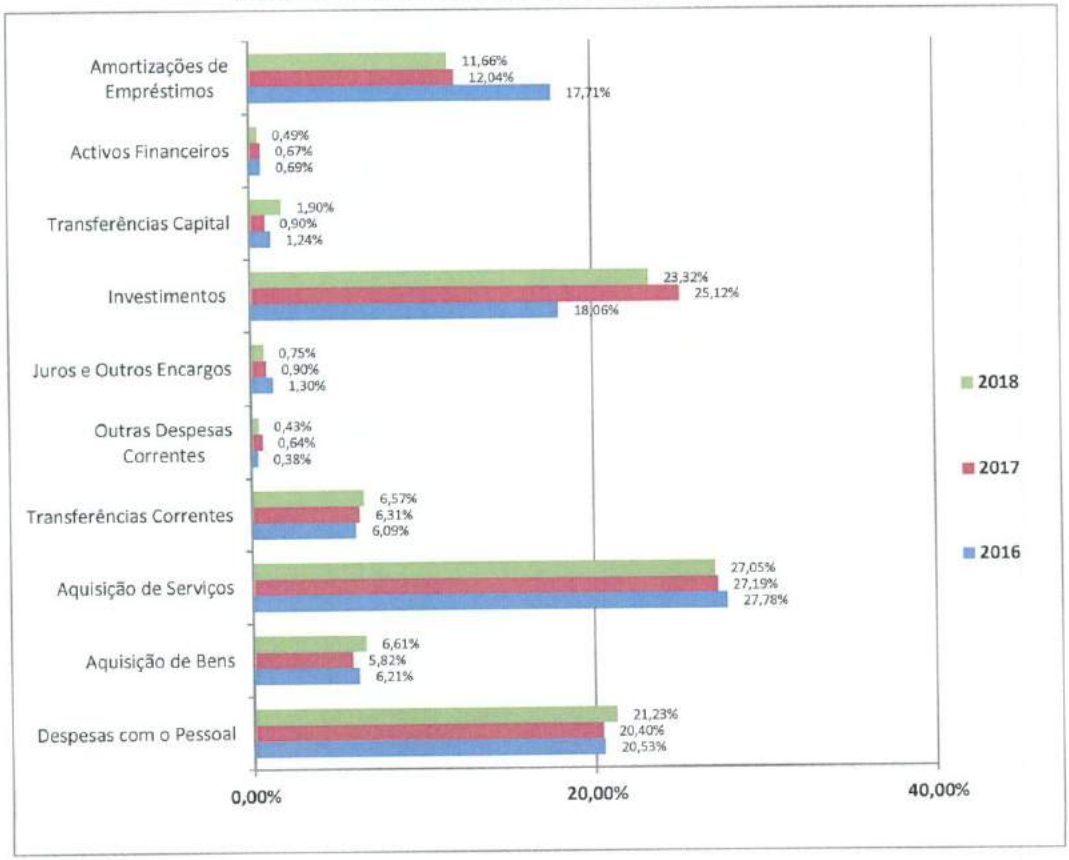


Gráfico 12 – Estrutura da despesa, 2018

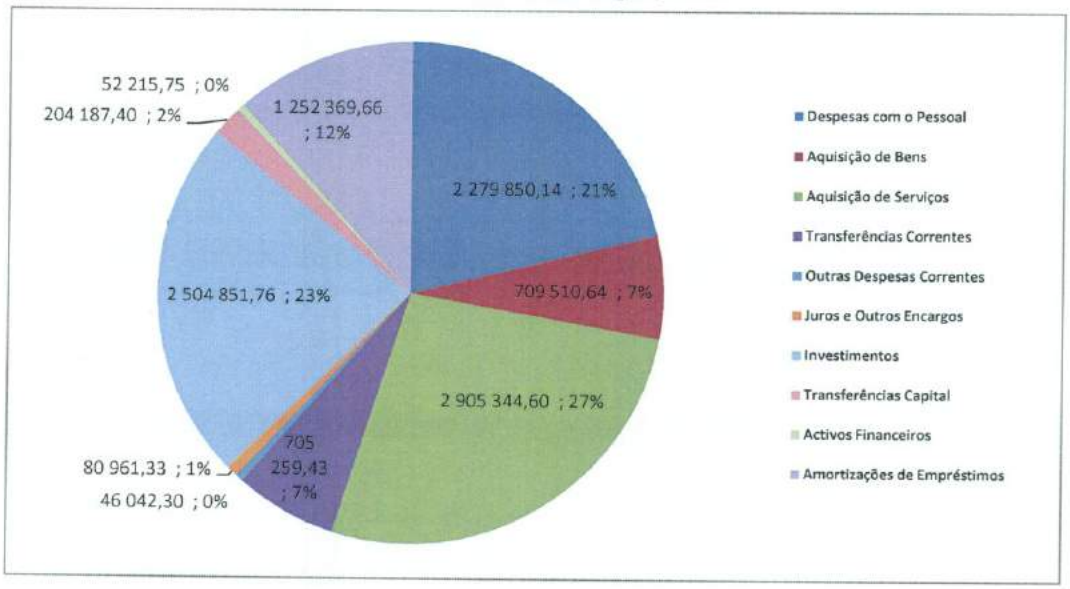


Gráfico 13 – Estrutura da despesa corrente, 2018

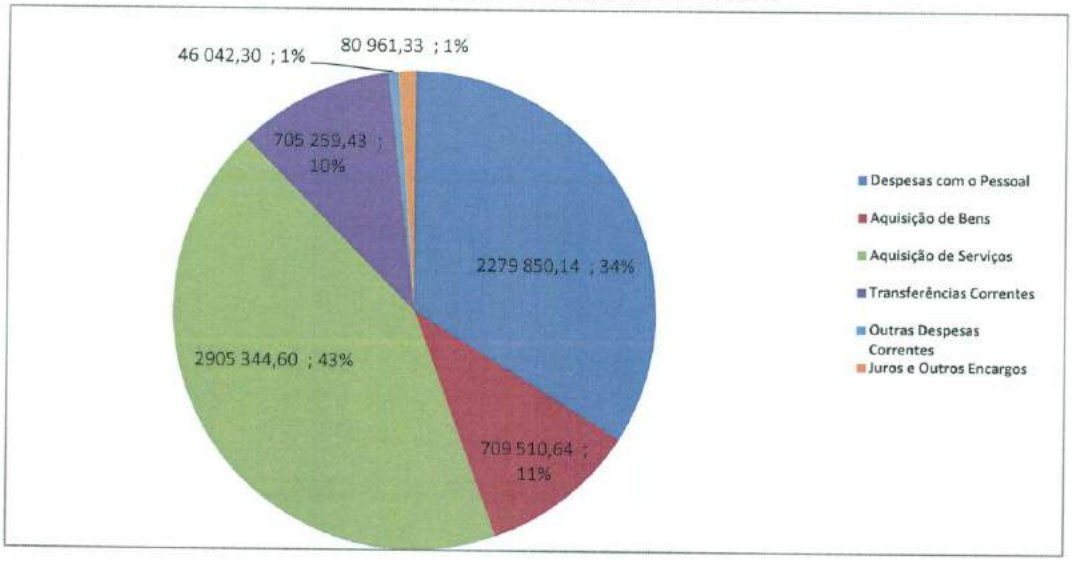
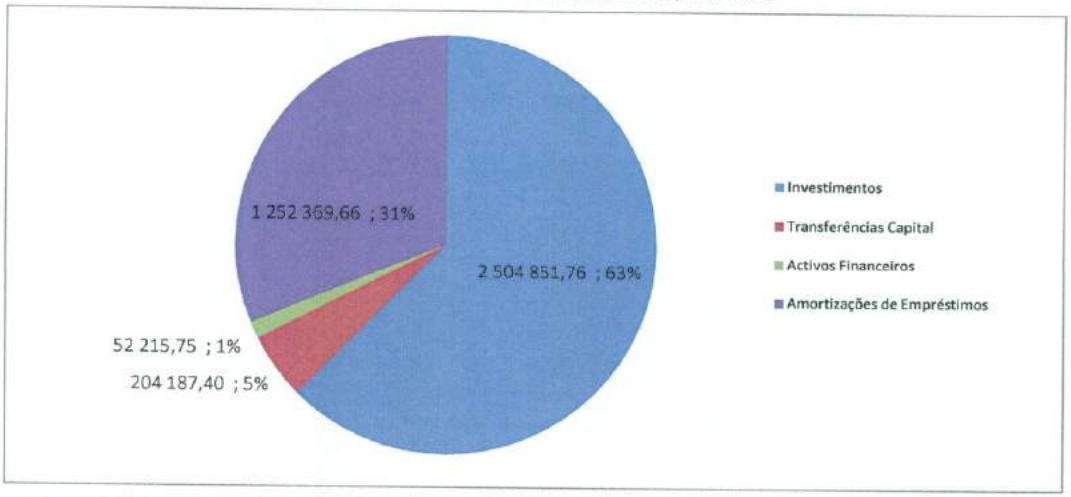


Gráfico 14 – Estrutura da despesa de capital, 2018



3.4. Relacionamento da Despesa com a Receita

Nos próximos quadros e gráficos representamos a evolução e o relacionamento entre despesas (pagas) e receitas, correntes e de capital, ao longo dos últimos 3 anos.

Quadro 17 – Evolução e relacionamento da despesa e da receita 2016-2018

	2016	2017	2018
RECEITA			
Receitas correntes	7 993 410,33	8 248 554,41	7 793 410,31
Receitas capital	2 341 242,26	2 287 043,40	3 142 425,77
Outras receitas	25 533,13	21 153,45	439,37
Total da receita	**10 360 185,72**	**10 556 751,26**	**10 936 275,45**
DESPESA			
Despesas correntes	6 311 146,32	6 401 416,70	6 726 968,44
Despesas capital	3 819 373,64	4 047 408,20	4 013 624,57
Total da despesa	**10 130 519,96**	**10 448 824,90**	**10 740 593,01**
Relacionamento			
Receita corrente / despesa corrente	126,66%	128,86%	115,85%
Receita de capital / despesa de capital	61,30%	56,51%	78,29%
Libertação de receita corrente para investimento	**1 682 264,01**	**1 847 137,71**	**1 066 441,87**

Gráfico 15 – Evolução da receita, 2016-2018

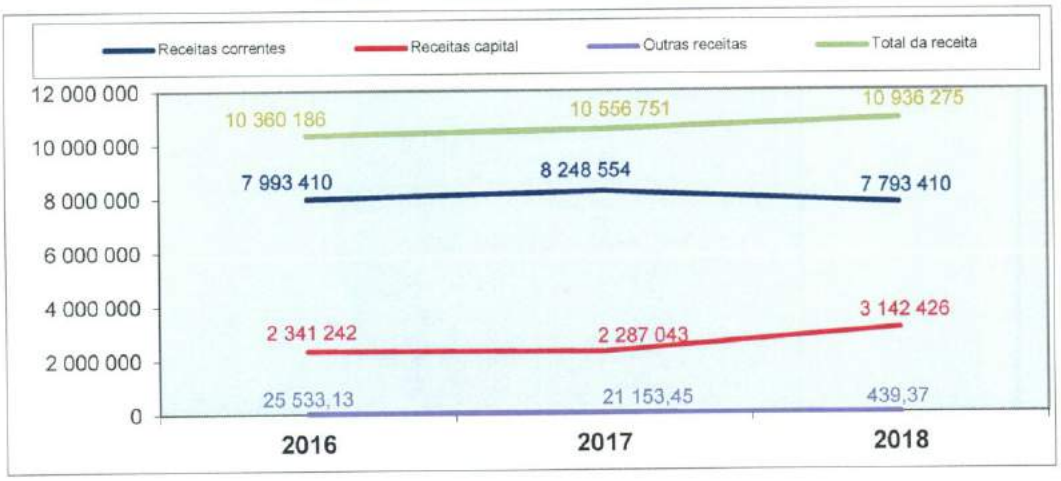


Gráfico 16 – Evolução da despesa, 2016-2018

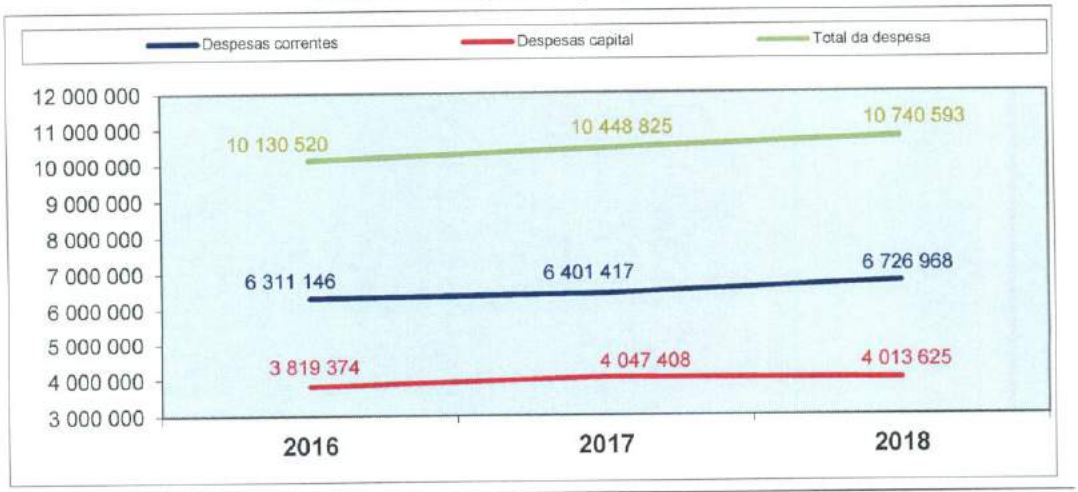


Gráfico 17 – Evolução da receita e da despesa correntes, 2016-2018

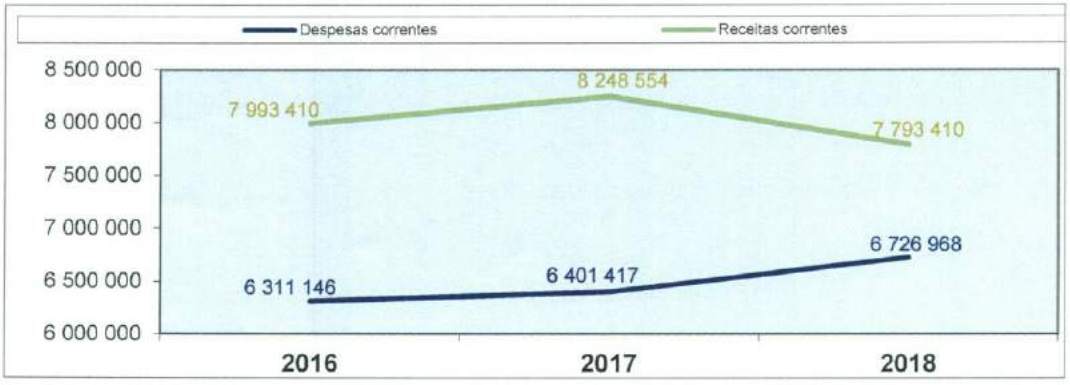


Gráfico 18 – Evolução da receita e da despesa de capital, 2016-2018

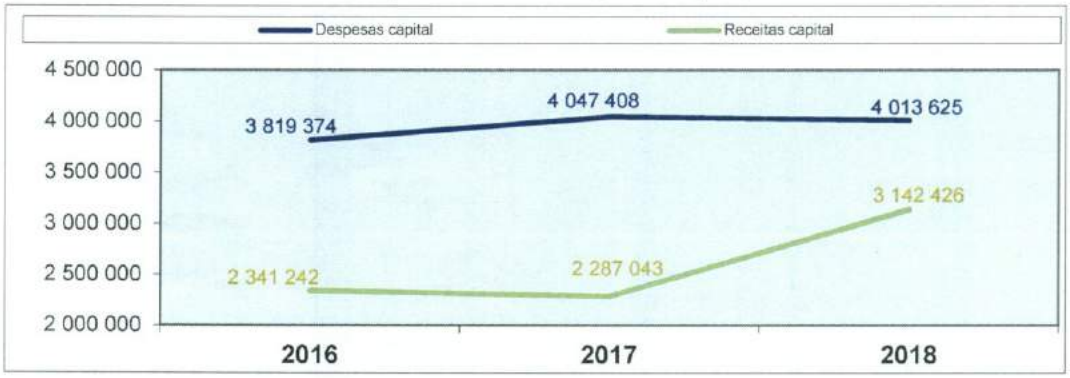


Gráfico 19 – Relacionamento da receita e da despesa da mesma natureza, 2016-2018

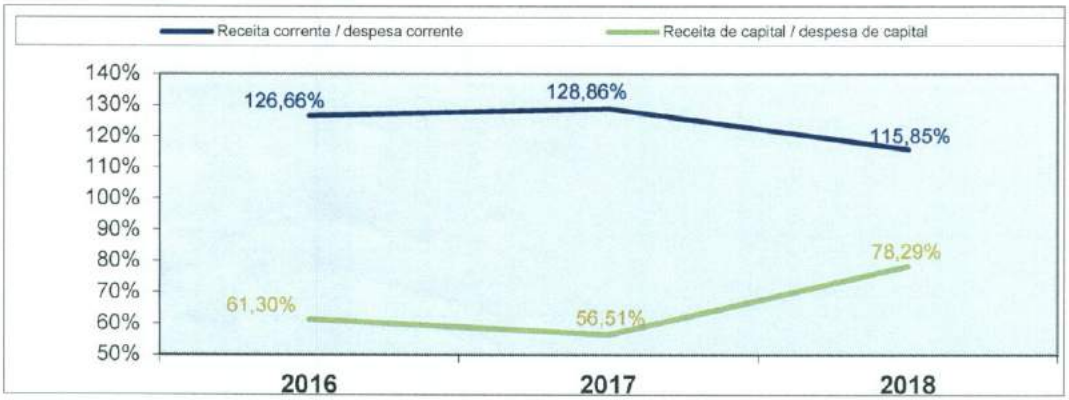


Gráfico 20 – Receita corrente liberta para investimento, 2016-2018

3.5. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano

O quadro seguinte demonstra a poupança corrente e a libertação de recursos para investimento ou para outras despesas de capital. Considera-se, nesta análise, não apenas o diferencial entre receita corrente e despesa corrente, mas também os recursos disponibilizados pelo saldo da gerência anterior afeto a despesa corrente e por reposições não abatidas aos pagamentos (RNAP`s).

Quadro 18 – Libertação efetiva de receita corrente para despesas de capital, 2018

	Execução orçamental 2018	
Parte do saldo da gerência de 2017 afeta a despesa corrente (cf. artigo 104.º da LOE 2018)	**533 891,76**	(a)
Receita corrente	7 793 410,31	(b)
Receita de capital	3 142 425,77	(c)
Outras receitas (RNAPs)	439,37	(d)
Total da receita (b+c+d)	**10 936 275,45**	
Despesa corrente	6 726 968,44	(e)
Despesa de capital	4 013 624,57	(f)
Total da despesa (e+f)	**10 740 593,01**	
Saldo para a gerência seguinte	1 729 574,20	(g)
Libertação de receita corrente para despesa de capital: (a + b + d - e)		**1 600 773,00**

No Exercício de 2018 a despesa de capital atingiu o valor de 4.013.624,57€.

O saldo do exercício fixou-se em 1.729.574,20€;

O quadro e gráficos seguintes evidenciam a execução das Grandes Opções do Plano, com uma despesa total de 6,958M€.

Quadro 19 – Execução das Grandes Opções do Plano

	Objectivos	Previsto (P)	Comprometido (C)	% C/P	Realizado (R)	% do total realizado	% R/P	Pago (Pg)	% do total pago	% Pg/P
1	Funções Gerais	693 886,90 €	650 229,00 €	93,71	638 665,28 €	9,15	92,04	636 026,44 €	9,14	91,66
111	Administração Geral	302 271,88 €	289 746,94 €	95,86	278 244,22 €	3,99	92,05	275 605,38 €	3,96	91,18
121	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	391 615,02 €	360 482,06 €	92,05	360 421,06 €	5,17	92,03	360 421,06 €	5,18	92,03
2	Funções Sociais	3 702 443,83 €	3 636 954,78 €	98,23	3 604 314,75 €	51,66	97,35	3 607 417,83 €	51,84	97,43
211	Ensino não superior	177 942,66 €	176 527,39 €	99,20	174 466,67 €	2,50	98,05	174 466,67 €	2,51	98,05
212	Serviços Auxiliares de Ensino	352 500,00 €	350 451,85 €	99,42	347 979,11 €	4,99	98,72	347 979,11 €	5,00	98,72
221	Serviços individuais de saúde	10 000,00 €	10 000,00 €	100,00	10 000,00 €	0,14	100,00	10 000,00 €	0,14	100,00
232	Acção Social	110 565,00 €	107 718,22 €	97,43	105 905,19 €	1,52	95,79	105 905,19 €	1,52	95,79
242	Ordenamento do Território	915 555,02 €	906 920,21 €	99,06	902 517,12 €	12,93	98,58	902 517,12 €	12,97	98,58
243	Saneamento	986 862,67 €	970 382,90 €	98,33	970 382,90 €	13,91	98,33	973 485,98 €	13,99	98,64
244	Abastecimento de água	285 280,07 €	280 954,88 €	98,48	280 954,88 €	4,03	98,48	280 954,88 €	4,04	98,48
245	Resíduos Sólidos	173 470,17 €	169 814,66 €	97,89	167 692,91 €	2,40	96,67	167 692,91 €	2,41	96,67
246	Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	71 494,49 €	69 349,23 €	97,00	64 369,36 €	0,92	90,03	64 369,36 €	0,93	90,03
251	Cultura	354 608,75 €	336 995,38 €	95,03	327 531,51 €	4,69	92,36	327 531,51 €	4,71	92,36
252	Desporto, Recreio e Lazer	261 951,00 €	255 626,06 €	97,59	250 301,10 €	3,59	95,55	250 301,10 €	3,60	95,55
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	2 214,00 €	2 214,00 €	100,00	2 214,00 €	100,00	100,00	2 214,00 €	100,00	100,00
3	Funções Económicas	1 164 689,26 €	1 119 857,33 €	96,15 €	1 110 011,93 €	15,91 €	95,31 €	1 110 859,99 €	15,96 €	95,38
311	Fomento agrícola, pecuário e florestal	12 500,00 €	12 500,00 €	100,00	12 500,00 €	0,18	100,00	12 500,00 €	0,18	100,00
320	Indústria e Energia	544 601,00 €	538 875,47 €	98,95	536 071,49 €	7,68	98,43	536 919,55 €	7,72	98,59
331	Transportes rodoviários	334 601,52 €	297 590,41 €	88,94	297 034,19 €	4,26	88,77	297 034,19 €	4,27	88,77
341	Mercados e Feiras	17 000,00 €	16 427,95 €	96,64	16 427,95 €	0,24	96,64	16 427,95 €	0,24	96,64
342	Turismo	226 886,74 €	225 785,18 €	99,51	219 299,98 €	3,14	96,66	219 299,98 €	3,15	96,66
351	Fomento do crescimento económico	29 100,00 €	28 678,32 €	98,55	28 678,32 €	0,41	98,55	28 678,32 €	0,41	98,55
4	Outras Funções	3 068 737,62 €	1 624 439,17 €	52,94	1 624 412,52 €	23,28	52,93	1 603 971,79 €	23,05	52,27
410	Operações da Dívida Autarquica	2 776 356,58 €	1 333 357,64 €	48,03	1 333 330,99 €	19,11	48,02	1 333 330,99 €	19,16	48,02
420	Transferências entre Administrações	165 850,00 €	165 693,43 €	99,91	165 693,43 €	2,37	99,91	165 693,43 €	2,38	99,91
431	Sector público empresarial	20 640,73 €	20 440,73 €	99,03	20 440,73 €	0,29	99,03	0,00 €	0,00	0,00
432	Associações de autarquias locais	6 120,68 €	6 120,68 €	100,00	6 120,68 €	0,09	100,00	6 120,68 €	0,09	100,00
433	Outras participações	88 169,63 €	87 394,84 €	99,12	87 394,84 €	1,25	99,12	87 394,84 €	1,26	99,12
44	Dinamização de geminações	11 600,00 €	11 431,85 €	98,55	11 431,85 €	0,16	98,55	11 431,85 €	0,16	98,55
	TOTAL	8 629 757,61 €	7 031 480,28 €	81,48	6 977 404,48 €	100,00	80,85	6 958 276,05 €	100,00	80,63

Em 2018 atingimos, ao nível das Grandes Opções do Plano, uma taxa de comprometimento de 81,48%, com uma taxa de realização de 80,85%, sendo a taxa de pagamento de 80,63%. **Salienta-se que a taxa de pagamentos (Pg) / realizado (R) se fixou em 99,73%.**

Gráfico 21 – Execução das Grandes Opções do Plano, por funções

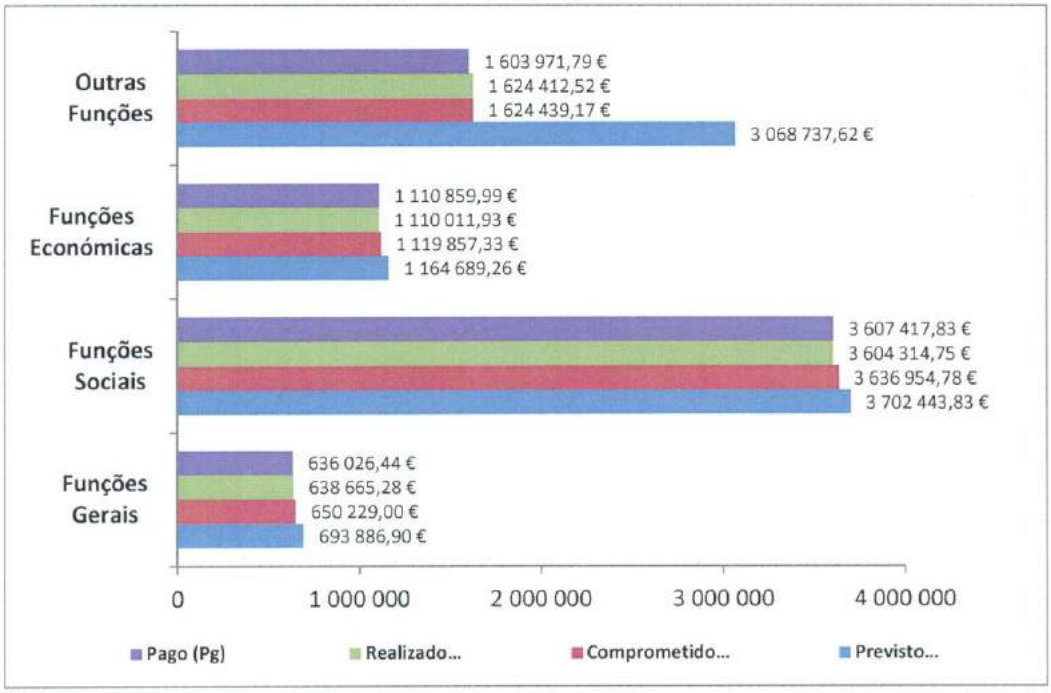


Gráfico 22 – Execução das Grandes Opções do Plano, por objetivos

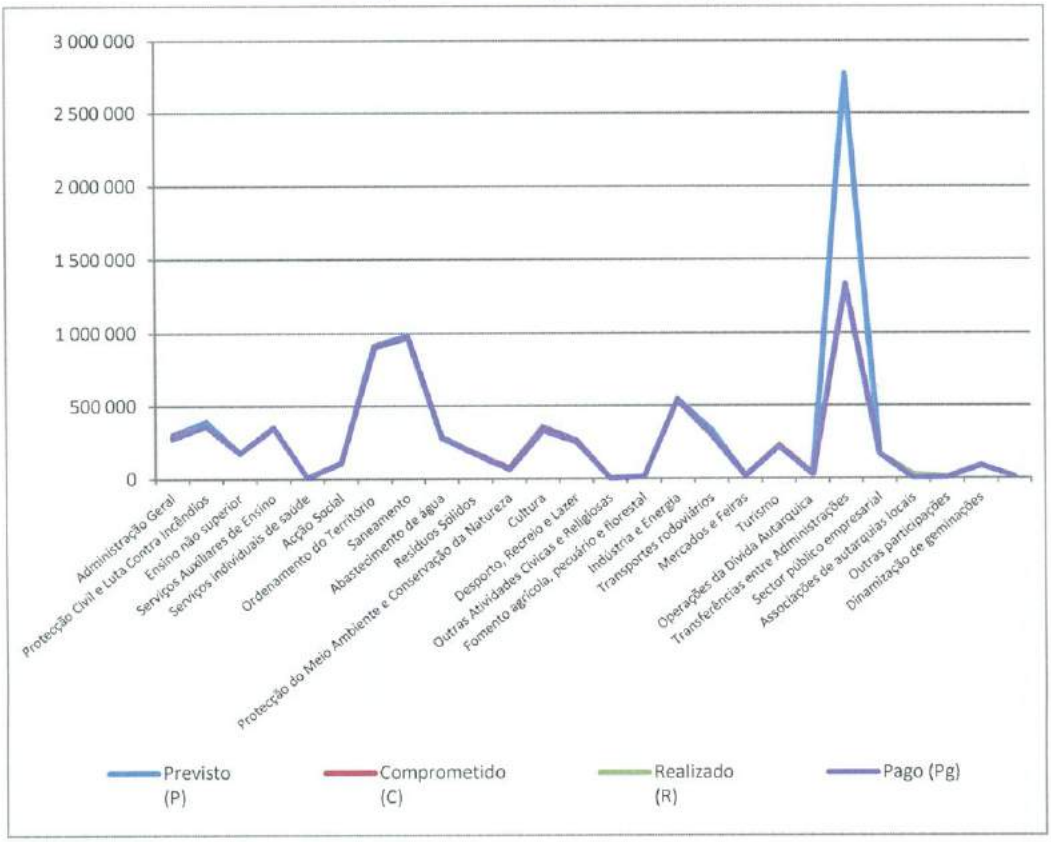


Gráfico 23 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano (pagamentos/previsto), por funções

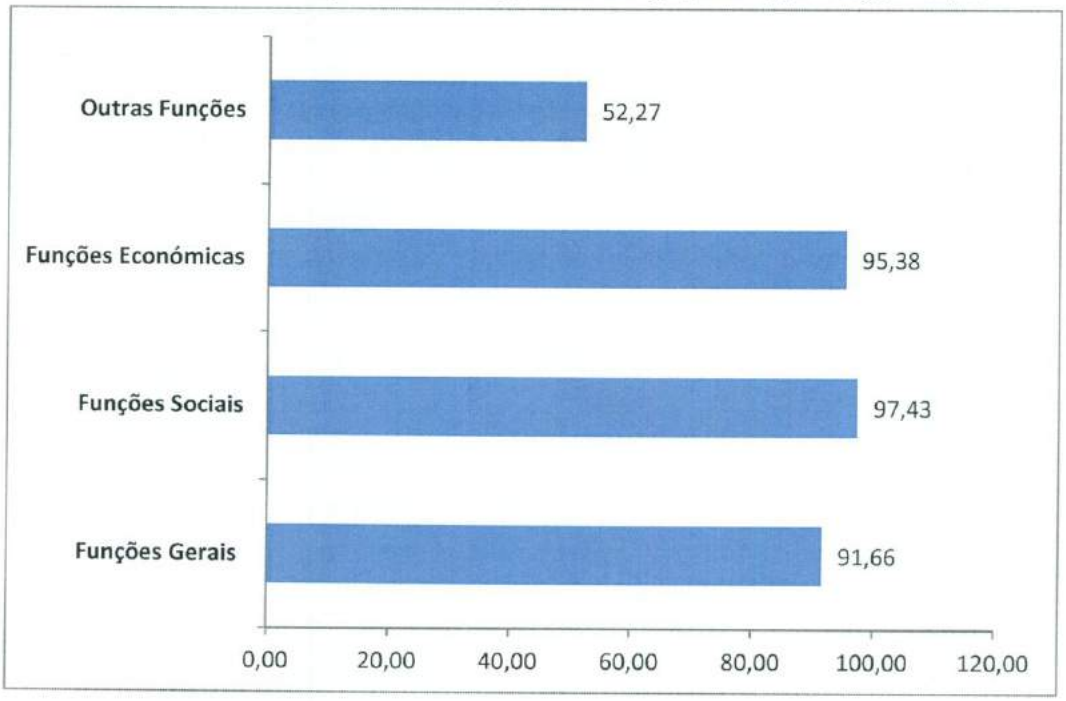
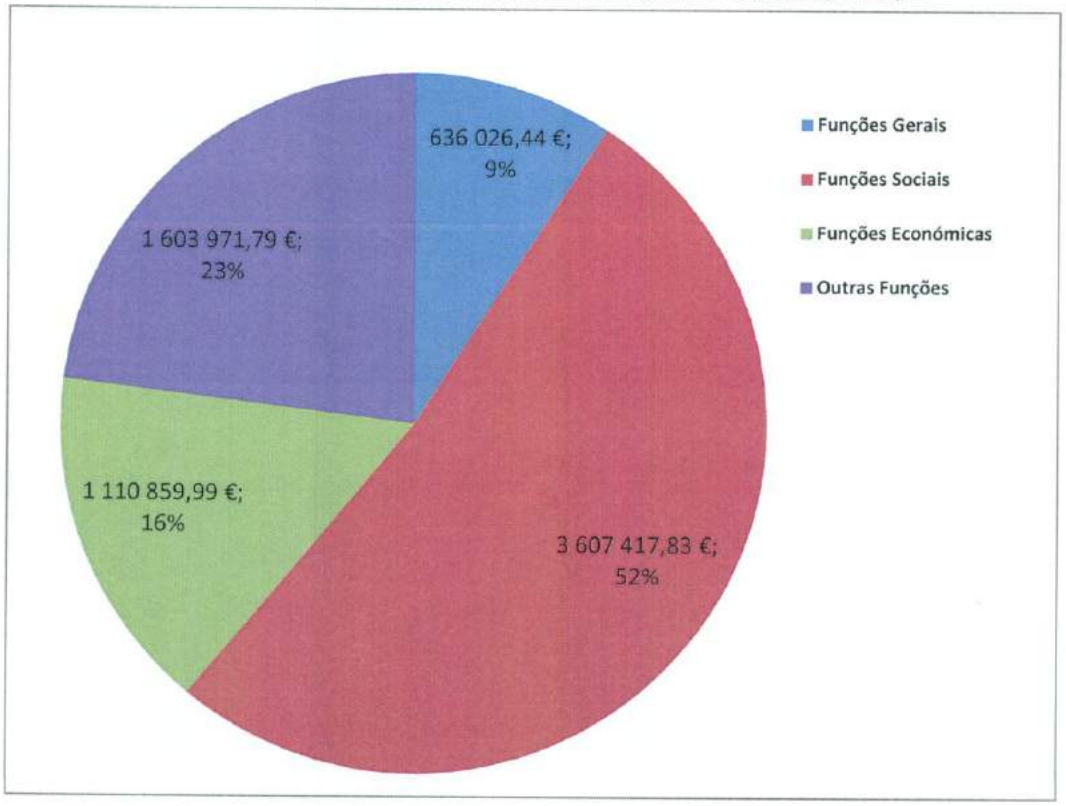


Gráfico 24 – Execução das Grandes Opções do Plano (pagamentos), peso por função



3.6. Execução Orçamental do Plano do Plurianual de Investimentos

O quadro e gráficos seguintes expressam a execução do Plano Plurianual de Investimentos, por funções e objetivos.

Quadro 20 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos

	Objectivos	Previsto (P)	Comprometido (C)	% C/P	Realizado (R)	% do total realizado	% R/P	Pago (Pg)	% do total pago	% Pg/P
1	Funções Gerais	258 220,66 €	226 250,68 €	87,62	218 929,79 €	8,74	84,78	218 929,79 €	8,74	84,78
111	Administração Geral	108 605,64 €	100 183,58 €	92,25	92 862,69 €	3,71	85,50	92 862,69 €	3,71	85,50
121	Protecção Cívil e Luta Contra Incêndios	149 615,02 €	126 067,10 €	84,26	126 067,10 €	5,03	84,26	126 067,10 €	5,03	84,26
2	Funções Sociais	1 857 440,12 €	1 831 424,73 €	98,60	1 823 558,78 €	72,81	98,18	1 823 558,78 €	72,80	98,18
211	Ensino não superior	87 500,00 €	86 741,65 €	99,13	86 740,65 €	3,46	99,13	86 740,65 €	3,46	99,13
221	Serviços Individiais de Saúde	10 000,00 €	10 000,00 €	100,00	10 000,00 €	0,40	100,00	10 000,00 €	0,40	100,00
242	Ordenamento doTerritório	915 555,02 €	906 920,21 €	99,06	902 517,12 €	36,03	98,58	902 517,12 €	36,03	98,58
243	Saneamento	577 000,00 €	575 662,40 €	99,77	575 662,40 €	22,98	99,77	575 662,40 €	22,98	99,77
244	Abastecimento de Água	178 000,00 €	174 649,37 €	98,12	174 649,37 €	6,97	98,12	174 649,37 €	6,97	98,12
245	Resíduos Sólidos	28 000,00 €	26 644,84 €	95,16	24 523,09 €	0,98	87,58	24 523,09 €	0,98	87,58
246	Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	11 000,00 €	9 056,63 €	82,33	9 056,63 €	0,36	82,33	9 056,63 €	0,36	82,33
251	Cultura	15 884,10 €	9 970,32 €	62,77	9 970,32 €	0,40	62,77	9 970,32 €	0,40	62,77
252	Desporto, Recreio e Lazer	34 501,00 €	31 779,31 €	92,11	30 439,20 €	1,22	88,23	30 439,20 €	1,22	88,23
3	Funções Económicas	512 325,55 €	471 857,96 €	92,10	462 175,76 €	18,45	90,21	462 363,19 €	18,46	90,25
320	Indústria e Energia	72 001,00 €	69 448,36 €	96,45	66 748,93 €	2,66	92,71	66 936,36 €	2,67	92,97
331	Transportes Rodoviários	322 601,52 €	285 877,41 €	88,62	285 321,19 €	11,39	88,44	285 321,19 €	11,39	88,44
341	Mercados e Feiras	17 000,00 €	16 427,95 €	96,64	16 427,95 €	0,66	96,64	16 427,95 €	0,66	96,64
342	Turismo	100 723,03 €	100 104,24 €	99,39	93 677,69 €	3,74	93,01	93 677,69 €	3,74	93,01
	TOTAL	2 627 986,33 €	2 529 533,37 €	96,25	2 504 664,33 €	100,00	95,31	2 504 851,76 €	100,00	95,31

Em matéria de investimento, no ano de 2018 atingiu-se uma taxa de comprometimento de 96,25%, com uma taxa de realização de 95,31%, sendo a taxa de pagamento, igualmente, de 95,31%. **Em leitura similar, a taxa de pagamentos (Pg) / realizado (R), atingiu os 100,00%.**

Gráfico 25 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos, por funções

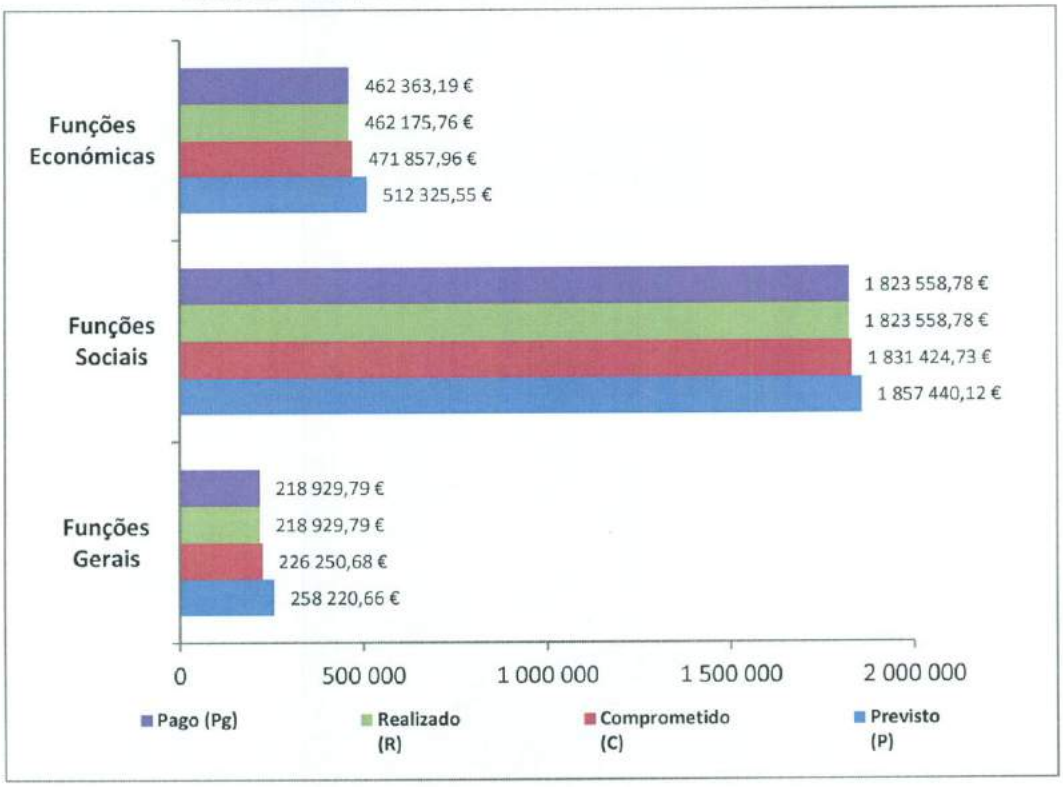


Gráfico 26 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos, por objetivos

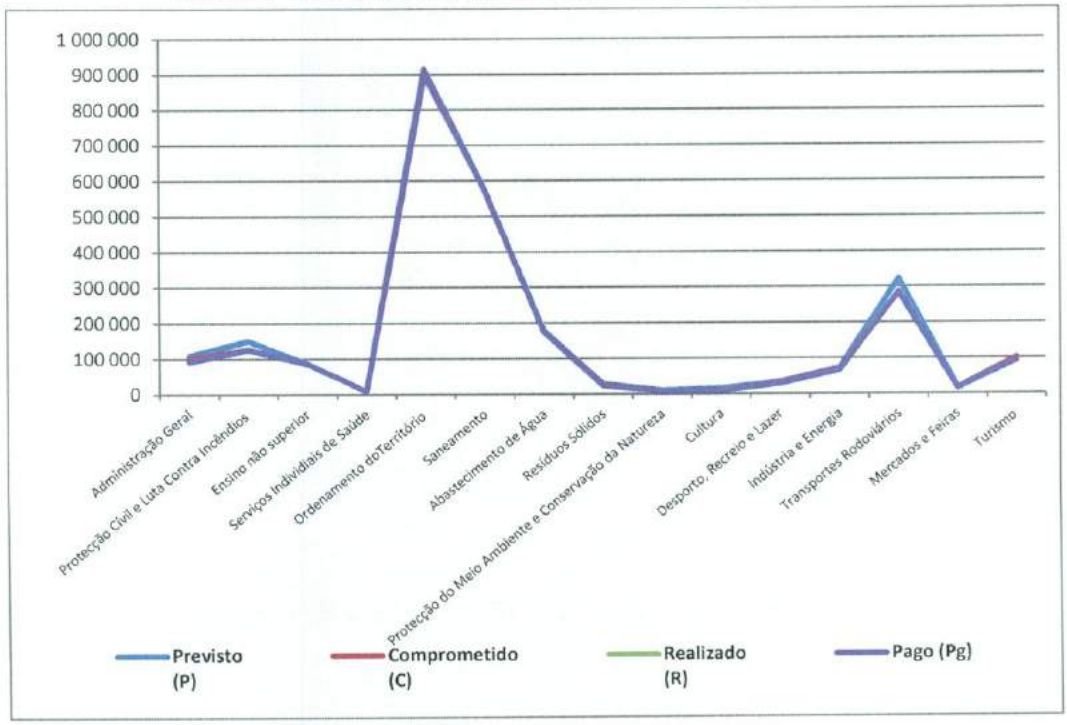


Gráfico 27 – Grau de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (pagamentos/previsto), por funções

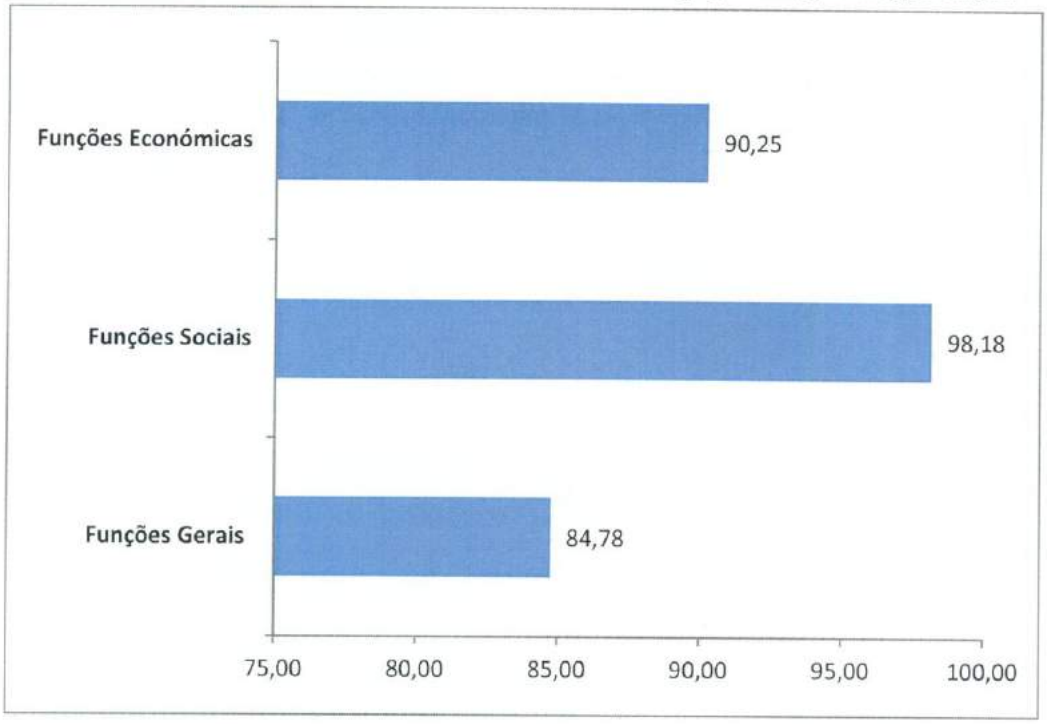
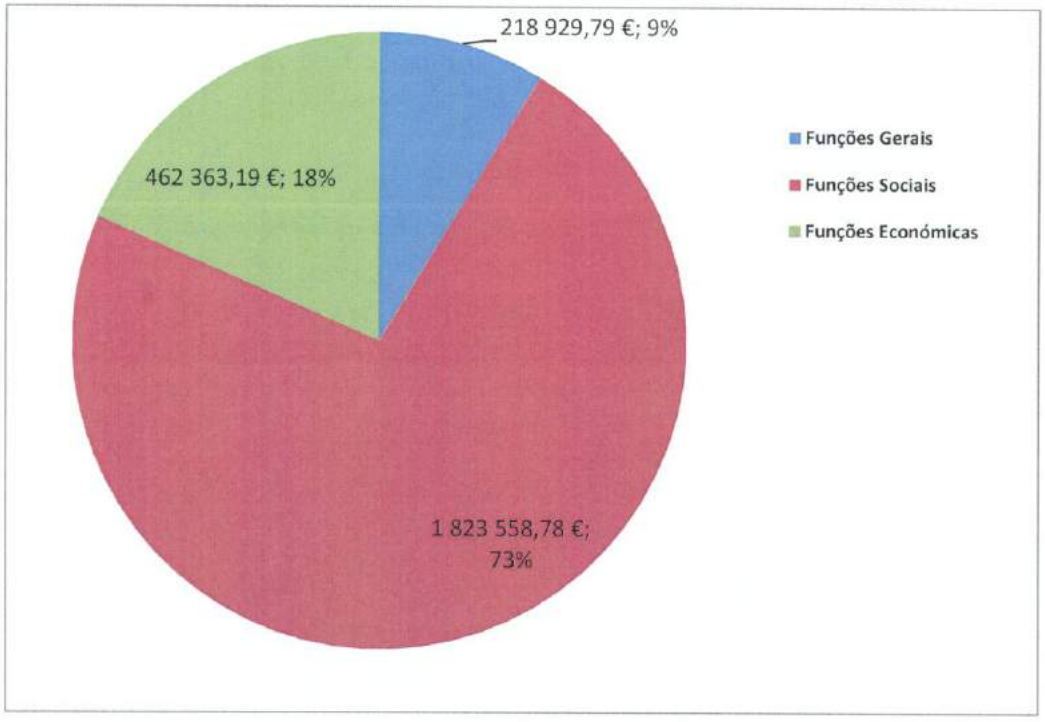


Gráfico 28 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (pagamentos), peso por função



3.7. Execução Orçamental das Atividades Mais Relevantes

No quadro seguinte, a execução das Atividades Mais Relevantes, por funções e objetivos.

Quadro 21 – Execução das Atividades Mais Relevantes

	Objectivos	Previsto (P)	Comprometido (C)	% C/P	Realizado (R)	% do total realizado	% R/P	Pago (Pg)	% do total pago	% Pg/P
1	Funções Gerais	435 666,24 €	423 978,32 €	97,32	419 735,49 €	9,38	96,34	417 096,65 €	9,37	95,74
111	Administração Geral	193 666,24 €	189 563,36 €	97,88	185 381,53 €	4,14	95,72	182 742,69 €	4,10	94,36
121	Protecção Civi e Luta Contra Incêndios	242 000,00 €	234 414,96 €	96,87	234 353,96 €	5,24	96,84	234 353,96 €	5,26	96,84
2	Funções Sociais	1 845 003,71 €	1 805 530,05 €	97,86	1 780 755,97 €	39,81	96,52	1 783 859,05 €	40,06	96,69
210	Ensino não superior	90 442,66 €	89 785,74 €	99,27	87 726,02 €	1,96	97,00	87 726,02 €	1,97	97,00
212	Serviços Auxiliares de Ensino	352 500,00 €	350 451,85 €	99,42	347 979,11 €	7,78	98,72	347 979,11 €	7,81	98,72
232	Acção Social	110 565,00 €	107 718,22 €	97,43	105 905,19 €	2,37	95,79	105 905,19 €	2,38	95,79
243	Saneamento	409 862,67 €	394 720,50 €	96,31	394 720,50 €	8,83	96,31	397 823,58 €	8,93	97,06
244	Abastecimento de água	107 280,07 €	106 305,51 €	99,09	106 305,51 €	2,38	99,09	106 305,51 €	2,39	99,09
245	Resíduos Sólidos	145 470,17 €	143 169,82 €	98,42	143 169,82 €	3,20	98,42	143 169,82 €	3,21	98,42
246	Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	60 494,49 €	60 292,60 €	99,67	55 312,73 €	1,24	91,43	55 312,73 €	1,24	91,43
251	Cultura	338 724,65 €	327 025,06 €	96,55	317 561,19 €	7,10	93,75	317 561,19 €	7,13	93,75
252	Desporto, Recreio e Lazer	227 450,00 €	223 846,75 €	98,42	219 861,90 €	4,92	96,66	219 861,90 €	4,94	96,66
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	2 214,00 €	2 214,00 €	100,00	2 214,00 €	0,05	100,00	2 214,00 €	0,05	100,00
3	Funções Económicas	652 363,71 €	647 999,37 €	99,33	647 836,17 €	14,48	99,31	648 496,80 €	14,56	99,41
311	Fomento agrícola, pecuário e florestal	12 500,00 €	12 500,00 €	100,00	12 500,00 €	0,28	100,00	12 500,00 €	0,28	100,00
320	Indústria e Energia	472 600,00 €	469 427,11 €	99,33	469 322,56 €	10,49	99,31	469 983,19 €	10,55	99,45
331	Transportes rodoviários	12 000,00 €	11 713,00 €	97,61	11 713,00 €	0,26	97,61	11 713,00 €	0,26	97,61
342	Turismo	126 163,71 €	125 680,94 €	99,62	125 622,29 €	2,81	99,57	125 622,29 €	2,82	99,57
351	Fomento do crescimento económico	29 100,00 €	28 678,32 €	98,55	28 678,32 €	0,64	98,55	28 678,32 €	0,64	98,55
4	Outras Funções	3 068 737,62 €	1 624 439,17 €	52,94	1 624 412,52 €	36,32	52,93	1 603 971,79 €	36,02	52,27
410	Operações da dívida Autarquica	2 776 356,58 €	1 333 357,64 €	48,03	1 333 330,99 €	29,81	48,02	1 333 330,99 €	29,94	48,02
420	Transferências entre Administrações	165 850,00 €	165 693,43 €	99,91	165 693,43 €	3,70	99,91	165 693,43 €	3,72	99,91
431	Sector público empresarial	20 640,73 €	20 440,73 €	99,03	20 440,73 €	0,46	99,03	0,00 €	0,00	0,00
432	Associação de autarquias locais	6 120,68 €	6 120,68 €	100,00	6 120,68 €	0,14	100,00	6 120,68 €	0,14	100,00
433	Outras participações	88 169,63 €	87 394,84 €	99,12	87 394,84 €	1,95	99,12	87 394,84 €	1,96	99,12
44	Dinamização de geminações	11 600,00 €	11 431,85 €	98,55	11 431,85 €	0,26	98,55	11 431,85 €	0,26	98,55
	TOTAL	6 001 771,28 €	4 501 946,91 €	75,01	4 472 740,15 €	100,00	74,52	4 453 424,29 €	100,00	74,20

No que diz respeito às Atividades Mais Relevantes, destacamos o comprometimento de 75,01%, uma taxa de realização de 74,52%, e os pagamentos com uma percentagem de 74,20%. **A taxa de pagamentos (Pg) / realizado (R) atingiu os 99,57%.**

Gráfico 29 – Execução das Atividades Mais Relevantes, por funções

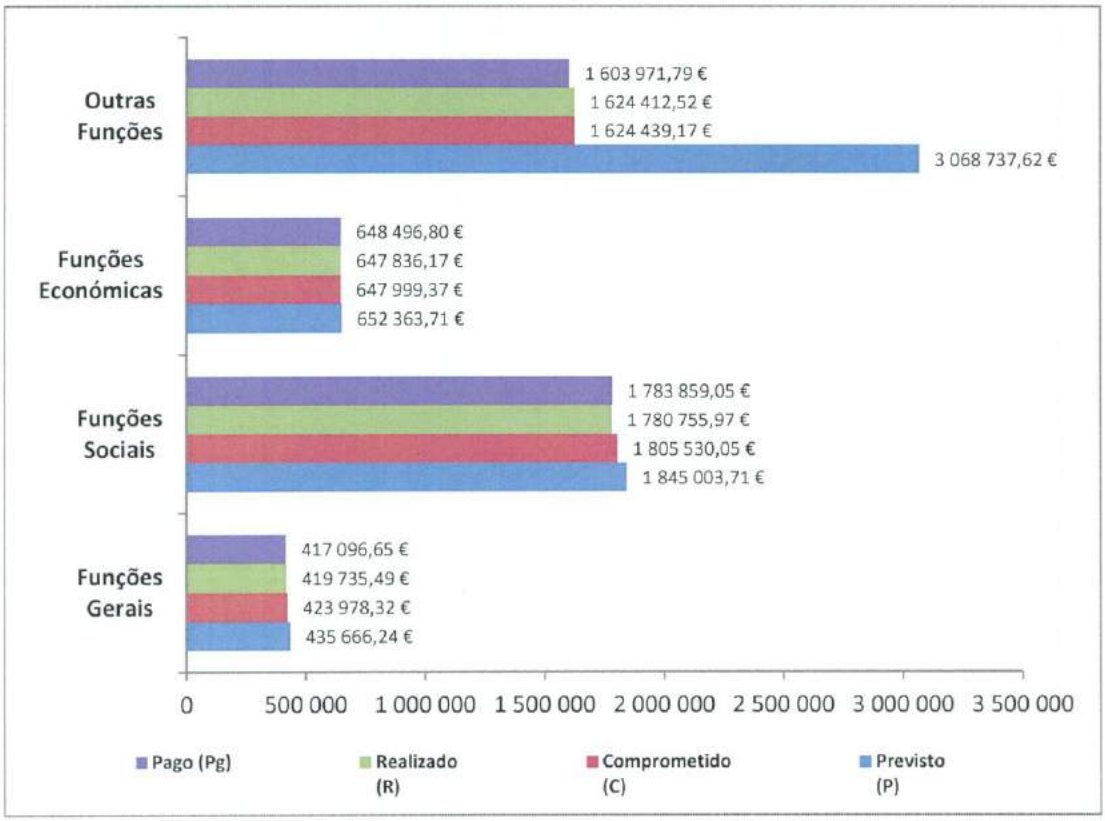


Gráfico 30 – Execução das Atividades Mais Relevantes, por objetivos

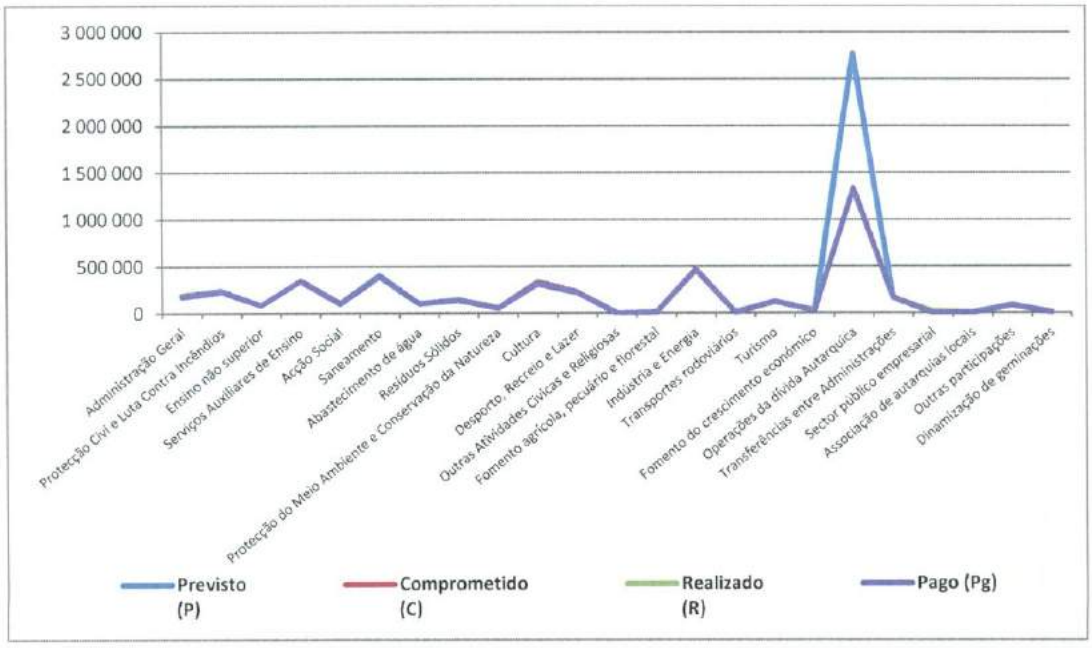


Gráfico 31 – Grau de Execução das Atividades Mais Relevantes (pagamentos/previsto), por funções

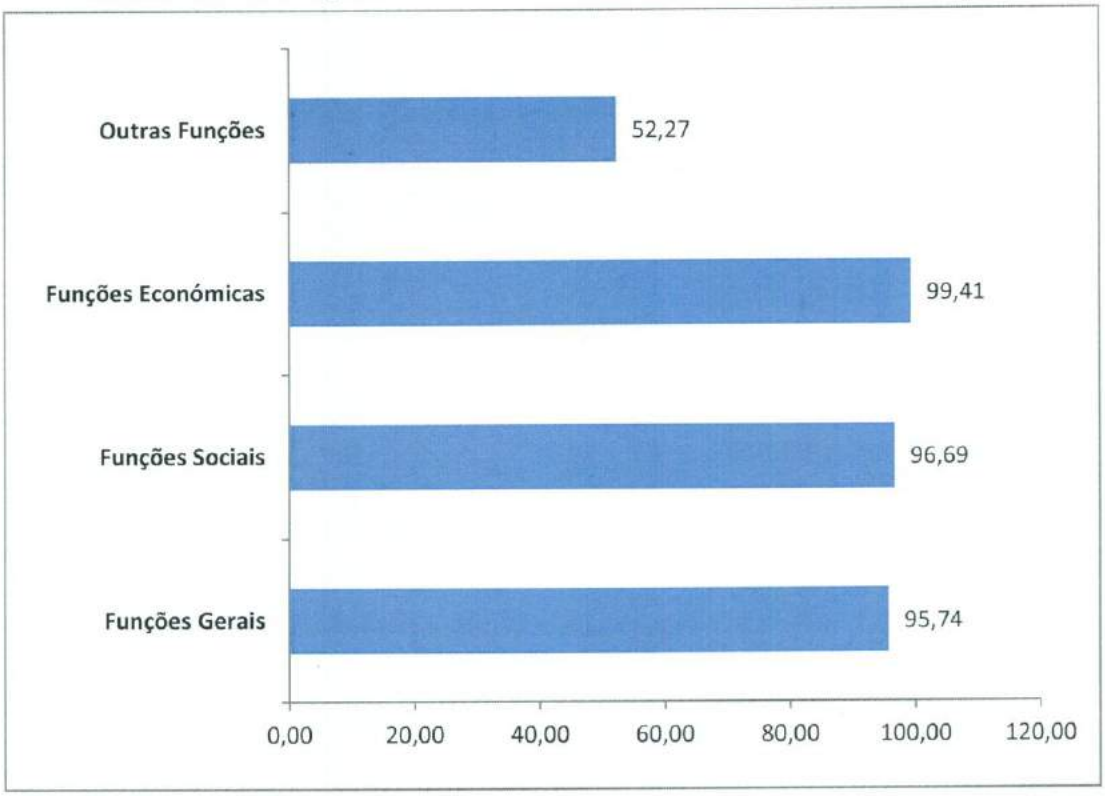
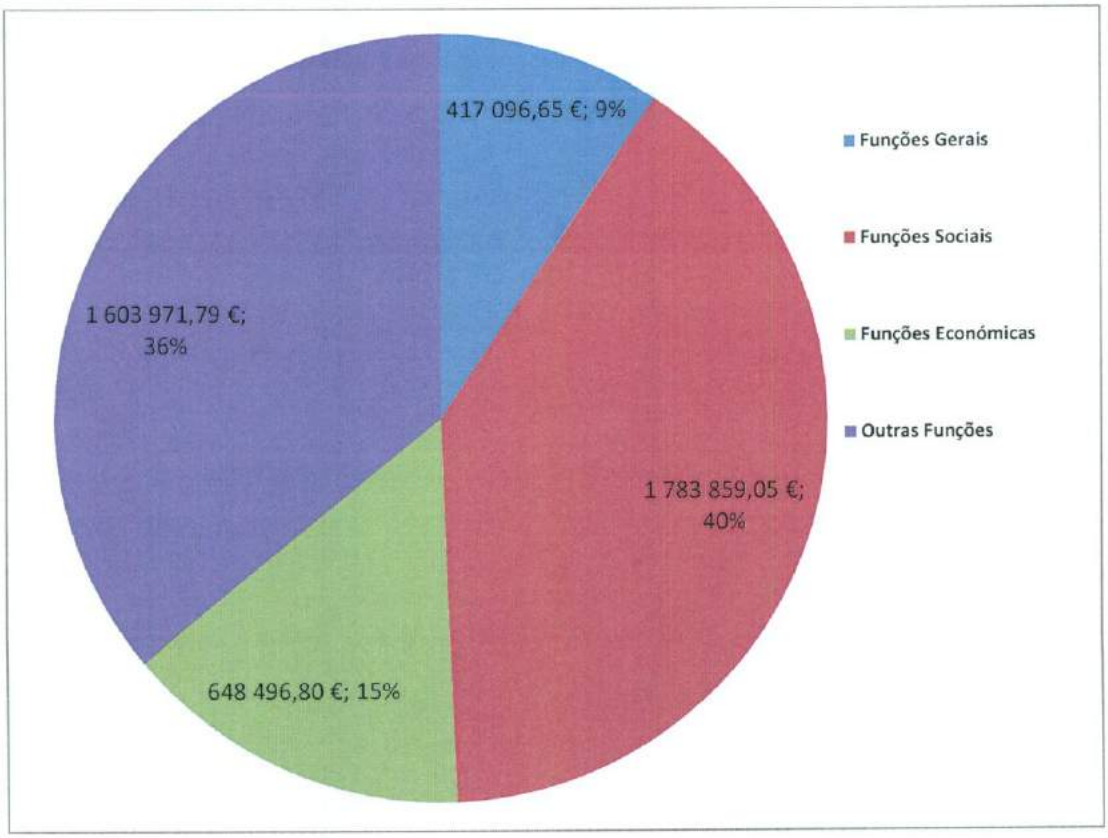


Gráfico 32 – Execução das Atividades Mais Relevantes (pagamentos), peso por função



3.8. Evolução da Dívida

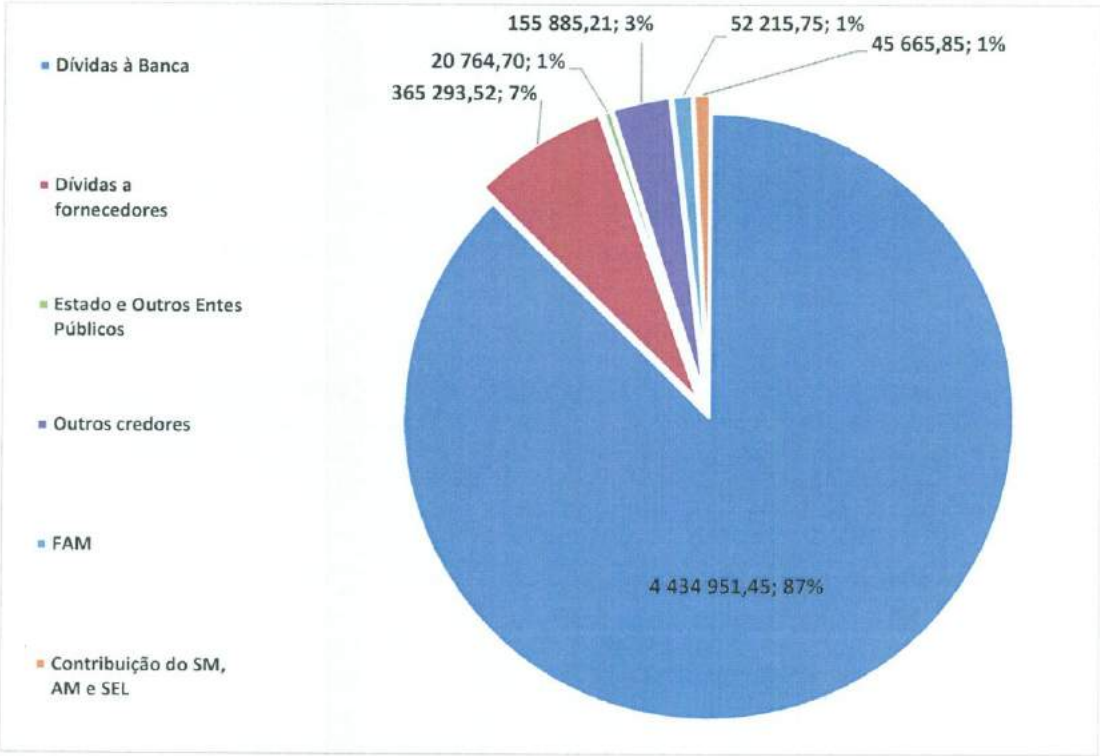
A evolução da dívida, pontuada a 31 de dezembro dos últimos 5 anos evidencia-se no quadro e gráfico infra.

Quadro 22 – Evolução da dívida total

	31DEZ2014	31DEZ2015	31DEZ2016	31DEZ2017	31DEZ2018
Dívidas à Banca	**10 784 109,88**	**8 739 853,86**	**6 945 620,73**	**5 687 357,68**	**4 434 951,45**
Empréstimos MLP; Componente MLP	9 464 648,47	7 393 082,46	5 634 630,74	4 434 925,61	3 178 915,93
Empréstimos MLP; Componente CP	1 319 461,41	1 346 771,40	1 310 989,99	1 252 432,07	1 256 035,52
Dívidas a fornecedores	**296 941,50**	**299 562,51**	**511 189,46**	**434 892,52**	**365 293,52**
Fornecedores c/c	18 042,33	26 386,18	102 267,04	94 186,47	81 524,14
Fornecedores; facturas em recepção e conferência	124 998,29	137 015,24	208 162,29	204 317,67	148 320,64
Fornecedores de imobilizado, c/c	20 051,50	55 803,00	171 408,50	129 071,25	74 350,80
Fornecedores de Leasing (MLP)	133 849,38	80 358,09	29 351,63	7 317,13	61 097,94
Estado e Outros Entes Públicos	**32 138,54**	**36 270,33**	**30 741,59**	**30 465,65**	**20 764,70**
Outros credores	**303 869,47**	**300 466,57**	**168 165,69**	**179 533,25**	**155 885,21**
FAM	**0,00**	**417 725,71**	**348 104,71**	**278 483,71**	**52 215,75**
FAM; Componente MLP	0,00	348 104,71	278 483,71	208 862,71	17 405,25
FAM; Componente CP	0,00	69 621,00	69 621,00	69 621,00	34 810,50
Contribuição do SM, AM e SEL	**11 952,62**	**67 067,48**	**54 840,05**	**43 212,41**	**45 665,85**
DÍVIDA TOTAL	**11 429 012,01**	**9 860 946,46**	**8 058 662,23**	**6 653 945,22**	**5 074 776,48**

Gráfico 33 – Evolução da dívida total, por maturidade

Gráfico 34 – Estrutura da dívida, 31DEZ2018



A dívida total registava, a 31DEZ2018 e relativamente a 31DEZ2017, um decréscimo de 1.579.168,74€ (-23,73%).

A dívida à banca representa 87,39% da dívida total, fixando-se em 4.434.951,45€ tendo operado uma redução de 1.252.406,23€ relativamente ao registo de 31DEZ2017 (-22,02%).

A dívida a fornecedores representa 7,20% da dívida total, fixando-se em 365.293,52€, valor que expressa uma redução de 69.599,00€ relativamente a momento homólogo de 2017 (-16,00%).

O FAM apresenta um registo de dívida de 52.215,75€, a pagar em 2019 e 2020 (34.810,50€ e 17.405,25€, respetivamente), de acordo com a subscrição reprogramada por força do artigo 303.º da LOE2018, como demonstrado no quadro seguinte.

Quadro 23 – Cronograma de subscrição do FAM

	Subscrição do FAM							Subscrição
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Contribuição do Município de Ansião para o FAM (inicialmente prevista)	69 621,00	69 621,00	69 621,00	69 621,00	69 621,00	69 621,00	69 620,71	487 346,71
Subscrição reduzida por força do artigo 303.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro	69 621,00	69 621,00	69 621,00	52 215,75	34 810,50	17 405,25	0,00	**313 294,50**
	Subscrição realizada			261 078,75				
				Subscrição por realizar			52 215,75	
						Subscrição total		313 294,50

3.9. Posição Face aos Limites de Endividamento

O limite ao endividamento municipal resulta fixado pela regra do n.º 1 do artigo 52.º da LFL:

> *"A dívida total das operações orçamentais do Município ... não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".*

Deste enquadramento, resultou, para o Município de Ansião e para o Exercício de 2018, um limite à dívida total fixado em 12.152.260,93€. O quadro seguinte demostra a posição anual, ao longo da dos últimos 5 anos, ante aquele limite.

Quadro 24 – Posição ante o limite à dívida total

	31DEZ2014	31DEZ2015	31DEZ2016	31DEZ2017	31DEZ2018
Limite à dívida total (A)	**11 168 733,39**	**11 526 417,39**	**11 956 837,92**	**11 881 357,90**	**12 152 260,93**
Dívida total (B)	**11 429 012,01**	**9 860 946,46**	**8 058 662,23**	**6 653 945,22**	**5 074 776,48**
Dívidas a terceiros - MLP	**9 598 497,85**	**7 821 545,26**	**5 942 466,08**	**4 651 105,45**	**3 257 419,12**
Dívidas a Instituições de crédito	9 464 648,47	7 393 082,46	5 634 630,74	4 434 925,61	3 178 915,93
Fornecedores de Leasing	133 849,38	80 358,09	29 351,63	7 317,13	61 097,94
FAM	0,00	348 104,71	278 483,71	208 862,71	17 405,25
Dívidas a terceiros - CP	**1 830 514,16**	**2 039 401,20**	**2 116 196,15**	**2 002 839,77**	**1 817 357,36**
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores c/c	18 042,33	26 386,18	102 267,04	94 186,47	81 524,14
Fornecedores; facturas em recepção e conferência	124 998,29	137 015,24	208 162,29	204 317,67	148 320,64
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes e utentes com cauções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de imobilizado, c/c	20 051,50	55 803,00	171 408,50	129 071,25	74 350,80
Estado e Outros Entes Públicos	32 138,54	36 270,33	30 741,59	30 465,65	20 764,70
Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores	303 869,47	300 466,57	168 165,69	179 533,25	155 885,21
Empréstimos MLP; Componente CP	1 319 461,41	1 346 771,40	1 310 989,99	1 252 432,07	1 256 035,52
FAM; Componente CP	0,00	69 621,00	69 621,00	69 621,00	34 810,50
Contribuição do SM, AM e SEL	11 952,62	67 067,48	54 840,05	43 212,41	45 665,85
Dívida excluída do cálculo (C)	**336 008,01**	**750 485,13**	**546 661,26**	**466 322,79**	**203 865,66**
FAM	0,00	417 725,71	348 104,71	278 483,71	52 215,75
Operações de tesouraria	336 008,01	332 759,42	198 556,55	187 839,08	151 649,91
Dívida a considerar (D) = (B) - (C)	**11 093 004,00**	**9 110 461,33**	**7 512 000,97**	**6 187 622,43**	**4 870 910,82**
MARGEM ABSOLUTA DE ENDIVIDAMENTO (E) = (A) - (D)	**75 729,39**	**2 415 956,06**	**4 444 836,95**	**5 693 735,47**	**7 281 350,11**
MARGEM UTILIZÁVEL (F) = (E) * 20%	**15 145,88**	**483 191,21**	**888 967,39**	**1 138 747,09**	**1 456 270,02**

Evidencia-se, pois, que ao longo do exercício foi possível operar uma redução da dívida total da Autarquia, da ordem dos 1,579M€, traduzida na disponibilização de uma margem absoluta de endividamento da ordem dos 7,281M€.

3.10. Responsabilidades Contingentes

Conceptualmente «Responsabilidades contingentes», como dimanado da alínea i) do Artigo 2.º da LFL, são:

" ... possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque:

i) Não é provável que um ex-fluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou

ii) O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade."

Neste conceito resgistamos o pontencial de risco que impende o Município de Ansião, atentas as seguintes responsabilidades qualificáveis como contingentes:

Quadro 25 – Mapa de responsabilidades contingentes

Mapa de responsabilidades contingentes					31/dez/18
Entidade reclamante	Fundamento invocado	Contrafundamentos do Município	Valor reclamado	Risco estimado	
				%	Abs.
Contec, S.A.	Revisão de preços da empreitada "Pavimentação da Estrada da Lagoa Parada / Louriceiras"	Entendimento de que não há lugar à revisão de preços reclamada	8 598,40	10,00%	859,84
Centro Cerro, Lda.	Juros de mora da empreitada "Zona Industrial do Camporês, 2.ª Fase"	Entendimento de que não são devidos os juros de mora reclamdados	29 970,15	10,00%	2 997,02
Victor dos Santos Mouta	Indemnização por rotura da rede de águas	Fundamentos vertidos ação administrativa especial, Proc. 1475/14.6BELRA	3 702,90	50,00%	1 851,45
Maria Noémia Marques Serra Monteiro	Pagamento das prestações de desemprego por cessação de contrato de trabalho	Fundamentos vertidos na ação administrativa comum; Proc. 75/15.8. BELRA	30 000,01	10,00%	3 000,00
Águas do Centro Litoral, S.A.	**Pagamento de factura caudais mínimos do ano de 2014, alegadamente devidos**	Fundamentos vertidos na ação administrativa; Proc.18/17.4BECBR	526 092,03	5,00%	26 304,60
	Faturas de alegada quebra de exclusivo:	Fundamentos vertidos na ação administrativa; Proc.18/17.4BECBR	**312 313,75**	**5,00%**	**15 615,69**
	ZF2 450038/1426; AGO2019		44 478,09		
	ZF2 450038/1452; SET2019		44 471,10		
	ZF2 450038/1504; OUT2019		44 470,48		
	ZFII3 230000/0206; NOV2019		44 436,25		
	ZFII3 230000/0240; DEZ2018		44 436,25		
Massa insolvente de Costa e Carvalho, S.A.	Revisão de preços da empreitada "Construção da Piscina Municipal de Ansião"	Entendimento de que não há lugar à revisão de preços reclamada	73 996,08	50,00%	36 998,04
IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	Devolução do financiamento recebido no âmbito da OPERAÇÃO N.º 020000904790 "PRODER / Ação 3.2.2 - Melhoria da Qualidade de Vida/Serviços Básicos para a População Rural"	Entendimento de que foram cumpridas todas as obrigações da candidatura, inexistindo fundamento para a devolução	36 022,13	25,00%	9 005,53
	Total das responsabilidades contingentes		**1 020 695,45**	**9,47%**	**96 632,17**

Refere-se que, de acordo com a "Norma Contabilística e de Relato Financeiro 21", emitida pela Comissão de Normalização Contabilística, versão 070618, para nenhuma das responsabilidades ("obrigações") supra mapeadas se impunha reconhecimento em sede de provisões.

Todavia, em abono de critérios de transparência e de prudência e de acordo com a perceção de risco que temos por equilibrada, reforçámos as provisões para riscos e encargos (conta 292) em 60.610,04€, fixando-se estas em 96.632,17€ (conforme o valor documentado no mapa V apenso ao Anexo às Demonstrações Financeira (ponto 14. da parte C).

3.11. Evolução da Faturação

Os quadros seguintes vertem a evolução da despesa realizada (faturada) ao longo dos cinco últimos exercícios.

Quadro 26 – Evolução da faturação da despesa, em expressão absoluta, 2013-2018

RÚBRICA	FATURAÇÃO					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Despesas com pessoal	2 305 490,70	2 212 987,91	2 205 093,39	2 080 469,65	2 153 368,39	2 279 850,14
Aquisição de bens	687 740,52	664 808,74	679 193,83	634 457,29	645 560,98	724 162,23
Aquisição de serviços	2 437 851,36	2 378 313,24	2 517 992,55	2 825 762,27	2 871 221,77	2 904 450,57
Transferências correntes	271 674,73	443 226,02	505 903,48	616 467,68	659 530,64	705 259,53
Outras despesas correntes	79 400,84	109 922,61	61 376,78	38 962,90	66 991,20	46 042,30
Juros e outros encargos	282 036,88	277 962,62	261 283,88	131 914,06	93 827,71	80 961,33
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6 064 195,03	6 087 221,14	6 230 843,91	6 328 033,85	6 490 500,69	6 740 726,10
Aquisição de bens de capital	1 747 447,77	1 804 243,98	1 816 887,28	1 829 701,88	2 636 266,69	2 504 664,33
Transferências de Capital	167 110,11	131 723,01	140 999,63	146 258,36	114 802,39	224 628,13
Ativos financeiros	0,00	0,00	69 621,00	69 621,00	69 621,00	52 215,75
Passivos Financeiros	1 260 592,27	1 638 866,54	2 044 256,02	1 794 233,13	1 258 263,05	1 252 369,66
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	3 175 150,15	3 574 833,53	4 071 763,93	3 839 814,37	4 078 953,13	4 033 877,87
TOTAL GERAL	9 239 345,18	9 662 054,67	10 302 607,84	10 167 848,22	10 569 453,82	10 774 603,97

Quadro 27 – Evolução da faturação da despesa, em expressão relativa, 2013-2018

RÚBRICA	DIFERENCIAL DE FACTURAÇÃO											
	2014/2013		2015/2014		2016/2015		2017/2016		2018/2017		2018/2013	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Despesas com pessoal	-92 502,79	-4,01%	-7 894,52	-0,36%	-124 623,74	-5,65%	72 898,74	3,50%	126 481,75	5,87%	-25 640,56	-1,11%
Aquisição de bens	-22 931,78	-3,33%	14 385,09	2,16%	-44 736,54	-6,59%	11 103,69	1,75%	78 601,25	12,18%	36 421,71	5,30%
Aquisição de serviços	-59 538,12	-2,44%	139 679,31	5,87%	307 769,72	12,22%	45 459,50	1,61%	33 228,80	1,16%	466 599,21	19,14%
Transferências correntes	171 551,29	63,15%	62 677,46	14,14%	110 564,20	21,85%	43 062,96	6,99%	45 728,89	6,93%	433 584,80	159,60%
Outras despesas correntes	30 521,77	38,44%	-48 545,83	-44,16%	-22 413,88	-36,52%	28 028,30	71,94%	-20 948,90	-31,27%	-33 358,54	-42,01%
Juros e outros encargos	-4 074,26	-1,44%	-16 678,74	-6,00%	-129 369,82	-49,51%	-38 086,35	-28,87%	-12 866,38	-13,71%	-201 075,55	-71,29%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	23 026,11	0,38%	143 622,77	2,36%	97 189,94	1,56%	162 466,84	2,57%	250 225,41	3,86%	676 531,07	11,16%
					0,00							
Aquisição de bens de capital	56 796,21	3,25%	12 643,30	0,70%	12 814,60	0,71%	806 564,81	44,08%	-131 602,36	-4,99%	757 216,56	43,33%
Transferências de Capital	-35 387,10	-21,18%	9 276,62	7,04%	5 258,73	3,73%	-31 455,97	-21,51%	109 825,74	95,67%	57 518,02	34,42%
Activos financeiros	0,00	#DIV/0!	69 621,00	#DIV/0!	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-17 405,25	-25,00%	52 215,75	#DIV/0!
Passivos Financeiros	378 274,27	30,01%	405 389,48	24,74%	-250 022,89	-12,23%	-535 970,08	-29,87%	-5 893,39	-0,47%	-8 222,61	-0,65%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	399 683,38	12,59%	496 930,40	13,90%	-231 949,56	-5,70%	239 138,76	6,23%	-45 075,26	-1,11%	858 727,72	27,05%
TOTAL GERAL	422 709,49	4,58%	640 553,17	6,63%	-134 759,62	-1,31%	401 605,60	3,95%	205 150,15	1,94%	1 535 258,79	16,62%

3.12. Absorção das Receitas Próprias

Analisamos, nos dois quadros e gráfico seguintes, a evolução das receitas próprias da Autarquia e do seu modo de afetação segundo vários modelos de agrupamento da despesa.

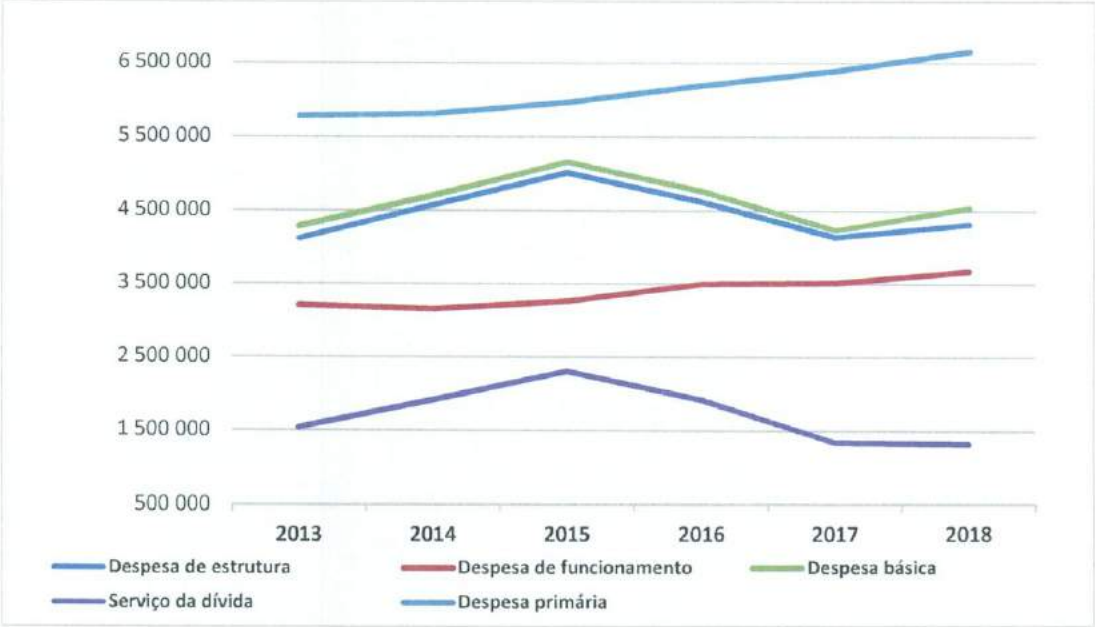
Quadro 28 – Evolução das receitas próprias, 2013-2018

RECEITA	2013 Abs.	2013 %	2014 Abs.	2014 %	2015 Abs.	2015 %	2016 Abs.	2016 %	2017 Abs.	2017 %	2018 Abs.	2018 %
Receitas próprias	**3 687 533,83**	**24,45%**	**4 243 690,87**	**39,23%**	**4 690 367,01**	**40,85%**	**4 400 431,93**	**38,08%**	**4 609 413,07**	**38,47%**	**4 134 707,79**	**33,16%**
Impostos directos	1 660 371,19	11,01%	1 991 725,45	18,41%	2 216 567,01	19,30%	2 042 782,17	17,68%	2 130 586,69	17,78%	1 826 480,82	14,65%
Impostos indirectos	6 885,59	0,05%	43 802,15	0,40%	13 566,81	0,12%	14 430,58	0,12%	92 697,70	0,77%	29 575,95	0,24%
Taxas, Multas e outras penalidades	476 379,21	3,16%	466 821,08	4,32%	476 776,41	4,15%	484 475,96	4,19%	548 574,14	4,58%	511 334,31	4,10%
Rendimentos de Propriedade	367 749,45	2,44%	437 134,29	4,04%	444 522,32	3,87%	408 605,48	3,54%	409 762,77	3,42%	407 094,21	3,26%
Vendas e Prestação de Serviços	1 152 798,39	7,64%	1 286 504,90	11,89%	1 397 914,46	12,17%	1 417 908,74	12,27%	1 404 711,77	11,72%	1 360 222,50	10,91%
Alienação de Património	23 350,00	0,15%	17 703,00	0,16%	141 020,00	1,23%	32 229,00	0,28%	23 080,00	0,19%	0,00	0,00%
Outro financiamento	**11 392 102,82**	**75,55%**	**6 573 613,22**	**60,77%**	**6 791 667,55**	**59,15%**	**7 156 053,43**	**61,92%**	**7 373 303,59**	**61,53%**	**8 335 459,42**	**66,84%**
Transferências Correntes e Capital	5 765 626,29	38,23%	5 675 017,10	52,46%	5 736 930,07	49,96%	5 799 192,45	50,18%	5 850 874,19	48,83%	6 725 584,04	53,93%
Empréstimos	5 110 019,77	33,89%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros	516 456,76	3,42%	898 596,12	8,31%	1 054 737,48	9,19%	1 356 860,98	11,74%	1 522 429,40	12,71%	1 609 875,38	12,91%
												0,00%
Total das receitas	**15 079 636,65**	**100,00%**	**10 817 304,09**	**100,00%**	**11 482 034,56**	**100,00%**	**11 556 485,36**	**100,00%**	**11 982 716,66**	**100,00%**	**12 470 167,21**	**100,00%**

Quadro 29 – Absorção das receitas próprias, 2013-2018

DESPESA	2013 Abs.	2013 % sobre receitas próprias	2014 Abs.	2014 % sobre receitas próprias	2015 Abs.	2015 % sobre receitas próprias	2016 Abs.	2016 % sobre receitas próprias	2017 Abs.	2017 % sobre receitas próprias	2018 Abs.	2018 % sobre receitas próprias
Despesa de estrutura	**4 119 794,58**	**111,72%**	**4 573 043,09**	**107,76%**	**5 016 536,77**	**106,95%**	**4 623 084,52**	**105,06%**	**4 143 469,83**	**89,89%**	**4 318 440,66**	**104,44%**
Pessoal	2 305 490,70	62,52%	2 212 987,91	52,15%	2 205 093,39	47,01%	2 080 469,65	47,28%	2 131 848,43	46,25%	2 279 850,14	55,14%
Transferências correntes	271 674,73	7,37%	443 226,02	10,44%	505 903,48	10,79%	616 467,68	14,01%	659 530,64	14,31%	705 259,53	17,06%
Serviço da dívida	1 542 629,15	41,83%	1 916 829,16	45,17%	2 305 539,90	49,15%	1 926 147,19	43,77%	1 352 090,76	29,33%	1 333 330,99	32,25%
Despesa de funcionamento	**3 204 992,72**	**86,91%**	**3 153 044,59**	**74,30%**	**3 258 520,11**	**69,47%**	**3 499 182,46**	**79,52%**	**3 516 209,92**	**76,28%**	**3 674 655,10**	**88,87%**
Aquisição de bens e serviços correntes	3 125 591,88	84,76%	3 043 121,98	71,71%	3 197 143,33	68,16%	3 460 219,56	78,63%	3 449 218,72	74,83%	3 628 612,80	87,76%
Outras despesas correntes	79 400,84	2,15%	109 922,61	2,59%	61 376,78	1,31%	38 962,90	0,89%	66 991,20	1,45%	46 042,30	1,11%
Despesa básica	**4 286 904,69**	**116,25%**	**4 704 765,73**	**110,86%**	**5 157 537,00**	**109,96%**	**4 769 342,88**	**108,38%**	**4 232 831,49**	**91,84%**	**4 543 068,79**	**109,88%**
Pessoal	2 305 490,70	62,52%	2 212 987,51	52,15%	2 205 093,99	47,01%	2 080 469,65	47,28%	2 131 848,43	46,25%	2 279 850,14	55,14%
Transferências correntes	271 674,73	7,37%	443 226,02	10,44%	505 903,48	10,79%	616 467,68	14,01%	659 530,64	14,31%	705 259,53	17,06%
Transferências de capital	167 110,11	4,53%	131 723,04	3,10%	140 999,63	3,01%	146 258,36	3,32%	94 361,66	2,05%	224 628,13	5,43%
Serviço da dívida	1 542 629,15	41,83%	1 916 829,16	45,17%	2 305 539,90	49,15%	1 926 147,19	43,77%	1 352 090,76	29,33%	1 333 330,99	32,25%
Serviço da dívida	**1 542 629,15**	**41,83%**	**1 916 829,16**	**45,17%**	**2 305 539,90**	**49,15%**	**1 926 147,19**	**43,77%**	**1 352 090,76**	**29,33%**	**1 333 330,99**	**32,25%**
Juros e outros encargos	282 036,88	7,65%	277 962,62	6,55%	261 283,88	5,57%	131 914,06	3,00%	93 827,71	2,04%	80 961,33	1,96%
Passivos financeiros	1 260 592,27	34,19%	1 638 866,54	38,62%	2 044 256,02	43,58%	1 794 233,13	40,77%	1 258 263,05	27,30%	1 252 369,66	30,29%
Despesa primária	**5 782 158,15**	**156,80%**	**5 809 258,52**	**136,89%**	**5 969 560,03**	**127,27%**	**6 196 119,79**	**140,81%**	**6 396 672,98**	**138,77%**	**6 659 764,77**	**161,07%**
Despesa corrente (+)	6 064 195,03	164,45%	6 087 221,14	143,44%	6 230 843,91	132,84%	6 328 033,85	143,80%	6 490 500,69	140,81%	6 740 726,10	163,03%
Juros e outros encargos (-)	282 036,88	7,65%	277 962,62	6,55%	261 283,88	5,57%	131 914,06	3,00%	93 827,71	2,04%	80 961,33	1,96%

Gráfico 35 – Evolução da absorção das receitas próprias por agrupamentos de despesa, 2013-2018



3.13. Indicadores de Gestão

Apresentamos uma bateria de indicadores de gestão, obtidos com base nos Documentos de Prestação de Contas.

Quadro 30 (1/2) – Indicadores de gestão 2016-2018

	Indicador	Descrição	Resultado 2018			Resultado 2017			Resultado 2016		
			Factores		Resultado	Factores		Resultado	Factores		Resultado
1	Receita Corrente Cobrada /Despesa Corrente Paga	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas	7 793 410	6 726 968	116%	8 248 554	6 401 417	129%	7 993 410	6 311 146	127%
2	Receita Capital Cobrada / Despesa de Capital Paga	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas da mesma natureza pagas	3 142 426	4 013 625	78%	2 287 043	4 047 408	57%	2 341 242	3 819 374	61%
3	Despesa de Capital / Despesas Totais	Mede o peso da despesa de capital na despesa total	4 013 625	10 740 593	37%	4 047 408	10 448 825	39%	3 819 374	10 130 520	38%
4	Despesas Correntes / Despesas Totais	Mede o peso da despesa corrente na despesa total	6 726 968	10 740 593	63%	6 401 417	10 448 825	61%	6 311 146	10 130 520	62%
5	Impostos Directos / Receita Total	Mede o peso das receitas provenientes de impostos directos nas receitas totais	2 042 782	10 936 275	19%	2 130 587	10 556 751	20%	2 042 782	10 360 186	20%
6	Despesas com Pessoal / Despesa total	Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total	2 279 850	10 740 593	21%	2 131 848	10 448 825	20%	2 079 928	10 130 520	21%
7	Passivos Financeiros Cobrados/Despesa Total Paga	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos	0	10 740 593	0%	0	10 448 825	0%	0	10 130 520	0%
8	Receitas Próprias Cobradas/ Despesa Total	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias	4 134 708	10 740 593	38%	4 609 413	10 448 825	44%	4 400 432	10 130 520	43%
9	Fundos Municipais/Despesa Total	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelos fundos Municipais	5 347 528	10 740 593	50%	5 268 500	10 448 825	50%	5 121 142	10 130 520	51%
10	Receita Próprias/ Receita Total	Mede o peso das receitas próprias no total das receitas arrecadadas	4 134 708	10 936 275	38%	4 609 413	10 556 751	44%	4 400 432	10 360 186	42%
11	Fundos Municipais/Receita Total	Mede o peso das receitas provenientes de fundos municipais nas receitas totais	5 347 528	10 936 275	49%	5 268 500	10 556 751	50%	5 121 142	10 360 185	49%
12	Serviço da dívida/Despesa Total	Mede o peso da despesa relativa ao serviço da dívida na despesa total	1 333 331	10 740 593	12%	1 352 091	10 448 825	13%	1 926 147	10 130 520	19%
13	Despesas com Pessoal/ Fundos Municipais Correntes	Mede o nível de cobertura das despesas de pessoal pelos fundos municipais correntes	2 279 850	3 407 060	67%	2 131 848	3 349 368	64%	2 079 928	3 268 154	64%
14	Fundos Municipais de Capital/Investimento Executado	Mede o peso das receitas dos fundos municipais de capital no financiamento das despesas de investimento	1 940 468	2 504 852	77%	1 919 132	2 625 162	73%	1 852 988	1 829 702	101%
15	Transferências de Capital Obtidas de Fundos Comunitários/Investimento Executado	Mede o peso das receitas provenientes das transferências de capital de fundos comunitários no financiamento das despesas de investimento	1 058 515	2 504 852	42%	272 831	2 625 162	10%	324 555	1 829 702	18%
16	Receitas Total Cobrada /N.º de Habitantes	Permite analisar o volume da receita arrecadada, *per capita*	10 936 275	13 128	833	10 556 751	13 128	804	10 360 186	13 128	789
17	Impostos e Taxas/N.º de Habitantes	Permite analisar o volume da receita (impostos e taxas) arrecadada, *per capita*	2 367 391	13 128	180	2 771 859	13 128	211	2 541 689	13 128	194
18	Fundo Patrimonial/Passivo	Mede a capacidade financeira global da entidade poder solver a totalidade dos seus compromissos	41 204 798	17 052 598	241,63%	41 319 066	17 985 016	229,74%	40 804 375	19 584 546	208,35%
19	Activo Líquido (exclui-se Bens do Domínio Público) /Passivo	Mede a capacidade financeira global da entidade poder solver a totalidade dos seus compromissos	32 345 397	17 052 598	189,68%	29 381 688	17 985 016	163,37%	29 527 486	19 584 546	150,77%
20	Passivo/Activo Líquido (exclui-se Bens do Domínio Público)	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia	17 052 598	32 345 397	52,72%	17 985 016	29 381 688	61,21%	19 584 546	29 527 486	66,33%
21	Dívidas a terceiros CP/N.º de Habitantes	Mede o peso dos débitos a CP, *per capita*	1 817 357	13 128	138	2 002 840	13 128	153	2 116 196	13 128	161
22	Dívida Total/N.º de Habitantes	Mede o peso da dívida total, *per capita*	5 074 776	13 128	387	6 653 945	13 128	507	8 058 662	13 128	614
23	Receita prevista/Receita cobrada bruta	Mede a taxa de execução da receita	11 060 065	10 936 275	98,88%	10 726 185	10 556 751	98,42%	10 165 123	10 360 186	101,92%
24	Receita de cofinanciamento prevista (investimento)/Receita de cofinanciamento realizada (investimento)	Mede a realização da receita do cofinanciamento (investimento)	1 108 554	1 058 515	95,49%	399 417	272 831	68,31%	325 200	324 555	99,80%
25	Despesa PPI prevista/Despesa PPI realizada	Mede a taxa de realização do PPI	2 627 986	2 504 664	95,31%	2 625 162	2 636 267	100,42%	1 953 634	1 829 702	93,66%
26	Despesa AMR prevista/Despesa AMR realizada	Mede a taxa de realização das AMR	6 001 771	4 472 740	74,52%	4 214 862	4 249 575	100,82%	5 819 539	4 824 582	82,90%
27	Despesa orçamental prevista/Despesa orçamental realizada	Mede a taxa de realização do orçamento da despesa	12 593 956	10 744 604	85,32%	12 152 150	10 569 454	86,98%	11 361 423	10 167 848	89,49%
28	Despesa de pessoal prevista/Despesa de pessoal realizada	Mede a taxa de realização da despesa de pessoal	2 334 200	2 279 850	97,67%	2 175 630	2 153 368	98,98%	2 099 746	2 080 470	99,08%

Quadro 30 (2/2) - Indicadores de gestão 2016-2018

	Indicador	Descrição	Resultado 2018			Resultado 2017			Resultado 2016		
			Factores		Resultado	Factores		Resultado	Factores		Resultado
29	Despesa de aquisição de serviços prevista/Despesa aquisição de serviços realizada	Mede a taxa de realização de aquisição de serviços	3 801 604	3 628 613	95,45%	3 725 694	3 516 783	94,39%	3 538 161	3 460 220	97,80%
30	Receitas correntes - (despesas correntes + amortizações médias MLP)	Mede o equilíbrio corrente	7 793 410	8 202 033	-408 623	8 248 554	7 876 482	372 073	7 993 410	7 786 211	207 199
31	Zero "Pagamentos em Atraso"	Mede o stock de pagamentos em atraso			0			0			0
32	Prazo médio de pagamentos	Mede o prazo médio de pagamentos, em dias (cf. cálculo DGAL)			8			20			20
33	Dívida Total	Mede o stock de dívida total			5 074 776			6 653 945			8 058 662
34	Activo Circulante/Passivo Circulante	**Liquidez Geral**: mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando os montantes de disponibilidades, clientes, con	2 070 580	1 771 692	116,87%	1 986 342	1 959 627	101,36%	1 823 889	2 061 356	88,48%
35	(Activo Circulante - Existências)/Passivo Circulante	**Liquidez Reduzida**: Mede a capacidade das disponibilidades e dos créditos de curto prazo cobrirem as dívidas de curto prazo	1 997 327	1 771 692	112,74%	1 905 825	1 959 627	97,25%	1 752 427	2 061 356	85,01%
36	Disponibilidades/Passivo Circulante	**Liquidez Imediata**: Mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelas disponibilidades	1 881 224	1 771 692	106,18%	1 721 731	1 959 627	87,86%	1 624 522	2 061 356	78,81%
37	Endividamento (Passivo / Activo Líquido)	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia	17 052 598	58 257 396	29,27%	17 985 016	59 304 083	30,33%	19 584 546	60 388 921	32,43%
38	Estrutura de endividamento I (dívidas MLP / Passivo)	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP	3 257 419	17 052 598	19,10%	4 651 105	17 985 016	25,86%	5 942 466	19 584 546	30,34%
39	Estrutura de endividamento II (dívida financeira MLP / Passivo)	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo financeiro (empréstimos e leasing) de MLP	3 240 014	17 052 598	19,00%	4 434 926	17 985 016	24,66%	5 634 631	19 584 546	28,77%
40	Estrutura de endividamento III (Dívidas de CP / Passivo)	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo os acréscimos e diferimentos	1 771 692	17 052 598	10,39%	1 959 627	17 985 016	10,90%	2 061 356	19 584 546	10,53%

3.14. Consolidação de Contas

As regras de consolidação encontram-se prevista na LFL. Nos termos do seu artigo 75.º, os Municípios são entidade consolidante e devem apresentar contas consolidadas com as entidades controladas, de forma direta ou indireta.

A presunção de controlo é aferida pela verificação dos seguintes pressupostos:

a) Quanto a serviços municipalizados e intermunicipalizados: a sua detenção, total ou maioritária;

b) Quanto a entidades de natureza empresarial: a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Deverão ainda ser consolidadas as contas das empresas, na proporção da respetiva participação ou detenção, independentemente da percentagem de participação ou detenção que o Município detenha.

c) Quanto a entidades de outra natureza:

   i) A verificação de pressupostos de poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;

ii) A verificação de pressupostos de resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

d) A existência de poder de controlo, quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

i) A faculdade de vetar os orçamentos;

ii) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;

iii) A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;

iv) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;

v) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Neste figurino legal, e tomando por referência o quadro de participações municipais existente em 31DEZ2018, mapeia-se a responsabilidade de consolidação nos termos do quadro seguinte:

Quadro 31 – Perímetro da consolidação; nos termos do LFL

Identificação da entidade		Caracterização da entidade			Presunção de controlo conforme o Artigo 75.º do		Proporção da participação ou detenção	Montante da participação ou detenção
NIPC	Designação	Tipo de entidade	CAE	estatutário	Classificação	consolidação?		
NIPC	**Entidades societárias**							
506598160	Águas do Centro Litoral, S.A.	Sociedade Anónima	36001	39 974 968,10 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	1,39%	253 880,00 €
504475606	**MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E. M., S. A.**	**Sociedade Anónima**	**71120**	**3 236 678,67 €**	**N.º 6 do Artigo 75.º**	**Sim**	**0,77%**	**24 950,00 €**
504600109	Sicó Formação - Sociedade de Ensino Profissional S.A.	Sociedade Anónima	85591	50 000,00 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	23,52%	11 760,00 €
502766620	Caixa Crédito Agrícola Mútuo Serras de Ansião, CRL	Cooperativa	64190	5 672 845,00 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	0,00%	1 120,00 €
	Entidades não societárias							
501627413	ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associação de Municípios	94110		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não		
503497720	Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	13,70%	
508035546	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL)	Comunidade Intermunicipal	94995		Entidade consolidante	Não	10,00%	
505074737	ENERDURA - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	91333		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	5,44%	
503634409	ADILCAN - Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais do Concelho de Ansião	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	8,93%	
502883308	Centro de Serviços do Ambiente - CESAB	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	71200	745 000,00 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	2,42%	18 000,00 €
509693300	Agência Para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	7,14%	
513864202	Associação Nacional de Assembleias Municipais	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94991		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não		
513319182	Fundo de Apoio Municipal	Pessoa colectiva de direito Público (Lei n.º 53/2014)		417 857 175,00 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	0,07%	313 294,50 €

No quadro de participações registadas, a obrigatoriedade de consolidação de contas, no exercício de 2018, coloca-se apenas relativamente à participada MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E. M., S. A., por ser empresa local e a consolidação se impor independentemente da percentagem de participação ou detenção, nos termos do n.º 6 do artigo 75.º da LFL.

Os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2018 serão submetidos à sessão ordinária da Assembleia Municipal de junho de 2019, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da LFL.

3.15. Resultado Líquido do Exercício

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se seja aprovado o Resultado Líquido do Exercício, no valor de 101.400,27€ e que o mesmo tenha a seguinte aplicação:

- Seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados;
- Que a conta 59 – Resultados Transitados reforce as Reservas Legais no montante de 10.140,03€ (10% do resultado líquido);
- Que o saldo da conta 51-Património, por ser superior ao limite mínimo imposto pelo POCAL (20,00% do Ativo Líquido), não seja objeto de reforço.

Município de Ansião, 29 de março de 2019,

O Presidente da Câmara,

(António José Vicente Domingues)

4. Planeamento e Controlo

4.1. Ciclo de Gestão

O Município de Ansião tem vindo a reforçar as suas competências em matéria de planeamento e controlo, em ciclo de gestão. Este ciclo engloba:

- A definição dos objetivos estratégicos plurianuais;
- A elaboração e aprovação dos documentos previsionais;
- A definição dos objetivos operacionais da Organização e das suas Unidades Orgânicas;
- A adequação da estrutura de meios humanos;
- A definição dos objetivos dos trabalhadores;
- A definição das atividades;
- A definição e colheita dos indicadores;
- A monitorização periódica dos resultados;
- A avaliação do desempenho;
- A revisão do planeamento e das atividades;
- A elaboração do relatório de gestão e a prestação de contas.

Nesta abordagem importa salientar os principais instrumentos ao serviço desta estratégia de planeamento, execução e controlo. Destacamos, assim, (i) o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho, o (ii) o Sistema de Controlo Interno e (iii) o controlo em sentido lato.

4.2. Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho – SIADAP

O Município de Ansião iniciou, no ano de 2010, a implementação do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho – SIADAP – de acordo com as regras que emanam da Lei n.º 66B/2007, de 28 de Dezembro, aplicada à Administração Local pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro.

No quadro desta metodologia são estabelecidos os objectivos estratégicos e os objectivos operacionais (de eficácia, de eficiência e de qualidade) para o todo organizacional, para cada uma das unidades orgânicas de nível intermédio e para cada um dos trabalhadores.

O processo de avaliação do desempenho do exercício de 2018 conclui-se, conjuntamente com o exercício de 2017, ordinariamente, até abril de 2019, por força da natureza bienal do ciclo avaliativo que resultou das modificações introduzidas pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

4.3. Sistema de Controlo Interno

A Câmara Municipal de Ansião aprovou, por deliberação de 04DEZ2015, o Sistema de Controlo Interno do Município de Ansião. Este sistema operou uma profunda revisão à originária Norma de Controlo Interno, revendo e integrando, também, as disposições do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas.

O Sistema de Controlo Interno estrutura-se ao longo de 17 capítulos, dispondo, em especial, sobre as seguintes matérias:

- Gestão documental e sistemas de informação;
- Planeamento e orçamentação;
- Prestação de contas;
- Execução orçamental da receita;
- Execução orçamental da despesa;
- Imobilizado, existências;
- Disponibilidades;
- Terceiros;
- Recursos humanos;
- Contabilidade de custos;
- Prevenção de riscos da corrução e infrações conexas.

4.4. Controlo, em Sentido Lato

4.4.1. Auditoria Externa às Contas do Município

O Município de Ansião está sujeito à verificação das suas contas anuais por auditor externo, nomeado de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas, conforme obrigação que emerge da LFL.

Este Relatório e Contas está, em razão disso, sujeito à revisão do auditor externo, Dr. Sérgio Manuel da Silva Gomes, Revisor Oficial de Contas inscrito na Ordem sob o n.º 1357; auditor nomeado pela Assembleia Municipal em 29 de abril de 2016.

Este auditor procedeu também, no exercício de 2018, a auditoria às contas municipais do primeiro semestre de 2018, tendo feito presente aos Órgãos Municipais o respectivo Relatório e Parecer (reunião de Câmara de 07SET2018 e sessão de Assembleia Municipal de 28SET2018).

4.4.2. Lei dos compromissos

A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) veio a obter regulamentação por meio do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho. Com esta moldura ficou definido o quadro de regras tendentes a garantir que "... a execução orçamental não conduza ao aumento dos pagamentos em atraso".

Este quadro, que vigora desde 22 de fevereiro de 2012, veio dispor em matéria de assumpção de compromissos (processo de formação da despesa) e de controlo e reporte dos pagamentos em atraso.

O Município de Ansião, adaptou-se aos novos requisitos, calculando mensalmente os Fundos Disponíveis, reportando-os à DGAL, e gerindo a despesa mensal dentro daquelas disponibilidades.

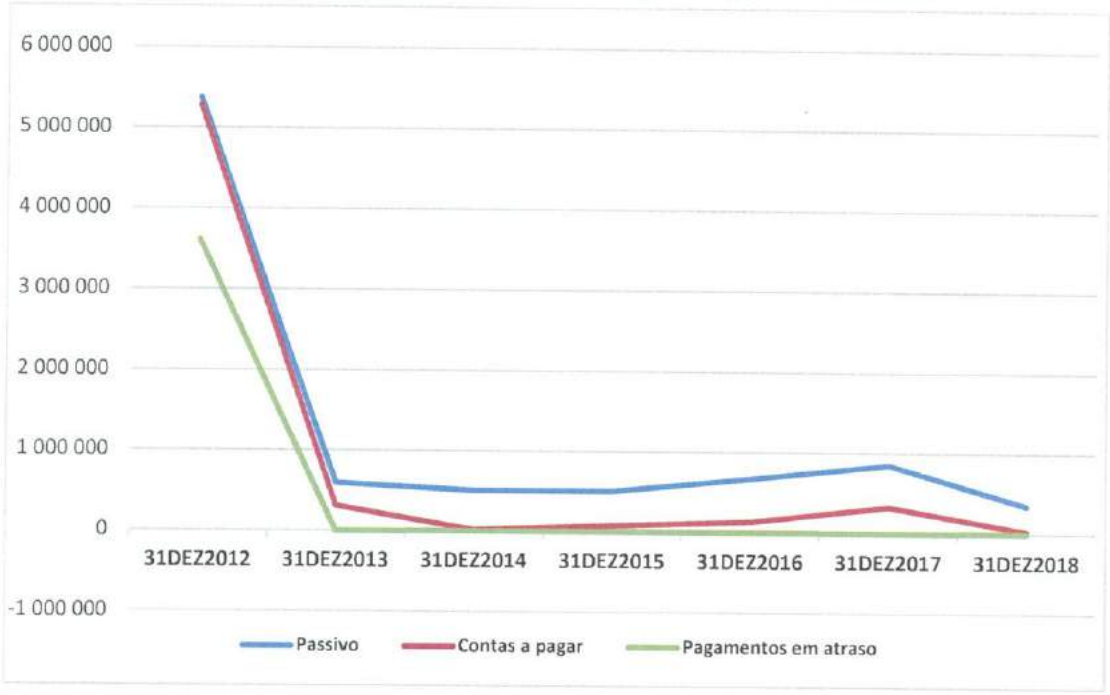
O quadro seguinte expressa a evolução dos pagamentos em atraso, das contas a pagar, e dos fundos disponíveis, mensalmente calculados e reportado à DGAL, nos seguintes conceitos:

- **Contas a pagar:** são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões, nos termos do CIVA);
- **Pagamentos em atraso:** as contas que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes;
- **Fundos disponíveis:** as verbas disponíveis a muito curto prazo (horizonte de 3 meses), no conceito da alínea e) do Artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Quadro 32 – Evolução do passivo, das contas a pagar e dos pagamentos em atraso

Stock de	31DEZ2012	31DEZ2013	31DEZ2014	31DEZ2015	31DEZ2016	31DEZ2017	31DEZ2018
Passivo	5 378 288,13	594 071,02	507 022,64	505 475,43	670 797,00	848 983,18	346 925,11
Contas a pagar	5 287 391,53	310 664,59	16 687,04	78 416,96	137 142,32	328 065,01	27 454,46
Pagamentos em atraso	3 610 820,61	-3 268,90	0,00	0,00	0,00	-2 398,60	0,00

Gráfico 36 – Evolução do passivo, das contas a pagar e dos pagamentos em atraso



Quadro 33 – Evolução do prazo médio de pagamentos

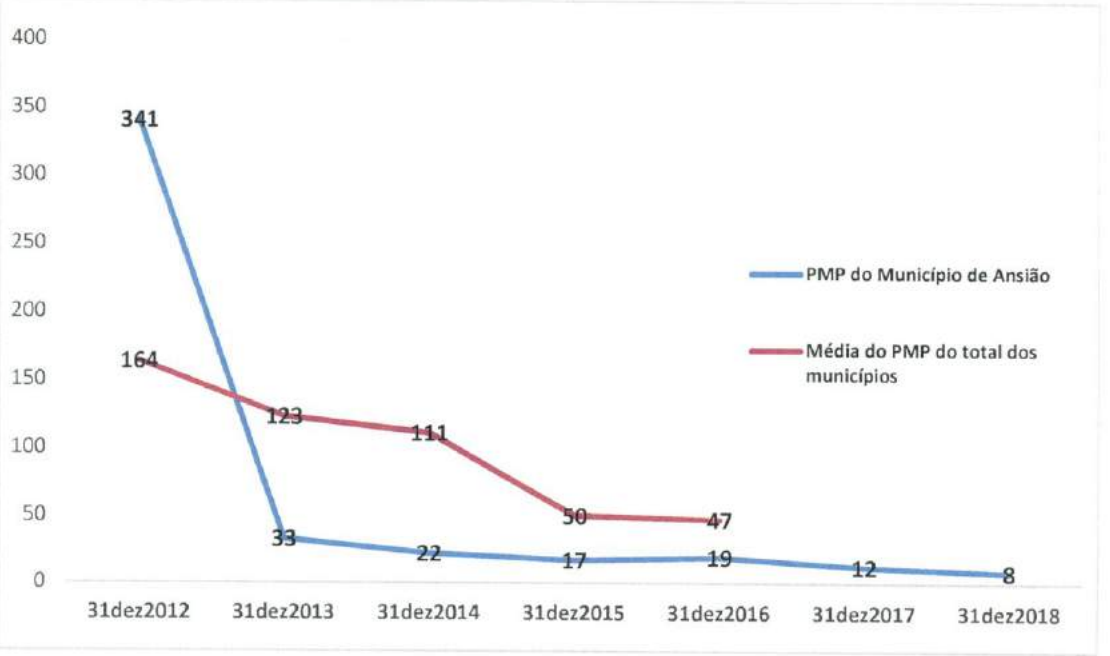
Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP), em dias

Metodologia DGAL (fonte: DGAL)

Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C

	31dez2012	31dez2013	31dez2014	31dez2015	31dez2016	31dez2017	31dez2018
PMP do Município de Ansião	341	33	22	17	19	12	8
Média do PMP do total dos municípios	164	123	111	50	47		

Gráfico 37 – Evolução do prazo médio de pagamentos



4.4.3. Outro controlo de legalidade

Os Municípios têm hoje uma ampla obrigação de reporte de informação que, objectivamente, se destina a garantir o controlo externo (na perspetiva da Autarquia). De entre estas obrigações destacam-se:

- O envio dos Documentos de Prestação de Contas ao Tribunal de Contas, até 30 de abril do ano seguinte àquele a que respeitem;
- O envio dos Documentos de Prestação de Contas à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), até 30 dias após a respetiva aprovação e independentemente da apreciação pelo órgão deliberativo (artigo 7.º do POCAL);
- A remessa à Direcção-Geral do Orçamento (DGO) e à Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) das contas trimestrais e da conta anual, nos 30 dias subsequentes, respetivamente, ao período a que respeitam e à sua aprovação;
- A remessa, à DGAL, da informação respeitante ao endividamento municipal, nos 30 dias subsequentes ao trimestre a que respeitam;
- A remessa dos Relatórios de acompanhamento semestral dos planos de saneamento financeiro, à DGAL e à DGO;
- A remessa dos Relatórios de acompanhamento trimestral do Plano de Ajustamento e Reequilíbrio Financeiro, à tutela à DGAL e ao Tribunal de Contas;
- A remessa do Balanço Social à DGAL, até 31 de março do ano seguinte ao período de referência (n.º 5 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro);
- O envio a fiscalização prévia do Tribunal de Contas dos contratos de empréstimo de médio e longo prazo;
- O envio a fiscalização prévia do Tribunal de Contas dos contratos de despesa superior a 350.000€.
- O reporte mensal e trimestral, sobre a execução orçamental municipal, efetuado para a Administração Central, por meio da plataforma SIIAL.

4.4.4. Controlo interno em sentido estrito

Como acções de controlo interno desenvolvidas no decurso de 2018, merecem destaque:

- O reporte mensal da execução orçamental;
- O controlo mensal fundos disponíveis;
- Controlo mensal das contas a pagar;
- O controlo mensal dos planos de tesouraria;

- O controlo mensal dos pagamentos em atraso;
- O controlo da redução do endividamento;
- A avaliação semestral do desempenho dos principais centros de custos;
- O controlo da execução física e financeira dos projetos municipais cofinanciados no sentido do alcance de adequadas taxas de execução e da diminuição do lapso de tempo que decorre entre a execução dos trabalhos e o recebimento dos respetivos cofinanciamentos.

4.5. Controlo Externo, em Concreto

Em matéria de tutela de legalidade estão também os Municípios sujeitos, nomeadamente, à ação inspectiva da Inspecção-Geral de Finanças e do Tribunal de Contas.

4.5.1. Auditoria da Inspecção-Geral de Finanças

A Inspecção-Geral de Finanças inicou auditoria ao Município de Ansião a 27 de abril de 2017, em controlo da execução do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), subordinada aos seguintes objectivos:

a) Exame à qualidade da informação constante dos documentos de prestação de contas de 2016, em especial ao nível do passivo municipal e das restantes grandezas relevantes para os objectivos constantes do Plano de Ajustamento Financeiro do PAEL;

b) Conclusão, em termos globais, sobre o (in)/cumprimento das obrigações e objectivos resultantes da adesão ao PAEL com referência ao final de 2016;

c) Apreciação da evolução da gestão orçamental e da situação financeira do Município, no triénio 2014/2016.

d) Apreciação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas.

Desenvolveram-se trabalhos de campo entre maio e julho de 2017, tendo sido prestada toda a informação e entregue toda a documentação requerida.

Em 19NOV2018 foi recebido, da IGF, o projeto de relatório e anexos (Processo n.º 2017/240/A9/391) donde emanou a conclusão vertida no último parágrafo do ponto "2.3.6.1. - Apreciação Global Final"; conclusão que, por precisão, transcrevemos: "*Pode, assim, afirmar-se, que foi cumprido, em termos absolutos e numa prespectiva substancial e integrada, o objetivo a que o MA se vinculou com a adesão ao PAEL.*". O Município exerceu o contraditório, por meio do ofício S/2875/2018, de 03DEZ2018, aguardando-se a emissão do relatório final que será levado ao conhecimento e apreciação dos Órgãos Municipais.

5. Relatório do Estatuto do Direito de Oposição

O Estatuto do Direito de Oposição (doravante EDO) encontra-se consagrado na Lei n.º 24/98, de 26 de maio, e tem por objecto assegurar às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

"Oposição" consiste, aqui, por caracterização do n.º 1 do artigo 2.º do EDO, na atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgão executivos citados.

É titular do direito de oposição, no actual quadro electivo do Município de Ansião e nos termos do artigo 3.º do EDO, o Partido Social Democrata.

Nos termos do artigo 10.º do EDO, conjugado a alínea u) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os órgãos executivos devem elaborar, até 31 de março e relativamente ao ano anterior, um relatório de avaliação do grau de observância do respeito daqueles direitos e garantias, fazendo-o publicar.

É deste quadro que emana o presente relatório, focalizado nas actividades que materializaram a acção executiva destinada a garantir o "Direito de Oposição", desenvolvidas no ano de 2018. Assim,

A. DIREITO À INFORMAÇÃO

Durante o período relatado, os titulares do direito de oposição do Município de Ansião foram sendo regularmente informados pelo Presidente da Câmara e pelo Órgão Executivo, tanto de forma expressa como verbal, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público municipal e relacionados com a sua actividade.

A par de outros assuntos devidamente esclarecidos, aos titulares do direito de oposição foram comunicadas informações no âmbito do artigo 33º, n.º 1, alínea yy) e do artigo 35.º, n.º 1, alíneas s), u), x) e y), do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em concreto:

a) O esforço sistemático em fazer acompanhar as convocatórias das reuniões dos Órgãos Municipais, dos respectivos documentos de suporte à apreciação, discussão e votação;

b) Informação escrita, suficientemente detalhada, sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a actividade do Município a qual foi enviada a todos os membros da Assembleia Municipal antes de cada sessão ordinária daquele Órgão;

c) Resposta aos pedidos de informação apresentados pelos Vereadores;

d) Resposta aos pedidos de informação veiculados pela Mesa da Assembleia Municipal;

e) Resposta, em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do Município;

f) Promoção da publicação das decisões e deliberações dos Órgãos Autárquicos e dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa;

g) Remessa à Assembleia Municipal das actas das reuniões da Câmara Municipal, após aprovação;

h) Remessa à Assembleia Municipal, de documentação relativa a planos, projectos, relatórios, pareceres, memorandos e documentos de semelhante natureza;

B. DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA

No ano civil de 2018 foi assegurado o cumprimento do estipulado no n.º 3 do Artigo 5º do EDO, por meio da disponibilização das propostas de Orçamento, Documentos de Prestação de Contas 2018, bem como Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2018-2021.

C. DIREITO DE PARTICIPAÇÃO

No período em apreço foi garantido o envio atempado de informações pertinentes e de convites aos membros dos Órgãos Municipais, a fim de assegurar que estes pudessem participar em actos e eventos oficiais relevantes e naqueles que, sendo organizados ou apoiados pela Município, pela sua natureza, tal se justificou.

Paralelamente, foi ainda assegurado à Oposição o direito de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo ainda efectuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos.

D. DIREITO DE DEPOR

Não aplicável, na medida em que não houve conhecimento de o Partido Social Democrata ter tido intervenção em qualquer comissão prevista no artigo 8º do EDO, pelo que nada há a referir em relação neste particular.

E. CONCLUSÃO

Em face do exposto, entendo que foram asseguradas, pelo Município de Ansião, as condições adequadas ao cumprimento do EDO durante o ano de 2018, sendo essa uma preocupação persistente do Presidente da Câmara e do próprio Executivo Municipal.

Em cumprimento do artigo 10.º, n.º 2, do EDO, determino o envio do presente relatório aos titulares do direito de oposição em mandato nos Órgãos Municipais.

Determino ainda, em cumprimento do n.º 5 do Artigo 10.º do EDO, que este mesmo relatório seja publicado na página electrónica do Município, em www.cm-ansiao.pt.

Município de Ansião, 29 de março de 2018,

O Presidente da Câmara,

(António José Vicente Domingues)

6. Instrumentos de Reequilíbrio Financeiro

O Município de Ansião encontra-se abrangido por um Plano de Saneamento Financeiro, suportado por uma operação de crédito de 7.500.000,00€ contratada em 2008 junto da Caixa Geral de Depósitos; operação visada pelo Tribunal de Contas em 3 de Outubro desse ano.

No decurso de 2012 foi publicada a Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL); programa orientado para a regularização das dívidas dos Municípios aos fornecedores, vencidas há mais de 90 dias, por referência a 31 de março de 2012.

O Município instruiu junto da DGAL, ainda em 2012, pedido de adesão ao PAEL conjugado com operação de reequilíbrio financeiro, com o objetivo de proceder à liquidação integral da dívida comercial e administrativa. Esta candidatura, consubstanciada num Plano de Ajustamento e Reequilíbrio Financeiro (PARF), veio a obter aprovação por meio do Despacho n.º 14763-B/2012, de 16 de novembro.

Os decorrentes contratos de financiamento colheram visto do Tribunal de Contas em sessão diária de visto de 18 de fevereiro de 2013 e foram integralmente executados entre fevereiro e julho de 2013; execução que se traduziu na obtenção de receita de empréstimos no valor de 5.110.019,77€, receita que aproveitou ao pagamento de toda a dívida comercial e administrativa vencida.

No exercício de 2018, sobreveio a redação do artigo 297.º da LOE 2018 que, modificando o artigo 6.º do Lei n.º 43/2012, previu, em concreto, que:

"

6 - A câmara municipal pode propor à assembleia municipal a suspensão da aplicação do Plano se, após a aprovação dos documentos de prestação de contas, verificar que o município cumpre, a 31 de dezembro do ano anterior, o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

7 - Em caso de aprovação pela assembleia municipal da proposta referida no número anterior, a suspensão do Plano produz efeitos a partir da data da receção pela DGAL da comunicação da deliberação a que se refere o número anterior, acompanhada de uma demonstração do cumprimento do limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, voltando o Plano a vigorar em caso de incumprimento do referido limite.

"

Neste novo enquadramento, e considerando que o Município de Ansião, em 31 de dezembro de 2017, **(i)** cumpria o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, **(ii)** registava uma margem absoluta de endividamento de 5.693.735,47€, e **(iii)** registava uma margem de endividamento, utilizável, de 1.138.747,09€; veio a Câmara Municipal de Ansião, em reunião extraordinária de 18ABR2018, a deliberar propor à Assembleia Municipal a suspensão PARF, sendo que a Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 27ABR2018, aprovou aquela proposta de suspensão.

Termos por que o PARF do Município de Ansião, aprovado pelo Despacho n.º 14763-B/2012, de 16 de novembro, ficou suspenso por todo o exercício de 2018; como suspensas ficaram as obrigações dele dimanadas.

Esta mesma suspensão foi comunicada à DGAL (nosso ofício S/932/2018, de 11MAI2018) e ao Tribunal de Contas.

Não obstante a suspensão, fazemos juntar aos "Anexos às Demostrações Financeiras" (integrantes dos Documentos de Prestação de Contas) o Relatório de Execução dos Instrumentos de Reequilíbrio Financeiro, simplificado, relativo ao exercício orçamental de 2018.

7. Factos Relevantes Pós Exercício

a) Regularização de Vínculos Precários

O Município de Ansião iniciou, em abril de 2018, um processo de regularização de contratos de trabalhadores titulares vínculos precários, nos termos e quadro da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro; sendo que foram considerados elegíveis 21 trabalhadores para ocupação de 16 postos de trabalho, qualificados com correspondentes a necessidades permanentes dos serviços, nos seguintes termos:

a) 4 trabalhadores para a carreira técnico superior;

b) 2 trabalhadores para a carreira de assistente técnico, e;

c) 10 trabalhadores para a carreira de assistente operacional.

Os respetivos procedimentos concursais encontram-se concluídos e conduziram a que possam iniciar funções, já no próximo dia 01ABR2019, 15 trabalhadores, agora com contratos de trabalho em funções públicas, nas seguintes categorias:

a) 4 trabalhadores para a carreira técnico superior;

b) 2 trabalhadores para a carreira de assistente técnico, e;

c) 9 trabalhadores para a carreira de assistente operacional.

b) Transferência de Competências para os Municípios

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, veio estabelecer o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, em concretização dos princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

Ao final de novembro último foram publicados, em Diário da República, onze decretos-lei (n.os 97/2018 a 107/2018) tendo por objeto concretizar a transferência de competências. Já 30JAN2019, foram publicados mais 4 diplomas (decretos-leis n.os 20/2019 a 23/2019), com o mesmo intuito de descentralização.

Este modelo de transferência de competência concebeu um período (transitório) de assunção voluntária, sendo que em 01JAN2021 as competências se inscreverão, automática e obrigatoriamente, na esfera municipal.

Chamados os Órgão Municipais à apreciação da matéria, registámos as deliberações que sintetizamos no quadro seguinte.

Quadro 34 – Deliberações relativas à transferência de competências para o Município

Área setorial	Diploma	Domínio/ Competências	Data de entrada em vigor	Data termo da comunicação à DGAL de não aceitação	Deliberação AM
Praias	Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27/11/2018	Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado	02/12/2018	31/01/2019	28/01/2019 Não aceitar, relativamente a 2019
Exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar	Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo	02/12/2018	31/01/2019	28/01/2019 Não aceitar, relativamente a 2019
Turismo	Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da promoção turística	03/12/2018	01/02/2019	28/01/2019 Parecer favorável à assunção, pela CIMRL
Vias de comunicação	Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação	03/12/2018	01/02/2019	28/01/2019 Aceitar, já em 2019
Justiça	Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça	04/12/2018	02/02/2019	28/01/2019 - Parecer favorável à assunção, pela CIMRL; - Aceitar, já em 2019
Fundos europeus e captação de investimento	Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento	04/12/2018	02/02/2019	28/01/2019 Parecer favorável à assunção, pela CIMRL
Associações de Bombeiros	Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários	04/12/2018	02/02/2019	28/01/2019 - Parecer favorável à assunção, pela CIMRL; - Aceitar, já em 2019
Estruturas de Atendimento ao Cidadão	Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da instalação de Espaços Cidadão	04/12/2018	02/02/2019	28/01/2019 Aceitar, já em 2019
Habitação	Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação	04/12/2018	02/02/2019	28/01/2019 Aceitar, já em 2019
Património imobiliário público sem utilização	Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização	04/12/2018	02/02/2019	28/01/2019 Aceitar, já em 2019
Estacionamento Público	Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público	04/12/2018	02/02/2019	28/01/2019 Não aceitar, relativamente a 2019
Proteção e saúde animal	Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos	31/01/2019	01/04/2019	28/02/2019 Não aceitar, relativamente a 2019
Educação	Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação	04/02/2019	30/04/2019	Ainda não foi tomada qualquer deliberação
Cultura	Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01/2019	Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da cultura	31/01/2019	01/04/2019	28/02/2019 Aceitar, já em 2019
Saúde	Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde	04/02/2019	por definir (60 dias após publicação do despacho referido no n.º 3 do art.º 25.º - mapa com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização)	Ainda não foi tomada qualquer deliberação

c) Suspensão do Plano de Ajustamento e Reequilíbrio Financeiro:

O PARF, a que o Município de Ansião se encontrava vinculado por força do Despacho n.º 14763-B/2012, de 16 de novembro, foi suspenso, no exercício de 2018, por deliberação da Assembleia Municipal, datada de 17ABR2018, ante a habilitação do artigo 297.º da LOE 2018.

Ante os novos termos do artigo 6.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, e tendo presente o cumprimento do limite à dívida total, registado em 31 de dezembro de 2018, deverá instruir-se proposta de suspensão do PARF, a fazer presente à sessão ordinária da Assembleia Municipal aprazada para o próximo mês de abril.

8. Atividade Municipal

8.1. Modernização Administrativa e Sociedade do Conhecimento

Em termos de modernização administrativa, o ano de 2018 ficou marcado pela reestruturação do *Datacenter* dos serviços municipais, nomeadamente com a expansão da sua capacidade a nível de *Switching* de rede (*Layer* 3), *VMWare* e *Storage*, por forma a acolher os novos serviços previstos, nomeadamente:

a) Implementação de Sistema de Gestão Documental de suporte à desmaterialização e reengenharia dos processos da Organização, que inclui ferramenta que permite modelar e implementar os *workflow* dos procedimentos, garantindo a interoperabilidade entre serviços e uma maior eficácia na gestão autárquica, potenciando, também, a interação com os cidadãos e com as empresas;

b) Solução de atendimento e de relacionamento digital com o cidadão, de modo a centralizar todas as capacidades de prestação de serviço, independentemente do canal de atendimento.

Tratou-se da execução de ações previstas no projeto intermunicipal Educa@CIMRL que representou, neste exercício de 2018, um investimento municipal de 30.424,91€, onde se insere e destaca a aquisição de 15 computadores para apoio à plataforma educação (educação pré-escolar e 1.ºCEB).

Também com relevo neste capítulo, destacamos:

a) A aquisição de plataforma de gestão integrada e centralizada de pontos *WiFi* (*Hotspot's*);

b) A reformulação e criação de pontos *WiFi* (*Hotspot's*) que visam promover a oferta de acesso aberto à Internet em zonas de interesse público e centros de vida social local, incluindo espaços abertos ao público em geral, como jardins, praças, escolas, bibliotecas ou outros;

c) A instalação de mesa interativa para disponibilização de conteúdos turismos, bem como informações relativas ao Concelho, estando em fase conclusão a reformulação de conteúdos;

d) A aquisição de tabletes e criação de rede de *beacons*[1] para interação com o munícipe por forma a potenciar as experiências de realidade aumentada, com particular enfase para o Complexo Monumental de Santiago da Guarda;

e) A aquisição de *outdoors* LED por forma a maximizar a eficácia da comunicação, fornecendo informação e anúncios de conteúdo rico, dinâmico, em ambiente exterior.

8.2. Proteção Civil

A proteção civil no Concelho, da responsabilidade da Câmara Municipal, assenta também em parceiros qualificados e interventivos, como o são os Bombeiros, a GNR, a Associação Florestal ou o Centro de Saúde. Não esqueceremos o papel essencial dos cidadãos e demais entidades públicas e privadas, essenciais e importantes na prevenção de riscos coletivos inerentes a diversas situações

[1] *Os Beacons são aparelhos de proximidade que emitem informações, por meio da tecnologia bluetooth, diretamente aos smartphones registados*

adversas. Um trabalho de equipa de que nos orgulhamos e que inspira confiança. Relevamos o trabalho competente e profissional da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ansião, em todas as ações e intervenções a que ocorrem, demonstrando a dedicação e empenho na proteção e socorro de pessoas e bens. Valorizamos e reconhecemos o trabalho do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) da Guarda Nacional Republicana (GNR, no seu trabalho de identificação de situações de falta de limpeza e/ou gestão de combustíveis florestais em redor das habitações e também o incumprimento previsto no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que conduziram a diversas notificações a proprietários a fim de que procederem à respectiva regularização.. À Câmara Municipal de Ansião estão confiadas as ações de prevenção de riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

No âmbito da Proteção Civil e para o ano de 2018 resumiremos as principais iniciativas realizadas:

- **Programa Aldeias Seguras, Pessoas Seguras**

  No dia 9 de abril, a localidade de Vale Florido recebeu o Ministro da Administração Interna, que efetivou o lugar como a primeira Aldeia Segura de Portugal. No lançamento do programa "Aldeia Segura, Pessoas Seguras" a nível nacional, participaram vários responsáveis da Proteção Civil, num simulacro à escala, que ali delinearam as linhas mestres do programa a disseminar por todo o território nacional;

- **Revisão do Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil (PMEPC)**

  Em 2018 deu-se início, por proposta da Comissão Municipal de Proteção Civil, à revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), um instrumento que se encontrava desenquadrado da realidade municipal e que carecia de urgente revisão;

- **Combate à vespa velutina**

  Em 2018 assistiu-se a um aumento da incidência da Vespa Velutina no concelho de Ansião. O Município desenvolveu ações de monitorização, controlo e remoção, totalizando a retirada 37 ninhos primários e secundários;

- **Revisão do Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI)**

  O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios foi proposto a revisão por intenção do Município por se considerar que este poderia ser melhorado em relação ao plano em vigor. Com o acompanhamento da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Plano foi submetido a Consulta Pública no Final de 2018, sendo aprovado em Assembleia Municipal já em janeiro de 2019;

- **Intervenção e constituição das faixas de gestão de combustível na rede viária de gestão municipal**

Em maio de 2018 iniciámos, pela primeira vez em ampla escala, a constituição das faixas de gestão de combustível na rede viária sob administração municipal, em cumprimento das disposições do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação. Esta ação representou um significativo esforço financeiro, de 98.275,35€.

Trata-se de uma linha de atuação de extrema importância, a reforçar; o que bem se demostra pela dotação de 190 mil euros prevista para o ano de 2019.

- **Conclusão do Orçamento Participativo de 2017**

Em 2018 o Município de Ansião recebeu o reboque de proteção civil, resultante do Orçamento Participativo 2017 e que veio dotar o Município de maior capacidade para o escoamento de águas de cheia e abastecimento de veículos em situação de incêndio florestal. Este reboque encontra-se ao serviço dos Bombeiros Voluntários de Ansião, sendo um complemento à sua frota, num investimento de 23.827€.

Ainda em matéria de proteção civil, destacamos os seguintes apoios à Asssociação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ansião, atribuídos ou decididos em 2018:

a) Apoio ordinário, no montante de 55.000,00€;

b) Apoio ao funcionamento da Equipa de Intervenção Permanente (EIP), no montante de 30 mil euros, executados em 23.707,68€;

c) Apoio extraordinário para a construção do Quartel, no montante de 150.000,00€.

8.3. Educação

A linha de rumo traçada para o ano 2018 entendeu a Educação como setor estratégico, atentando-se a todos os ciclos de ensino e agentes educativos, independentemente de as competências da Autarquia estarem mais diretamente relacionadas com o funcionamento da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

Associou-se o Município de Ansião aos diversos agentes educativos para a criação de um quadro de referência que pressuponha a liberdade, a responsabilidade, a valorização do trabalho, a consciência de si próprio, a inserção familiar e comunitária e a participação na sociedade que nos rodeia. Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e a viver com os outros e aprender a ser, constituem elementos que devem ser vistos nas suas diversas relações e implicações, devendo a educação contribuir para a compreensão mútua entre as pessoas de pertenças e culturas diferentes e para o desenvolvimento de uma ética do género humano, de acordo com uma cidadania inclusiva, tal como preconizado no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.*

8.3.1. Marcha da Sustentabilidade

Na manhã de terça-feira dia 5 de junho, centenas de crianças de todos os cantos do concelho percorreram as ruas da vila de Ansião apelando à sustentabilidade ambiental. Cantarolando e entre sorrisos, distribuíram mensagens de alerta e de boas práticas para que juntos cuidemos do planeta, a nossa casa. Naquela que foi a "Marcha da Sustentabilidade, por uma Terra com Futuro", deixaram-nos o seu hino, para nos lembrar que o mundo é a nossa casa e que juntos partilhamos o mesmo quintal:

Queremos uma Terra com futuro!
P´ro ambiente preservar
Todos temos que ajudar
O lixo, vamos separar
O Papel no papelão
O Vidro para o vidrão
Plástico e metal no plasticão
As pilhas, para o pilhão
O óleo no oleão
Lixo orgânico no caixote.
Para a água poupar
as torneiras controlar
Para ar puro respirar
Árvores vamos respeitar
Vamos todos colaborar
E fazer o Planeta Terra
Um bom lugar para morar.

A aproximação e o relacionamento, numa perspetiva transversal, com todos os níveis de ensino e modelos de gestão escolar existentes, visando uma melhor gestão dos recursos humanos e dos materiais existentes na comunidade educativa, permitiram colocar em prática vários projetos que se revelaram bem-sucedidos.

8.3.2. Desfile de Carnaval Escolar

O Desfile de Carnaval Escolar, que anualmente reúne a comunidade educativa do ensino pré-escolar e do 1º ciclo de todo o concelho, aconteceu na manhã de 9 de fevereiro, contando também com a participação de alunos da rede de IPSS com atividade na área da educação pré-escolar.

Trata-se de uma iniciativa do Município de Ansião, em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Ansião e as IPSS do concelho.

8.3.3. Programa de Adaptação ao Meio Aquático para crianças especiais!

Incluir é... adicionar, acolher, ...

Foi com esse espírito que o executivo implementou o Programa de Adaptação ao Meio Aquático para crianças e alunos com algum tipo de deficiência ou incapacidade, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário.

Esta ação de promoção de igualdade visa permitir que todos tenham direito a estar incluídos e a participar nas várias dimensões da vida em sociedade, sem qualquer tipo de discriminação ou preconceito. Trata-se de uma medida de inclusão que permite que todas as crianças e jovens, sem exceção, usufruam de um serviço que contribuirá, certamente, para a melhoria da sua qualidade de vida.

Ansião avança cada vez mais no trajeto da inclusão, por respeito por uma sociedade sem barreiras.

8.3.4. Programa de Atividades em Meio Aquático

O programa de atividades em meio aquático na Piscina Municipal, para o ensino pré-Escolar e o 1.º ciclo do ensino básico, passou a contemplar um maior número de aulas, passando de um total de 6 para 10 aulas anuais.

Este acréscimo de aulas exigiu uma dinâmica suplementar a nível da logística de transportes, acarretando despesa. No entanto, sendo uma forma de promoção do gosto pela atividade física, em concreto pela natação e, por consequência, do bem-estar das crianças e jovens do concelho de Ansião, considera-se uma mais-valia na formação integral de cidadãos mais saudáveis e felizes.

8.3.5. Jogos Escolares do Concelho de Ansião

Meeting de Atletismo

Na tarde de 9 de fevereiro, entre as 14h00 e as 17h00, reuniram-se em Pombal, nas instalações da Expocentro, alunos da Escola Básica e Secundária Dr. Pascoal José de Mello, da Escola Básica n.º 2 de Avelar e da Escola Tecnológica e Profissional de Sicó, para o Meeting de Atletismo dos 19.ºs Jogos Escolares do Concelho de Ansião.

Foram disputadas as especialidades de lançamento do peso, salto em altura, salto em comprimento, velocidade, meio fundo e estafetas, nos escalões de Infantis, Iniciados e Juvenis.

Esta iniciativa do Município de Ansião contou com o apoio da Associação Distrital de Atletismo de Leiria e das escolas envolvidas.

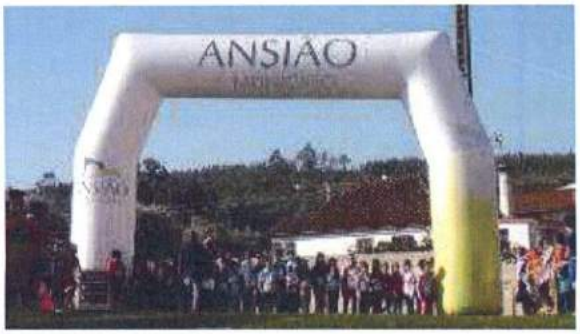
Torneio Inter-Escolas

No dia 30 de maio, decorreram, em Ansião, os Torneios Inter-Escolas de Badminton, Xadrez e Boccia. Estes torneios contaram com a participação de cerca de 50 alunos da EB/S Dr. Pascoal José de Mello, da EB Nº2 de Avelar e da ETP Sicó.

A organização foi do Grupo de Educação Física do Agrupamento de Escolas de Ansião, com o apoio do Município de Ansião, com a pretensão de ver crescer estas modalidades no nosso concelho.

8.3.6. 20.º Corta-Mato Escolar

Na manhã de 14 de novembro, 450 crianças e jovens participaram no 20.º Corta-Mato Escolar do Concelho de Ansião. Foi uma manhã agradável no Parque Verde do Nabão, onde estes atletas ansianenses aderiram fortemente ao desafio, provando que o Corta-Mato Escolar é de facto um marco do desporto juvenil.



O Corta-Mato Escolar é uma parceria do Município de Ansião com o Agrupamento de Escolas de Ansião e a ETP Sicó. O Município felicita todos os participantes e organizadores e agradece à Corporação dos Bombeiros Voluntários de Ansião pelo auxílio prestado.

8.3.7. Moche Tour Agarra a Vida

O Município de Ansião entende que só incluindo atividades na vida dos jovens, estes poderão efetivamente crescer, sensibilizados para as consequências das escolhas feitas ao longo da vida, incluindo as adições.

Nesse sentido e procurando integrar na vida dos jovens ações de prevenção, desenvolveu a iniciativa Moche Tour – Agarra a Vida, que teve dois momentos, um em Ansião e o outro em Avelar, tendo como público-alvo os alunos do ensino básico e secundário do Agrupamento de Escolas de Ansião e da ETPSICÓ.

8.3.8. Inauguração do Centro Local de Aprendizagem de Ansião

Na tarde do dia 8 de março, pelas 17h, teve lugar a inauguração do Centro Local de Aprendizagem (CLA) da Universidade Aberta em Ansião, no Centro de Negócios. Compuseram o painel o Vice-Reitor da Universidade Aberta, o Professor Doutor Domingos Caeiro, o Diretor da Delegação Regional do Porto, o Professor Doutor António Moreira, e o Presidente da Câmara Municipal de Ansião. Os intervenientes partilharam pontos comuns como a relevância da "ubiquidade do ensino" e a importância de "aumentar a oferta formativa a quem apresenta dificuldades de integração da vida académica com a vida profissional".

A Universidade Aberta oferece oportunidades de formação e especialização diferenciadas, assentes nos pressupostos de um ensino digital de proximidade que contribua para a melhoria do tecido económico ansianense, ao mesmo tempo que a investigação poderá fomentar o aparecimento de novas indústrias e postos de trabalho especializados.

O CLA funcionará como um espaço físico de uma universidade, fazendo a ponte do ensino presencial com o E-Learning. Para além da sala disponibilizada e de um funcionário a tempo inteiro, a Universidade Aberta tem também ao seu dispor toda a infraestrutura do Centro de Negócios para desenvolver atividades paralelas, dinamizando a cultura académica e económica do concelho.

Foi um momento marcante, uma caminhada que começou ainda com o anterior executivo camarário, tendo ambas as partes, em parceria, feito promessas de cooperação e de desenvolvimento comuns, reconhecendo que o sucesso de uma é o sucesso da outra.

A presença de uma instituição de ensino superior no nosso concelho é um motivo de orgulho, esperando-se que os ansianenses aproveitem esta oportunidade para completar a sua formação académica com qualidade e perto de casa.

8.3.9. Concurso Nacional de Leitura - Fase Intermunicipal

O Concurso Nacional de Leitura (CNL) constitui o maior evento de promoção da leitura dirigido aos estudantes portugueses, do 1º ciclo ao ensino secundário, envolvendo escolas e bibliotecas públicas municipais de todo o país.

A fase intermunicipal decorreu no dia 18 de maio no Centro Cultural de Ansião, com a presença de 9 municípios: Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós. Os participantes foram oito alunos do 1.º ciclo, nove do 2.º, nove jovens do 3.º e sete jovens do ensino secundário. Destes 33 concorrentes foram vencedores dois por cada nível de ensino que passaram à fase seguinte do CNL 2017/2018.

O Município de Ansião ofereceu aos 8 vencedores um cheque livro no valor de vinte e cinco euros.

8.3.10. Dia Mundial da Criança

O Dia Mundial da Criança foi celebrado com muita animação entre o Centro Cultural, a Mata Municipal e o Pavilhão Desportivo, passando pela Praça do Município, onde decorria por aqueles dias a Festa do Livro. Jogos, sessões de contos, teatro, música e livros preencheram este dia diferente, em que participaram centenas de crianças de todo o concelho.

8.3.11. Projeto In-Dependências

O In-Dependências é um projeto que visa promover estilos de vida saudável e prevenir ou reduzir os hábitos tabágicos e alcoólicos na comunidade educativa. Com início em 2013, o projeto acompanhou alunos do 5º ao 9º ano de escolaridade, em sessões de prevenção, de que resultaram trabalhos como cartas, logótipos, cartazes, vídeos e outros.

O encerramento foi assinalado com a atribuição de prémios aos alunos que se distinguiram nas ações.

O projeto reveste-se de um cariz e de extrema importância para a promoção da saúde na nossa comunidade, esperando-se que os alunos participantes tenham levado consigo mensagens fundamentais para as suas vidas, particularmente para a sua saúde e o seu bem-estar.

8.3.12. Dia Mundial da Alfabetização e das Literacias

Para comemorar esta data, o Município de Ansião promoveu, em conjunto com o CLA - Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta, o Centro Qualifica da ETP Sicó e a Biblioteca Municipal de Ansião, duas atividades.

A primeira consistiu na Tertúlia "Conta-me como era", dinamizada com o objetivo de promover o conhecimento acerca da identidade dos Ansianenses, tendo por base a sua história, tradições e saberes que, embora se tenham vindo a perder ao longo do tempo, queremos que se mantenham vivos na memória coletiva. Esta sessão teve por base o projeto "Conta-me como era", da iniciativa da Biblioteca Municipal de Ansião, que resultou na recolha e inventariação do património cultural imaterial das nossas gentes e da nossa terra, por meio de encontros que se realizaram em várias instituições do concelho ligadas à 3ª idade. Durante estes encontros, houve a partilha de contos, de ladainhas e de formas de conhecimento transmitidos apenas oralmente. Tratou-se de uma forma de aprender com os mais velhos, perpetuando sabedoria e formas bem diferentes de viver e de fazer as coisas e que culminou com a publicação de um livro, intitulado *Conta como era*. Esta tertúlia visou dar continuidade e perpetuar o conhecimento reunido nesta publicação.

Para a concretização desta iniciativa, que teve lugar no Auditório do Complexo Monumental de Santiago da Guarda no dia 13 de setembro, o Município de Ansião contou com a colaboração do Centro Local de Aprendizagem de Ansião da Universidade Aberta (CLA), do Centro Qualifica da ETP Sicó e da Biblioteca Municipal. Teve como público-alvo o grupo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências - RVCC Básico e Secundário do Centro Qualifica da ETP Sicó, bem como o público em geral.

A outra atividade realizada foi o Workshop subordinado à temática "A importância da linguagem", que se realizou no Auditório do Centro de Negócios de Ansião no dia 10 de setembro.

A necessidade do ser humano de transmitir aos outros o que pensa, o que sente e o que sabe, tem estado na origem de toda a evolução humana. Tomarmos consciência de que é impossível não comunicar e de que todo o nosso comportamento e atitudes são formas de comunicar, transmitindo muita informação acerca de nós mesmos, é fundamental para melhorarmos o modo como nos relacionamos com os outros. Foi neste sentido que foi dinamizado este workshop, que incidiu na importância da linguagem e nos diferentes tipos de comunicação, com uma componente prática de reflexão e experienciação.

Para a concretização desta iniciativa, o Município de Ansião contou com a colaboração do CLA e do Centro Qualifica da ETP Sicó, tendo como público-alvo o grupo de formação em Informática para Seniores da ETP Sicó, o grupo de formação em Operador Agrícola do IEFP e o público em geral.

8.3.13. Combate ao Insucesso Escolar

O Município de Ansião, no âmbito do Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, contratou duas técnicas, num contexto de proximidade e acompanhamento dos alunos que apresentem maiores dificuldades de aprendizagem.

Assumindo a educação como um fator essencial de desenvolvimento local, as duas técnicas contratadas, uma psicóloga e uma terapeuta da fala, desempenham as suas funções no Agrupamento de Escolas de Ansião, integrando a respetiva equipa multidisciplinar, com o objetivo de permitir às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, o acesso a atividades facilitadoras da aquisição de conhecimentos e do desenvolvimento de capacidades, promovendo, desta forma, a igualdade de oportunidades.

O Município de Ansião reconhece o papel determinante que o acompanhamento especializado tem nas fases mais precoces do ensino, fazendo parte do seu plano de ação a minimização das condicionantes do insucesso, considerando uma pedra basilar o reforço dos quadros técnicos especializados.

8.3.14. Vaivém Oceanário

A atividade desenrolou-se de 16 a 20 de outubro na Praça do Município, com vista à literacia do oceano para que todos compreendam a sua importância e a urgência de agir pela sua conservação, adotando comportamentos mais

responsáveis para com o planeta que habitamos.

Aderiram a esta iniciativa 1041 crianças e jovens do Agrupamento de Escolas de Ansião, ETPSICÓ e o público em geral. Realizou-se ainda um workshop, no dia 18, direcionado para professores.

8.3.15. Comemoração dos 15 Anos de Integração na Rede de Bibliotecas Escolares

Nos dias 25 e 26 de outubro, o Agrupamento de Escolas de Ansião e o Município comemoraram os 15 anos de integração na Rede de Bibliotecas Escolares.

Em 2003, foi assinado o Protocolo da Rede Concelhia de Bibliotecas Escolares, que permitiu a abertura de 4 Bibliotecas Escolares de 1.º Ciclo na EB1 Alvorge, na EB1 Ansião, no Centro Escolar de Avelar e no Centro Escolar de Chão de Couce. Assim e integrado no Mês Internacional das Bibliotecas Escolares (MIBE), o Agrupamento de Escolas e o Município fizeram a Rota das Bibliotecas com um vasto programa que contou com um concurso de ilustração para os 1º e 2º anos de escolaridade, um concurso de escrita criativa para os 3.º e 4.º anos e a entrega de prémios aos alunos vencedores (3 melhores trabalhos por escola).

8.3.16. 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

No dia 10 de dezembro, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Ansião e o IPDJ, os alunos Embaixadores do Parlamento Europeu da Escola Dr. Pascoal José de Mello, a Associação de Estudantes e a Rede de Bibliotecas Escolares, o Município de Ansião assinalou os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Esta iniciativa, que decorreu em Ansião e em Avelar, incluiu uma marcha pelos direitos das crianças, estátuas humanas alusivas a defensores dos direitos humanos, duas Árvores dos Direitos

Humanos e uma palestra sobre o tema, sendo uma forma de contribuir para a formação integral das crianças e jovens do concelho, que se pretende que sejam cidadãos conscientes do seu papel na sociedade em que vivemos.

8.3.17. Fórum Estudante Digital

Os alunos do Conselho Geral da Universidade Aberta e o Centro Local de Aprendizagem de Ansião organizaram o Fórum Estudante Digital, que teve lugar no dia 15 de dezembro.

Resultou num espaço de encontro, partilha e divulgação sobre o que é ser um estudante digital e teve como grandes objetivos desenvolver o conhecimento sobre a realidade dos alunos e fomentar uma maior participação nas atividades da Universidade.

Foram discutidas duas temáticas muito específicas: " Ser aluno/a da Universidade Aberta. O que é? O que poderá ser?" e "Caminhos para o Sucesso: A Família do Estudante Adulto".

Este fórum contou com o apoio da Delegação de Coimbra da UAb e da Pró-Reitoria para o Desenvolvimento Institucional e os Assuntos Jurídicos.

8.3.18. Medidas de desenvolvimento educativo

São várias as medidas de desenvolvimento educativo que o Município de Ansião desenvolve na área da Educação, procurando adequá-las à realidade do concelho, nomeadamente no que respeita às Necessidades Especiais, às Atividades de Enriquecimento Curricular, às Atividades de Animação e Apoio à Família, às Férias em Movimento, aos Clubes de Desporto, Artes, Música, Teatro, Tecnologias, aos Transportes Escolares e às Refeições e Regime de Fruta Escolar.

No que concerne às Atividades de Enriquecimento Curricular, o Município de Ansião, como promotor, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Ansião, como responsável pedagógico, e a entidade dinamizadora Educoach, desenvolvem várias atividades que abrangem a Atividade Física e Desportiva, a Música e as Atividades Lúdico-Expressivas. Este serviço funciona das 15h30 às 17h00 e é direcionado a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico.

No que concerne às Atividades de Animação e Apoio à Família, o objetivo principal é possibilitar às crianças vivência de experiências diferentes da componente letiva, mas igualmente enriquecedoras para a sua formação como cidadãos, privilegiando-se a criatividade e o espírito de grupo, a exploração e descoberta, a interação entre pares e a ligação à comunidade. As atividades são desenvolvidas nas próprias escolas, sendo o processo gerido pela entidade adjudicatária em

parceria com a coordenação educativa do jardim de infância. O projeto disponibiliza à comunidade educativa destes estabelecimentos um conjunto de atividades sobre várias áreas temáticas, tais como:

A) Histórias - Privilégio pelo conto e reconto de histórias infantis, promovendo a comunicação oral, mas sobretudo a criatividade e fantasia dos livros;

B) Ciência - Atividades práticas privilegiando a experimentação e a manipulação de materiais e/ou objetos;

C) Atividade Física e Desportiva - Promoção da atividade e expressão físico-motoras como meio para o saudável desenvolvimento físico e mental das crianças desde tenra idade;

D) Música - Sensibilização para a música através de atividades estimulantes e divertidas, promovendo a criatividade e a interação;

E) Tecnologias de Informação e Comunicação - Utilização de jogos e atividades interativos promovendo o contacto com as TIC;

F) Artes - Atividades de expressão plástica e jogos dramáticos, privilegiando o trabalho prático e promovendo a criatividade;

G) Projetos - Projetos temáticos partindo de datas comemorativas, festividades e eventos locais, em articulação com a componente letiva, tendo por objetivo o desenvolvimento de um projeto enquadrado na comunidade onde o mesmo se insere.

8.3.19. Outros apoios/ações

Sendo a educação considerada pelo Município de Ansião um dos alicerces fundamentais para o futuro das pessoas e da região onde se inserem, implementou-se um conjunto de ações no sentido de assegurar as melhores condições para as crianças e alunos do concelho de Ansião, numa perspetiva exigente e de orientação para uma escola inclusiva que promova nos alunos um espírito de tolerância, de entendimento mútuo, de solidariedade e de responsabilidade,

Nesse sentido, o Município de Ansião assume um papel preponderante na promoção da qualidade de todo o processo de ensino e aprendizagem, contribuindo significativamente para a formação integral de todas as crianças e alunos do concelho.

Refira-se o apoio dado nas visitas de estudo e no desenvolvimento do Desporto Escolar; a distribuição de 15 computadores pelos centros escolares e jardins de infância do concelho, já que os que existiam estavam obsoletos; a migração dos serviços de Internet dos jardins de infância, por uma rede de fibra ótica até 100MB; o apoio a projetos como o Eco-escolas; ou as obras de beneficiação do Centro Escolar de Avelar, permitindo melhores condições de conforto e, por consequência, promovendo o sucesso escolar dos alunos.

Escola Embaixadora do Parlamento Europeu

Projeto Eco-Escolas

Dia do Desporto Escolar

Centro Escolar de Avelar – Obras de beneficiação

Novos computadores nos Jardins de Infância

Prémios de Mérito Escolar – Rotary Clube

8.4. Ação Social

A ação social será sempre um pilar fundamental para o desenvolvimento integrado do município. Uma sociedade mais justa e solidária com todos os seus membros supõe que todos se sintam envolvidos e conscientes das mudanças necessárias para trilhar esse caminho. É condição primeira, e está nas mãos de quem toma as decisões no domínio público, a de implementar medidas que respeitem a diversidade e promovam a igualdade de oportunidades no acesso à saúde, à educação, à cultura, à habitação condigna, e a toda uma vivência que faça sentir que todos os cidadãos importam e estão incluídos num projeto comum de desenvolvimento social.

Importa aqui salientar que o trabalho feito pelo Gabinete de Ação Social conta, na maioria das atividades, com uma rede social de serviços e instituições que, em situações de risco social, se une e toma decisões no sentido da melhoria efetiva das condições de vida das pessoas, sempre com o